



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"  
Campus de Presidente Prudente

# SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM CIDADES PEQUENAS



CLÁUDIA MARQUES ROMA



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**  
**“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”**  
Campus de Presidente Prudente

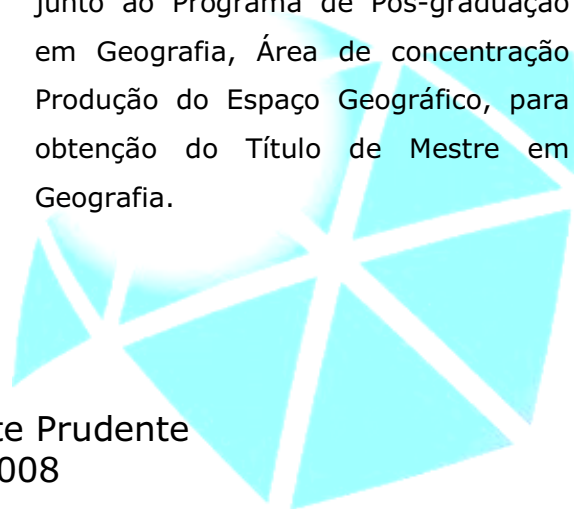
**CLÁUDIA MARQUES ROMA**

**SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL**  
**EM CIDADES PEQUENAS**

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Encarnação Beltrão Sposito

Dissertação de Mestrado elaborada junto ao Programa de Pós-graduação em Geografia, Área de concentração Produção do Espaço Geográfico, para obtenção do Título de Mestre em Geografia.

Presidente Prudente  
2008



ROMA, Cláudia Marques  
Segregação socioespacial em cidades pequenas/ Cláudia  
Marques Roma: [s.n.], 2008

Dissertação (Mestrado em Geografia) – UNESP/Faculdade  
de Ciências e Tecnologia – Campus de Presidente Prudente.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Encarnação Beltrão Sposito

1. Geografia. 2. Geografia Urbana. 3. Segregação  
socioespacial. 4. cidades pequenas. 5. segregação  
socioespacial interurbana.

I. Cláudia Marques Roma II. Título

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Pública que, oferecendo ensino gratuito, possibilita o desenvolvimento intelectual de todos os segmentos sociais realizando os sonhos de uma bóia-fria, transformando-a em mestranda em Geografia.

Agradeço à minha querida orientadora Maria Encarnação Beltrão Sposito pelas intermináveis horas que dedicou à orientação em minha trajetória de pesquisa, sem a qual essa dissertação de mestrado não estaria sendo submetida à defesa pública.

Agradeço a FAPESP pelo financiamento da pesquisa, permitindo-me dedicação exclusiva a ela.

Gostaria de dedicar esta dissertação, em primeiro lugar, ao Alexandre esposo amado que também é meu companheiro de pesquisa, estando presente nas discussões acadêmicas, nas horas em que temos de decidir qual caminho tomar e até mesmo nos momentos mais jururu.

Dedico a minha querida filha Sara que com sua alegria me enche de ânimo para continuar nessa trajetória.

Com muito carinho dedico este trabalho a minha mãe que sempre me apoiou.

Agradeço aos Profs. Raul B. Guimarães, Ângela M. Endlich e Beatriz Ribeiro Soares pelas críticas construtivas, idéias e observações realizadas neste trabalho.

Em especial agradeço aos Profs. Arthur M. Whitacker e Everaldo S. Melazzo pelas discussões realizadas durante toda minha vida acadêmica.

A realização de um trabalho não se dá sem as discussões realizadas entre amigos, pois essa nos faz pensar cada vez mais em novas possibilidades então agradeço a esses queridos amigos Cristina Buratto, Elaine Cícero, Patrícia de Jesus, Júlio Zandonadi e Gilnei Machado.

Agradeço também a AGB que me permitiu pensar a Geografia em suas contradições e não posso me esquecer dos agebeanos Edvaldo Moretti, Jones Dari, Silvana Lucatto, Regina Bega, Arlete Moyses dentre tantos outros.

Era uma cidade muito engraçada  
Para uns tudo, para outros nada  
Casas barracos sem sótão  
Mansões muros fechados  
Todos podiam entram nela sim  
Porque parques e shoppings tinham ali  
Mas uns entravam e não andavam  
Outros andavam e não entravam  
Para os buracos dos bairros baixos  
Ou para os pisos dos andares altos  
Ninguém podia reclamar não  
Porque polícia tinha ali  
A ordem era segregá-los ali  
Mas era feita com muito requinte  
Na cidade dos donos  
Número... \$\$\$  
Jones Dari Goettert

## SUMÁRIO

RESUMO.....	P. 01
ABSTRACT.....	02
INTRODUÇÃO.....	03
Localização área de estudo.....	07
1. CIDADE PEQUENA: UM ESFORÇO DE CONCEITUAÇÃO.....	13
2. COMPREENSÃO DO PROCESSO DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NA ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO.....	31
2.1. As dimensões e os indicadores da segregação socioespacial.....	34
2.1.1. Os meios de consumo coletivo.....	35
2.2. Os produtores do espaço urbano.....	36
2.3. A urbanização capitalista no processo de segregação socioespacial.....	40
2.3.1. O par centro-periferia.....	40
2.3.2. O movimento da urbanização e a complexidade das relações entre o todo (a cidade) as partes (os bairros) .....	42
3. SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM CIDADES PEQUENAS: ENTRE SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS.....	46
3.1. As semelhanças.....	49
3.1. Loteamentos fechados e favelas: entre muros “visíveis e invisíveis”..	49
3.2. As diferenças.....	82
4. SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL INTERURBANA: UMA HIPÓTESE?.....	89
4.1. Rede urbana.....	91
4.2. A hipótese?.....	94
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	116
APÊNCIDE: DESCRIÇÃO METODOLÓGICA.....	121
Escolha das áreas de pesquisa e indicadores.....	121
Definição das classes.....	124

Escolha dos setores censitários e definição da amostragem estatística.....	128
Elaboração dos questionários, entrevistas e tabulação dos dados.....	129
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	131

## ANEXOS

## LISTA DE TABELAS

		P.
TABELA 1	Mariópolis: Meios de consumo coletivo: 2007.....	17
TABELA 2	Mariópolis: Bens de consumo privado: 2007.....	20
TABELA 3	Mariópolis: O entrevistado e as relações com Presidente Prudente, Marília e São Paulo: 2007.....	22
TABELA 4	Oswaldo Cruz: O entrevistado e as relações com Presidente Prudente, Marília e São Paulo: 2007.....	27
TABELA 5	Oswaldo Cruz: Vila Esperança e Vila Cavarú – Ocupação dos entrevistados e chefe de família: 2007.....	55
TABELA 6	Oswaldo Cruz: Res. Santa Mônica e Res. Park Amarílis – Ocupação dos entrevistados: 2007.....	56
TABELA 7	Oswaldo Cruz: Vila Esperança e Vila Cavarú – Número de moradores por domicílio: 2007.....	57
TABELA 8	Oswaldo Cruz: Res. Santa Mônica e Res. Park Amarílis – Número de moradores por domicílio: 2007.....	58
TABELA 9	Oswaldo Cruz: Res. Santa Mônica e Res. Park Amarílis – Indicadores de poder aquisitivo dos moradores: 2007.....	60
TABELA 10	Oswaldo Cruz: Vila Esperança e Vila Cavarú – Principais problemas encontrados por morar nesse bairro: 2007.....	61
TABELA 11	Oswaldo Cruz: Res. Santa Mônica e Res. Park Amarílis – Principais problemas indicados, em função de se morar no loteamento: 2007.....	63
TABELA 12	Oswaldo Cruz: Vila Esperança e Vila Cavarú – O entrevistado e a cidade: 2007.....	64
TABELA 13	Oswaldo Cruz: Res. Santa Mônica e Res. Park Amarílis – O entrevistado e a cidade: 2007.....	64
TABELA 14	Oswaldo Cruz: Res. Santa Mônica e Res. Park Amarílis – Os moradores do condomínio e a cidade: 2007.....	66
TABELA 15	Oswaldo Cruz: Vila Esperança e Vila Cavarú – O entrevistado e a cidade: 2007.....	67
TABELA 16	Oswaldo Cruz: Res. Santa Mônica e Res. Park Amarílis – O entrevistado e a cidade: 2007.....	67
TABELA 17	Oswaldo Cruz: Vila Esperança e Vila Cavarú – Facilidade ou dificuldade de deslocamento e razões de permanência: 2007.....	68



TABELA 18	Osvaldo Cruz: Res. Santa Mônica e Res. Park Amarílis – Facilidade ou dificuldade de deslocamento e razões de permanência: 2007.....	68
TABELA 19	Osvaldo Cruz: Res. Santa Mônica e Res. Park Amarílis – Motivo da escolha por morar num loteamento fechado: 2007.....	69
TABELA 20	Osvaldo Cruz: Vila Esperança e Vila Cavarú – Meio de locomoção: 2007.....	70
TABELA 21	Osvaldo Cruz: Vila Esperança e Vila Cavarú – Meios de consumo coletivo: 2007.....	71
TABELA 22	Osvaldo Cruz: Vila Esperança e Vila Cavarú – Bens de consumo privado: 2007.....	74
TABELA 23	Osvaldo Cruz: Res. Santa Mônica e Res. Park Amarílis – Meios de consumo coletivo: 2007.....	74
TABELA 24	Osvaldo Cruz: Res. Santa Mônica e Res. Park Amarílis – Bens de consumo privado: 2007.....	76
TABELA 25	Mariópolis: Os moradores e a cidade: 2007.....	103
TABELA 26	Mariópolis: Principais problemas encontrados em Mariópolis, por seus moradores: 2007.....	104
TABELA 27	Mariópolis: Facilidade ou dificuldade de deslocamento e razões de permanência: 2007.....	105
TABELA 28	Mariópolis: Fluxos interurbanos para Adamantina: 2007.....	106
TABELA 29	Mariópolis: Definição da cidade de Mariópolis pelos entrevistados: 2007.....	108
TABELA 30	Adamantina/Mariópolis: Setores censitários e indicadores: 2007.....	123
TABELA 31	Osvaldo Cruz: Setores censitários e indicadores: 2007.....	124

## LISTA DE FIGURAS E CROQUIS

	P.
FIGURA 1	Caso Ilustrativo de uma rede urbana..... 25
FIGURA 2	Caso ilustrativo de uma rede urbana face à globalização..... 25
FIGURA 3	Osvaldo Cruz: Setores censitários..... 51
FIGURA 4	Mariápolis: Setores censitários..... 111
FIGURA 5	Adamantina: Setores censitários..... 112
FIGURA 6	Modelo de pares recíprocos..... 126
CROQUI 1	Comércio moderno na rede urbana..... 96
CROQUI 2	Comércio de exportação na rede urbana..... 96
CROQUI 3	Importância relativa dos dois circuitos na rede urbana..... 97

## LISTA DE FOTOS

	P.
FOTO 1	Osvaldo Cruz: Contraste – favela X loteamento fechado: 2007 50
FOTO 2	Mariápolis: Espaços diferenciados: 2007 78

## LISTA DE GRÁFICOS

	P.
GRÁFICO 1	Osvaldo Cruz: Vila Esperança e Vila Cavarú – Renda familiar (%): 2007..... 59

## LISTA DE QUADROS

	P.
QUADRO 1	Osvaldo Cruz: Setores censitários com piores indicadores..... 54
QUADRO 2	Osvaldo Cruz: Setores censitários com melhores indicadores..... 54
QUADRO 3	Mariápolis: Concepções e idéias associadas à cidade pelos entrevistados: 2007..... 108

## LISTA DE MAPAS

		P.
MAPA 1	Nova Alta Paulista - Localização da área de estudo.....	08
MAPA 2	Vias de acesso - Osvaldo Cruz e Mariápolis.....	09
MAPA 3	Nova Alta Paulista – População.....	10
MAPA 4	Nova Alta Paulista - Agroindústria canavieira e unidades prisionais.	12
MAPA 5	Osvaldo Cruz - Eixos de ruas, setores censitários e áreas de estudo. 2007.....	52
MAPA 6	Osvaldo Cruz – Domicílios improvisados. 2008.....	53
MAPA 7	Osvaldo Cruz – Domicílios tipo cômodo. 2008.....	53
MAPA 8	Osvaldo Cruz – Domicílios sem banheiro ou sanitário. 2008.....	53
MAPA 9	Osvaldo Cruz – Domicílios com quatro banheiros ou mais. 2008.....	53
MAPA 10	Osvaldo Cruz – Domicílios com abastecimento de água outra forma. 2008 .....	53
MAPA 11	Osvaldo Cruz – Domicílios ligados à rede de esgoto outra forma. 2008.....	53
MAPA 12	Osvaldo Cruz – Domicílios com coleta de lixo de outra forma. 2008.	53
MAPA 13	Osvaldo Cruz – Responsáveis pelos domicílios sem rendimento mensal. 2008.....	53
MAPA 14	Osvaldo Cruz - Responsáveis pelos domicílios sem rendimento mensal de até meio salários mínimos. 2008.....	53
MAPA 15	Osvaldo Cruz - Responsáveis pelos domicílios com rendimento mensal de mais de 15 salários mínimos. 2008.....	53
MAPA 16	Osvaldo Cruz - Responsáveis pelos domicílios sem estudo e menos de um ano de estudo. 2008.....	53
MAPA 17	Osvaldo Cruz - Responsáveis pelos domicílios com 17 anos ou mais de estudo. 2008.....	53
MAPA 18	Adamantina e Mariápolis – Domicílios improvisados . 2008.....	113
MAPA 19	Adamantina e Mariápolis – Domicílios tipo cômodo . 2008.....	113
MAPA 20	Adamantina e Mariápolis – Domicílios sem banheiro ou sanitário. 2008.....	113
MAPA 21	Adamantina e Mariápolis – Domicílios com quatro banheiros ou mais. 2008.....	113
MAPA 22	Adamantina e Mariápolis – Domicílios com abastecimento de água outra forma. 2008.....	113

MAPA 23	Adamantina e Mariápolis – Domicílios ligados à rede de esgoto de outra forma. 2008.....	113
MAPA 24	Adamantina e Mariápolis – Domicílios com coleta de lixo outra forma. 2008.....	113
MAPA 25	Adamantina e Mariápolis – Responsáveis pelos domicílios sem rendimento mensal . 2008.....	113
MAPA 26	Adamantina e Mariápolis – Responsáveis pelos domicílios com rendimento mensal de até meio s alário mínimo . 2008.....	113
MAPA 27	Adamantina e Mariápolis – Responsáveis pelos domicílios com rendimento mensal de mais de 15 salários mínimos. 2008.....	113
MAPA 28	Adamantina e Mariápolis – Responsáveis pelos domicílios sem estudos e menos de um ano de estudo. 2008.....	113
MAPA 29	Adamantina e Mariápolis – Responsáveis pelos domicílios com 17 anos ou mais de estudos. 2008.....	113

## RESUMO

Nesta pesquisa, analisamos as forças sociais e os processos e dinâmicas que levam à segregação socioespacial, com o intuito de compreender a produção do espaço urbano. Para a análise do processo de segregação socioespacial nas cidades pequenas de Osvaldo Cruz e Mariápolis, no Estado de São Paulo, usamos como pontos norteadores a presença e/ou ausência dos meios de consumo coletivo e privado (redes de abastecimento e coleta, equipamentos e saúde pública, educação e assistência social, transporte coletivo, comércio em geral, etc.), o estudo da mobilidade, as relações interurbanas e as relações entre o rural/agrícola/urbano. O objeto de trabalho recaiu sobre a compreensão das dinâmicas segregativas no contexto da produção do espaço urbano em cidades pequenas. O estudo contemplou a estruturação espacial das cidades, as condições de vida de seus moradores e as formas como percebem e apreendem o processo de segregação socioespacial intra-urbana, bem como identificou os agentes responsáveis pela produção do espaço urbano, mostrando que as desigualdades socioespaciais derivam não apenas das diferenças socioeconômicas definidas no âmbito da sociedade, mas também do lugar que as pessoas habitam. Tomando-se como base a relação entre os processos intra e interurbanos, ou seja, nas relações entre os espaços da cidade e a rede urbana, levantamos a hipótese da existência de segregação socioespacial interurbana.

Palavras chaves: Segregação socioespacial, cidades pequenas, segregação socioespacial interurbana, Mariápolis, Osvaldo Cruz, espaço urbano.

## **ABSTRACT**

The aim of this paper is to reveal how the urban space is produced by analyzing the social forces, processes and dynamics which lead to social and spatial segregation. The indicators we used to analyze the social and spatial segregation process in the small towns, – Osvaldo Cruz and Mariópolis – in São Paulo State, were the presence and/or absence of public and private consumption means (distribution and collection systems, public health, equipments and transportation, education, social assistance, trade), the study of mobility, the intercity relations, and the rural/agrarian/urban relations. This dissertation focused on the segregative dynamics in the context of small town urban space constitution. The town spatial constitution, their inhabitants' living conditions, and the ways they perceive the intra-urban social and spatial segregation are discussed, as well as the agents who are responsible for the urban space constitution are identified, in order to prove that social and spatial dissimilarities are due not only to social and economical differences present within society, but also to the location where people live. Based on the relation between intra and interurban processes, in other words, the relation between the town spaces and the urban system, we came to the hypothesis of an existing interurban social and spatial segregation.

Key-Words: social and spatial segregation, small towns, interurban social and spatial segregation, Mariópolis, Osvaldo Cruz, urban space.

## INTRODUÇÃO

Por meio da pesquisa que gerou esta dissertação de mestrado, analisamos como se caracteriza o processo de segregação socioespacial e, para isso, consideramos a produção do espaço urbano em duas cidades pequenas: Osvaldo Cruz e Mariápolis.

O interesse pelo tema da segregação socioespacial surgiu da necessidade de apreender que processos e dinâmicas produzem as diferenças entre áreas diversas do espaço urbano e como elas são percebidas e absorvidas pelas pessoas que nelas residem.

O estudo dessas cidades não compara e/ou descreve duas realidades próximas, caracterizando os processos segregativos existentes, mas analisa como o processo de segregação socioespacial se estrutura no contexto das cidades pequenas. A escolha de duas localidades, com um contingente populacional diferenciado – uma, com cerca de três mil habitantes e outra, com pouco mais de 30 mil - possibilitou-nos apreender e demonstrar as diferenças existentes entre elas, e como o mesmo processo não se estrutura igualmente em realidades semelhantes.

Osvaldo Cruz possui uma população de 30.150 habitantes (IBGE, contagem populacional 2007)<sup>1</sup>, A maioria de sua população trabalha na própria cidade devido à existência de comércio, serviços e indústrias, sendo que uma parcela considerável trabalha no setor sucroalcooleiro, enquanto outras pessoas, com profissões mais especializadas, deslocam-se para outras localidades.

Sua população, apesar do acesso a serviços e comércio na cidade, dirigem-se para cidades maiores quando necessitam de serviços mais diversificados e especializados. Osvaldo Cruz apresenta características, em sua estruturação urbana, que nos levaram a formular a seguinte indagação: por que uma cidade com esse tamanho demográfico tem dois loteamentos fechados e um bairro popular tido como favela?

A população de Mariápolis é de 3.786 habitantes (IBGE, contagem populacional 2007)<sup>2</sup>. Grande parte dessa população trabalha no corte da cana-de-açúcar, principal atividade no município e desenvolvida também em outras cidades da região, e uma outra parcela trabalha na cidade de Adamantina. Essas pessoas dependem igualmente de Adamantina para terem acesso a quase todos os serviços e comércio, devido à sua deficiência ou inexistência em Mariápolis. A partir dessa realidade levantamos a hipótese que será defendida neste trabalho: se o processo de segregação socioespacial não poderia

---

<sup>1</sup> Em 2000 o número total de habitantes era de 29.648 habitantes, distribuídos em 26.141 na zona urbana e 3.507, na rural (IBGE, 2000). Segundo estimativas SEAD (2007) a população total é de 30.233 habitantes, sendo 27.097 na zona urbana e 3.136 na rural.

<sup>2</sup> Em 2000 o número total de habitantes era de 3.854 habitantes, distribuídos em 2.803 na zona urbana e 1.051, na rural (IBGE, 2000). Segundo estimativas SEAD (2007) a população total é de 3.726 habitantes, sendo que 2.785 vivem na cidade e 941, na zona rural.

ser apreendido na escala interurbana, ou seja, não estaria a população de Mariópolis segregada?

Dois principais motivos justificam a escolha de cidades pequenas, especificamente Osvaldo Cruz e Mariópolis, para se proceder à análise da segregação socioespacial.

Primeiramente, influenciou nossa opção a existência de poucos estudos relacionados à estruturação do espaço urbano e às condições de vida nas pequenas cidades. Esperamos que os resultados da pesquisa contribuam para o debate sobre elas e ofereçam elementos que favoreçam a compreensão de suas especificidades, tendo como base as características que as identificam.

Em segundo lugar, destacamos o grande interesse em analisar as relações socioespaciais em cidades pequenas, pois mesmo havendo pesquisas voltadas para essa temática, constata-se que os estudiosos, no momento, estão muito mais voltados para as grandes metrópoles e cidades médias, nas quais os problemas apresentam maior magnitude. No entanto, é preciso considerar que nas pequenas cidades também ocorrem dinâmicas segregativas.

Ressaltamos que padrões de segregação socioespacial podem ser encontrados também em outras cidades da região como, por exemplo, Adamantina. Porém, o foco de nosso estudo recai sobre Osvaldo Cruz e Mariópolis porque, dentro de um contexto regional, foi nas duas cidades que mais se evidenciaram os processos que pretendemos analisar neste trabalho.

Na primeira, a construção de loteamentos fechados, que só mais recentemente vem ocorrendo em outras cidades da região, teve início em 1990. Na segunda, a existência de disparidades intra-urbanas, como também uma acentuada dependência interurbana e uma intensa relação entre os espaços rural/agrícola e urbano, cuja análise permitir-nos-á pensar a hipótese que se formulou à medida que esta pesquisa se desenvolvia, qual seja: apreender o processo de segregação socioespacial na escala interurbana.

Para discutirmos as indagações apresentadas acima, organizamos o trabalho em quatro capítulos.

No **primeiro capítulo** trabalharemos com a conceituação de cidade pequena, demonstrando o nível funcional que cada localidade desempenha na rede de cidades.

Nesta pesquisa, as duas localidades propostas para o estudo – Osvaldo Cruz e Mariópolis – são conceituadas como cidades pequenas.

No entanto, entendendo que essa conceituação engloba uma diversidade de cidades, discutiremos, do ponto de vista qualitativo, uma conceituação de cidades sub-regionais e cidades locais, em função de seus tamanhos demográficos e das funcionalidades que desempenham na rede urbana a que pertencem. Contudo, ainda que pequenas, as cidades têm importâncias funcionais diferentes.



As duas cidades apresentam características típicas de cidades interioranas – como relações de vizinhança, a proximidade entre os diferentes agentes – mas com funcionalidades diferentes. Dessa forma, a cidade de Osvaldo Cruz será analisada neste capítulo, como cidade sub-regional e Mariápolis, como cidade local.

A adoção de conceitos mais precisos, capazes de expressar as diferenças entre as duas cidades, ainda que ambas sejam conceituadas como pequenas, é, nesta pesquisa, uma ferramenta metodológica importante para discutirmos o processo de segregação socioespacial, uma vez que oferece elementos para se averiguar as possíveis relações entre tamanho demográfico, grau de complexidade funcional e espacial e ocorrência do processo de segregação socioespacial, para defender a hipótese de segregação socioespacial interurbana.

No **capítulo dois**, o foco é a compreensão do processo de segregação socioespacial na estruturação do espaço urbano.

Discutiremos as adjetivações residencial, urbana, social e espacial para demonstrar o porquê da adoção do conceito de segregação socioespacial, pois entendemos que as relações sociais, econômicas e culturais refletem-se no espaço e são, também, por ele determinadas. Dessa forma, no âmbito da dinâmica resultante das relações espaço ↔ sociedade, o espaço oferece condições para a vida, transformando o homem e suas relações sociais, e os homens, por meio de suas relações sociais, (re)configuram continuamente o espaço.

A partir da adoção do conceito de segregação socioespacial, analisamos as dimensões objetivas e subjetivas que envolvem o processo. A dimensão objetiva pode ser observada na separação existente entre os diferentes segmentos sociais na estruturação do espaço urbano, e a dimensão subjetiva permite-nos perceber como as pessoas se sentem em relação aos diferentes espaços da cidade e como os percebem.

Ainda, discutindo o processo de segregação socioespacial, analisaremos alguns indicadores que o evidenciam: concentração de pobres ou ricos em determinadas áreas da cidade; nível de escolaridade; número de moradores por domicílio; nível de renda; condições da habitação e moradia; mobilidade da população; análise da presença ou ausência, quantidade e qualidade dos meios de consumo coletivo, tais como: redes de abastecimento e coleta, equipamentos e saúde pública, educação, assistência social e transporte coletivo.

A análise desses indicadores nos possibilitará entender as contradições entre os pares dialéticos: a cidade (o todo) e os bairros estudados (a parte); o centro e a periferia.

A discussão sobre os elementos apontados, juntamente com a apreensão da produção do espaço urbano através das ações desenvolvidas pelos produtores do espaço (Estado, agentes imobiliários e sociedade civil), permite-nos compreender como o processo

de segregação socioespacial se estrutura na sociedade capitalista.

No **capítulo três**, discutiremos a estruturação da segregação socioespacial, apontando as semelhanças e diferenças existentes nos processos segregativos em cidades pequenas.

Esta pesquisa tem como objetivo principal entender o processo de segregação socioespacial em cidades pequenas, apontando suas características e em que se diferencia, quando ocorre em cidades de maior porte e/ou importância, como metrópoles e cidades médias. No entanto, para que possamos apreender as semelhanças e diferenças na análise do processo de segregação socioespacial em cidades pequenas deparamo-nos com o desafio de articular as relações entre as escalas intra e interurbana e as relações entre o rural/agrícola/urbano, pois essas inter-relações possibilitam-nos compreender o espaço intraurbano de forma mais ampla.

Nesse sentido, procuramos desenvolver nossa pesquisa pautada nessas inter-relações (intra e interurbana e rural/agrícola/urbano), pois ao mesmo tempo em que há semelhanças entre as diferentes cidades, também encontramos diferenças entre as diversas realidades.

No **capítulo quatro**, desenvolveremos a hipótese da existência de segregação socioespacial interurbana.

O conceito de segregação socioespacial é utilizado para explicar processos decorrentes da urbanização, relativos à separação entre os diferentes segmentos sociais nas cidades. Esse conceito sempre foi aplicado para explicar processos na escala intraurbana.

No entanto, se a segregação socioespacial, fruto das contradições sociais, é estruturada a partir do processo da urbanização, por que, então, restringir sua análise ao espaço intraurbano, sendo que o processo de urbanização transcende os limites da cidade?

Diante dos fatos de que as funções urbanas de uma localidade não suprem as necessidades básicas da população que precisa, para isso, se deslocar para outras localidades, e de que essa população não se sente inserida em uma realidade urbana, não estaríamos frente a um processo de segregação socioespacial interurbana? Ou seja, uma cidade toda não poderia estar segregada socioespacialmente?

Indicadores que nos levam a formular essas questões foram elencados a partir da análise da cidade de Mariápolis, na qual nos apoiaremos para defender a hipótese levantada nesta dissertação. No entanto, para aprofundar esses apontamentos, é necessário compreender as relações que ocorrem na escala das redes urbanas.

Ao final da dissertação, no **Apêndice**, realizaremos uma descrição dos procedimentos metodológicos adotados para o desenvolvimento da pesquisa.

Antes de iniciarmos o desenvolvimento da dissertação, realizaremos uma breve caracterização e localização da região na qual se inserem as cidades de Osvaldo Cruz e Mariápolis.

### **Localização e caracterização da área de estudo<sup>3</sup>**

Nossa área de estudo localiza-se na Nova Alta Paulista, extremo Oeste do Estado de São Paulo, conforme observamos no mapa 1.

Osvaldo Cruz está localizada às margens da Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros (SP294) e, aproximadamente, a 10 km da Rodovia Assis Chateaubriand (SP 245). Mariápolis localiza-se a 20 km da Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros (SP294) e o acesso à cidade se dá por vicinais com ou sem pavimentação, conforme o mapa 2.

A Nova Alta Paulista é basicamente composta por cidades pequenas, uma vez que sua ocupação ocorreu com a predominância de pequenas propriedades rurais, como nos aponta Monbeig, (1984).

A maior cidade da Nova Alta Paulista é Tupã, seguida de Dracena, Adamantina e Osvaldo Cruz. Contudo, a maioria dos municípios possui um contingente populacional de até 10 mil habitantes, conforme o mapa 3.

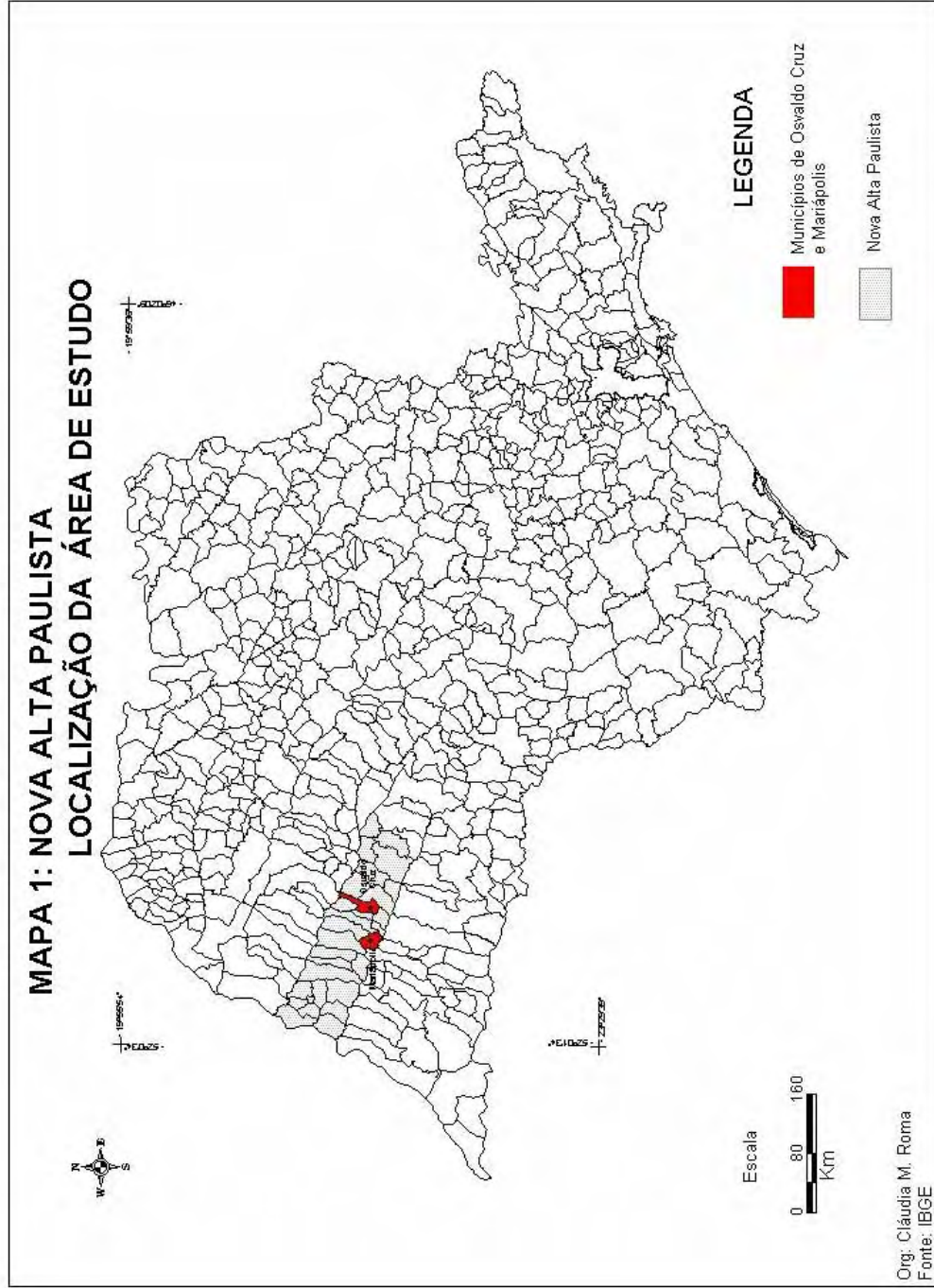
A região é composta por 30 municípios, sendo que 23 pertencem à 10ª Região Administrativa do Estado de São Paulo, cuja sede é Presidente Prudente, e sete são integrantes da 12ª Região Administrativa, com sede na cidade de Marília. No entanto, todas elas se integram à região denominada Nova Alta Paulista por se identificarem com os problemas e as características dessa área (GIL, 2007).

Segundo Gil (2007, p. 02):

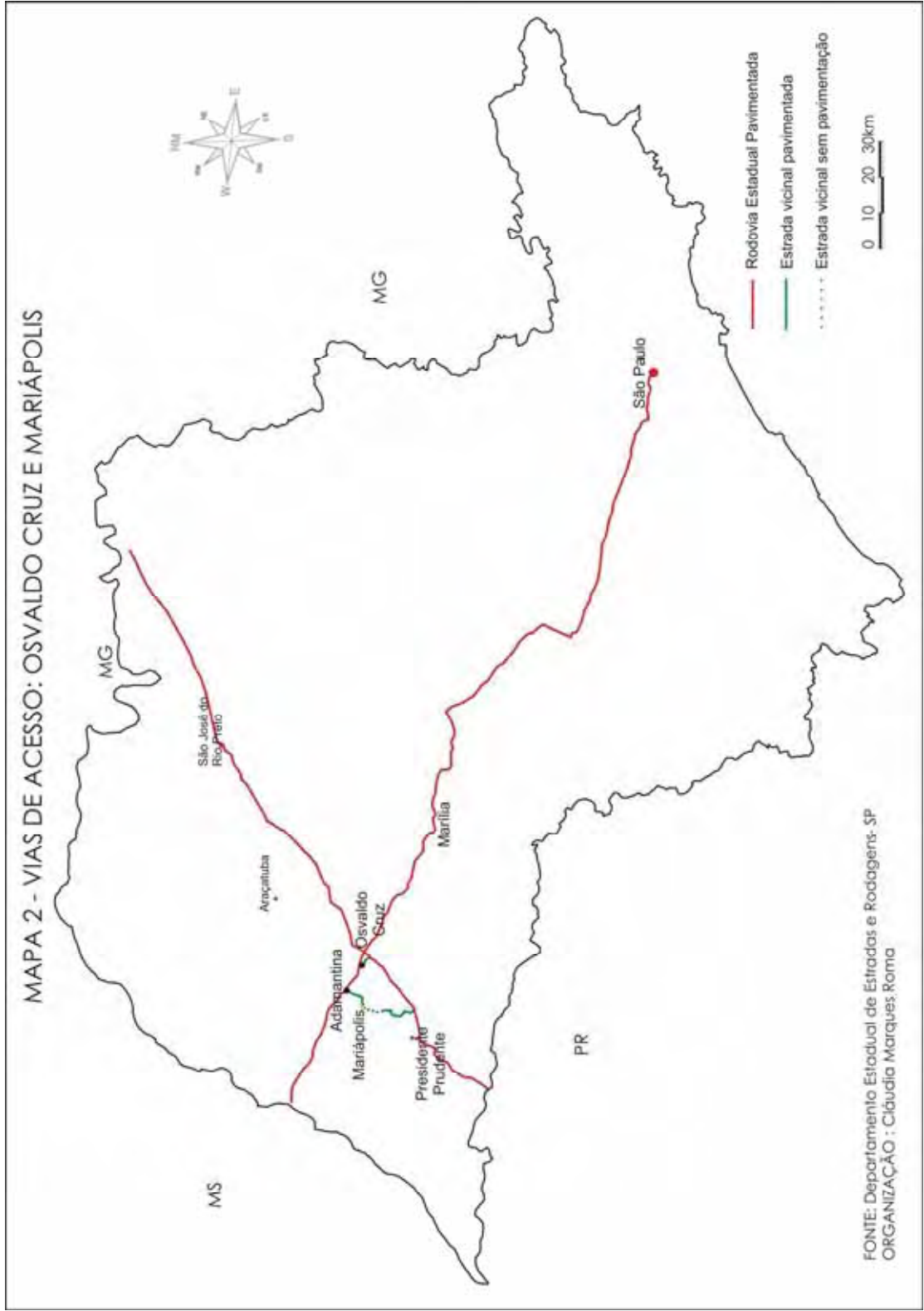
A Nova Alta Paulista é uma área do Estado de São Paulo, que busca incansavelmente o seu reconhecimento político junto ao governo estadual como área independente das regiões administrativas a que pertencem, e pela sua vitalização econômica e social. Formou-se no crepúsculo da economia cafeeira e na aurora da economia urbano-industrial brasileira, entre as décadas de 1930 e 1960.

---

<sup>3</sup> Como o objetivo deste trabalho não é realizar uma discussão acerca do contexto regional, realizaremos uma breve caracterização da região na qual se localizam Osvaldo Cruz e Mariápolis. Para maiores informações sobre a região consultar a tese de doutorado de Izabel Castanha Gil (2007) e a dissertação de mestrado de Tânia Maria Fresca (1990).



# MAPA 2 - VIAS DE ACESSO: OSVALDO CRUZ E MARIÁPOLIS

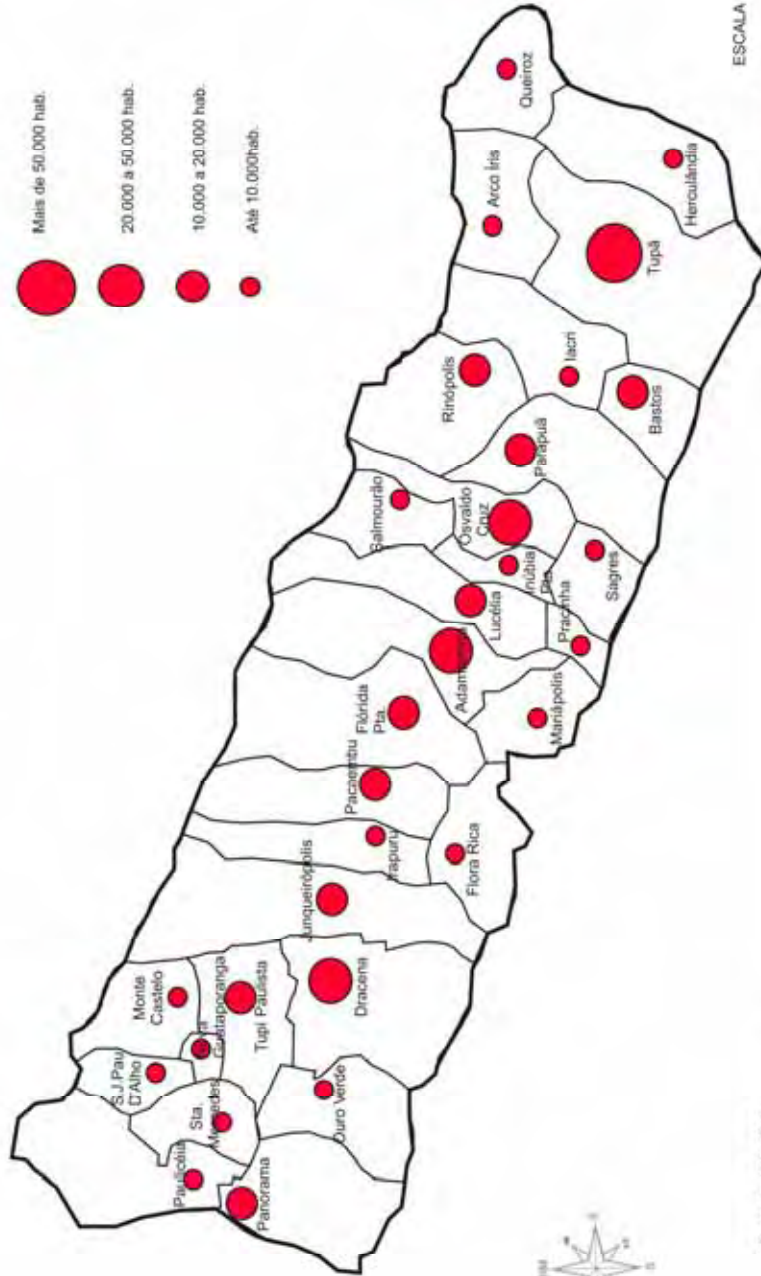


FONTE: Departamento Estadual de Estradas e Rodagens- SP  
ORGANIZAÇÃO : Cláudia Marques Roma

# MAPA 3: NOVA ALTA PAULISTA - POPULAÇÃO

**POPULAÇÃO**

- Mais de 50.000 hab.
- 20.000 a 50.000 hab.
- 10.000 a 20.000 hab.
- Até 10.000 hab.



ESCALA



FONTES: Izabel Castanha Gil, 2007  
 ORGANIZAÇÃO: Cláudia Marques Roma, 2008

A Associação dos Municípios da Nova Alta Paulista (AMNAP), que congrega os prefeitos dos 30 municípios que a compõem, reivindica independência em relação às regiões administrativas de Presidente Prudente e Marília.

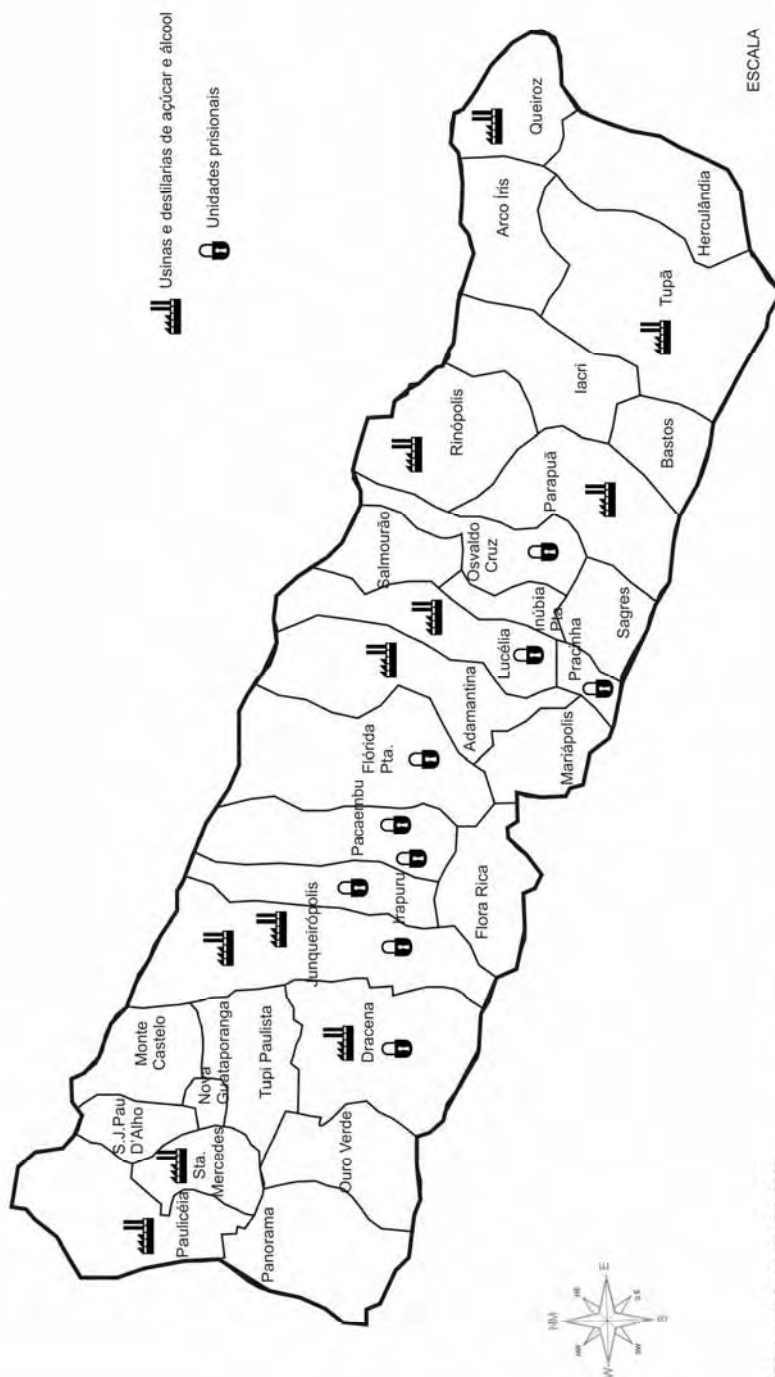
No Mapa 4, identificamos os municípios que comportam usinas e destilarias de açúcar e álcool e unidades prisionais.

A maior parte dos trabalhadores agrícolas residentes na cidade de Mariápolis emprega-se na usina/destilaria Alto Alegre S/A, cuja unidade produtiva localiza-se no distrito de Ameliópolis, próximo a Mariápolis, e tem sua sede em Presidente Prudente.

O elevado número de usinas e destilarias de açúcar e álcool e de unidades prisionais na região da Nova Alta Paulista reestrutura a dinâmica dos municípios, principalmente, de uma região basicamente composta por pequenas cidades.

As usinas e destilarias modificam a estrutura do campo, da cidade e a relação entre os elementos do par urbano/rural, abrindo uma discussão em torno da tríade rural/agrícola/urbano. E as unidades prisionais servem de justificativa, pelos agentes produtores do espaço urbano, para estruturarem e manterem a separação entre os diferentes segmentos sociais, fortalecendo a desigualdade socioespacial presente no espaço urbano dessas pequenas cidades.

# MAPA 4: NOVA ALTA PAULISTA - AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA e UNIDADES PRISIONAIS



FONTES: Izabel Castanha Gil, 2007  
 UDOP (União dos Produtores de Bioenergia), 2008  
 Secretaria de Administração Penitenciária - SP, 2008  
 ORGANIZAÇÃO: Cláudia Marques Roma, 2008



## 1. CIDADE PEQUENA: UM ESFORÇO DE CONCEITUAÇÃO

Para apreendermos os processos que ocorrem na realidade dos espaços é necessário conhecê-los e isso nos leva, primeiramente, à conceituação. Conceituar não é somente classificar as cidades hierarquicamente, mas compreender, além das relações do tipo hierárquicas, as funções urbanas que uma localidade desempenha.

Assim, temos o interesse de apreender e complementar as discussões acerca da conceituação de cidade pequena, ou seja, é preciso tentar compreender, por exemplo, as distinções entre cidades locais e “regionais”. Da mesma maneira que é necessário conceituar o que se entende por metrópole, cidade média ou cidade de porte médio, também, é de extrema importância realizar esse exercício no que se refere a pequenas localidades.

O número total de municípios no Brasil é de 5.564, com uma população aproximada de 183.987.291 habitantes. Desses municípios, 5.009 têm um contingente populacional de até cinquenta mil habitantes, o que representa 90,02% do total de municípios e 34,55% da população do país. Isso demonstra a necessidade de voltarmos para as dinâmicas que ocorrem nessas cidades, onde vive uma parcela considerável da população brasileira (IBGE, 2007)

Para conceituar as cidades pequenas, tomaremos como dimensão principal a qualitativa, sendo que para essa categoria de cidade vem sendo divulgada uma classificação baseada puramente na definição de classes ou por tipologia. Para Santos (1982, p. 70):

Quando se fala de cidades pequenas, a noção de volume da população vem logo à mente. Aceitar um número mínimo, como o fizeram diversos países e também as Nações Unidas, para caracterizar diferentes tipos de cidades no mundo inteiro, é incorrer no perigo de uma generalização perigosa. O fenômeno urbano, abordado de um ponto de vista funcional, é antes um fenômeno qualitativo e apresenta certos aspectos morfológicos próprios a cada civilização e admite expressão quantitativa, sendo isso outro problema.

Mesmo conceituando as cidades a partir de suas funções, com a valorização, portanto, de seus aspectos qualitativos, não devemos abdicar da dimensão quantitativa, pois a interface entre as duas dimensões enriquece sobremaneira a elaboração do conceito.

O conceito de cidade pequena, além de contemplar análises qualitativas e quantitativas perpassa pela discussão do próprio conceito de cidade e de urbano, pois, como afirma Endlich (2006, p. 85),:

O conceito de pequena cidade é daqueles de difícil elaboração. As localidades assim denominadas oferecem elementos para se discutir não só o conceito de cidade, pois nelas são avaliados os qualificativos que devem compor o limiar entre a cidade e a não-cidade. As pequenas cidades são localidades em que tais requisitos se apresentam, ainda que com patamares mínimos.

Na Geografia Urbana, encontramos inúmeras expressões terminológicas para classificar ou conceituar as cidades, revelando diferentes reflexões e análises acerca da temática. A partir das teorias apontadas, em diversos trabalhos, por Milton Santos, por Rochefort e outros autores, propomo-nos o desafio de conceituar cidades pequenas. No entanto, para que essa tarefa possa ser executada, relacionar o teórico e o empírico é de fundamental importância, pois ambos se complementam. É justamente essa relação que procuraremos estabelecer para compreender a realidade de duas cidades: Mariápolis, que possui uma população de 3.726 habitantes (IBGE, CENSO 2007) e Osvaldo Cruz, com 30.233 habitantes (IBGE, CENSO 2007).

Keller (1968, p. 308) descreve a organização do espaço do território brasileiro da seguinte forma:

Organizou-se nesse espaço do território brasileiro, que tem São Paulo como cabeça, uma rede urbana estruturada com localidades centrais de quatro escalões hierárquicos: a metrópole, os centros de segunda ordem, (centros regionais), os centros de terceira ordem (centros sub-regionais) e os centros locais de quarta ordem.

Para nosso estudo devemos apreender as dinâmicas da região de Marília e Presidente Prudente. Com relação à capital regional de Marília, pela sua posição geográfica, havia um enfraquecimento de sua ação polarizante para Presidente Prudente que mantinha relações comerciais regulares e intensas com os centros sub-regionais de Dracena e Adamantina (KELLER, 1968). Ainda nesse a autora classifica Osvaldo Cruz como centro local.

Azevedo (1970, p. 255) classifica as cidades levando em consideração as funções urbanas que cada localidade desempenha, assim, o autor agrupa as cidades em três grandes categorias:

*a) as cidades pequenas*, com população urbana superior a 5.000 habitantes, mas inferior a 30.000; *b) as cidades médias*, com população urbana superior a 30.000 habitantes, mas inferior a 100.000; *c) as cidades grandes*, com população urbana superior a 100.000 habitantes, mas inferior a 500.000. Ao reduzido número de cidades com mais de 500.000 habitantes em suas áreas urbanas reservamos a designação de *metrópoles*.

Corrêa e Lima (1977, p. 596) utilizando-se do estudo *Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas* identificaram quatro níveis de cidades, comportando o primeiro quatro categorias de centros e os demais duas categorias, correspondentes às diferentes formas de atuação dos centros:

- a. Nível 1 – compreende os centros que comandam as redes urbanas brasileiras (...)
  - b. Nível 2 – *Centros Regionais*: compreende os centros que se ligam diretamente aos de nível 1 (...) a distinção entre as categorias a e b se faz fundamental principalmente na atuação extra-regional do centro (...)
  - c. Nível 3 - *Centros Sub-Regionais*: compreende cidades que estão subordinadas aos centros de nível 2 ou vinculadas diretamente às metrópoles.
  - d. Nível 4 – *Centros Locais*: compreende cidades que estão subordinadas aos centros de nível 3 ou que se encontram diretamente vinculadas aos centros regionais ou às metrópoles (...).
- A distinção entre as categorias a e b se faz fundamental principalmente na atuação extra-regional do centro e no comando de uma área com estruturação urbana definida, contendo centros de atuação inferiores.

A região de Marília (2B) comandava segundo esse estudo “*cinco centros sub-regionais: Tupã, Adamantina, Dracena e Graça. Quatro centros locais completam a rede regional: Tupi Paulista, Osvaldo Cruz, Maracá e Pompéia*” (CORRÊA E LIMA, 1977).

O estudo *Regiões de Influência das Cidades 1993* (IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2000) aponta que as cidades de Osvaldo Cruz e Mariápolis apresentavam interações espaciais com Presidente Prudente, assim tem-se: São Paulo→Presidente Prudente→Adamantina→Flora Rica-Flórida Paulista-Irapuru-Lucélia-Mariápolis e Pacaembu.

↓

Osvaldo Cruz→Inúbia Paulista-Parapuã-Rinópolis-Sagres e Salmourão.

Santos (2004, p. 284), em seu esforço de conceituação das cidades, considera que a organização do espaço seja pensada a partir de seu nível funcional, assim propõe:

Uma classificação diferente, considerando que a capacidade de organização do espaço pela cidade depende de seu nível funcional. Ter-se-iam as cidades locais, as cidades regionais, as metrópoles incompletas e as metrópoles completas.

Santos (1982, p. 70 e 71), define, ainda, cidade local como:

Aglomerações em seu nível mais fundamental, nível abaixo do qual não se pode mais falar da existência de uma verdadeira cidade. Temos aqui uma questão de limite inferior da complexidade das atividades urbanas capazes, em um momento dado, de garantir ao mesmo tempo um crescimento

auto-sustentado e um domínio territorial.

A cidade local é a dimensão mínima a partir da qual as aglomerações deixam de servir às necessidades da atividade primária para servir às necessidades inadiáveis da população, com verdadeira especialização do espaço.

Poderíamos então definir a cidade local como a aglomeração capaz de responder às necessidades vitais mínimas, reais ou criadas, de toda uma população, função esta que implica uma vida de relações.

Para Rochefort (1961), as cidades também podem ser classificadas a partir de suas funções urbanas, numa hierarquização das localidades, definidas pelo autor da seguinte maneira: *Capitale du reseau; Grand port de la capitale; Grand centre regional de 1<sup>er</sup> ordre; Centre regional de 1<sup>er</sup> ordre; Grand centre regional de 2<sup>ème</sup> ordre; Centre regional de 2<sup>ème</sup> ordre; Centre regional de 3<sup>ème</sup> ordre; Centre local de 1<sup>er</sup> ordre e Centre local de 2<sup>ème</sup> ordre* (ROCHEFORT, 1961, p.15).

O autor (p. 5) afirma que os centros locais são possuidores de funções urbanas mais simples, desempenhando papel de dependência em relação a outras localidades. Assim, Santos (1982) e Rochefort (1961) compreendem como cidade local o aglomerado urbano que atende apenas às necessidades básicas e vitais de sua população.

Essas aglomerações, para conseguirem suprir as demandas consideradas básicas, recorrem à mão-de-obra de outras cidades, demonstrando que o nível de suas funções está no limite inferior da complexidade urbana. O acesso a serviços e equipamentos mais especializados é obtido, necessariamente, em cidades que apresentam funções urbanas mais elevadas.

Para W. dos Santos (1989, p. 25):

Os menores núcleos urbanos são geralmente classificados como "centros locais", dependendo de apresentarem determinadas funções de centralidade e, portanto, uma área de influência local em relação a pequenas localidades e áreas rurais adjacentes.

Em nossa perspectiva de análise, os centros locais, por apresentarem um nível funcional no limite inferior da complexidade urbana, não desempenham centralidade em relação a outras cidades, atendendo apenas as demandas de seus espaços rurais e agrícolas. Ou seja, o centro local é a pequena localidade que depende de outras aglomerações.

O mesmo autor (p. 23) aponta, ainda que para ser considerada cidade local, o aglomerado urbano precisa apresentar um determinado patamar de população urbana:

Mas, e quanto ao tamanho da pequena cidade local? O patamar urbano de 2.000 a 20.000 hab. pode ser um ponto de

partida à análise porque, com algumas exceções, os centros abaixo desse mínimo já se confundem com as vilas e os povoados rurais. Acima dos 20.000 hab., muitos começam a assumir posturas de cidades médias, frente ao seu padrão regional. (grifo do autor)

Quando se analisa a cidade de Mariópolis, verifica-se que ela apresenta todas as características para que o conceito de cidade local possa ser aplicado a ela, como apontaremos a seguir

Para suprir as necessidades básicas de sua população, a cidade necessita de mão-de-obra qualificada oriunda de outros municípios, tais como: engenheiros, médicos, dentistas, cartorários, professores, entre outros profissionais. O acesso aos meios de consumo coletivo e individual na escala local se resume às necessidades vitais da população, que recorre a outros municípios, quase que diariamente, para ter acesso a serviços e equipamentos urbanos mais especializados.

Essas afirmações podem ser constatadas nas Tabelas 1 e 2, nas quais verificamos os deslocamentos interurbanos da população de Mariópolis em busca de serviços básicos como saúde, educação, lazer e compras, entre outros.

#### **Tabela 1**

#### **Mariópolis**

#### **Meios de Consumo Coletivo**

**2007**

Existência na cidade		onde obtêm o serviço	Frequência	%
<b>Hospital</b>				
<b>Sim</b>	<b>Não</b>			
	X	Adamantina	247	89,6
		Marília	10	3,6
		Lucélia	7	2,5
		Presidente Prudente	6	2,2
		São J. do Rio Preto	2	0,7
		Não utiliza	4	1,4
<b>Posto de saúde</b>		<b>onde obtêm o serviço</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
<b>Sim</b>	<b>Não</b>	Mariópolis	246	94,6
X		Adamantina	2	0,8
		Caiabu	1	0,4
		Não utiliza	11	4,2
<b>Serviço médico (particular)</b>		<b>onde obtêm o serviço</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
<b>Sim</b>	<b>Não</b>	Adamantina	90	31,7
	X	Presidente Prudente	17	6,0
		Lucélia	9	3,2
		Marília	5	1,8
		São J. do Rio Preto	5	1,8
		Dracena	2	0,7
		Osvaldo Cruz	1	0,4
		Jaú	1	0,4
		Não utiliza	153	54,0
<b>Serviço de dentista (público/particular)</b>		<b>onde obtêm o serviço</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
<b>Sim</b>	<b>Não</b>	Mariópolis (público)	98	36,6
X		Adamantina	47	17,5
		Mariópolis (particular)	37	13,8
		Lucélia	1	0,4
		Presidente Prudente	1	0,4
		Não utiliza	84	31,3
<b>Creche</b>		<b>onde obtêm o serviço</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
<b>Sim</b>	<b>Não</b>	Mariópolis	9	3,5
X		Adamantina	2	0,8
		Não utiliza	249	95,7
<b>Igreja</b>		<b>onde obtêm o serviço</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
<b>Sim</b>	<b>Não</b>	Mariópolis	237	91,2
X		Adamantina	1	0,4
		Não utiliza	22	8,4
<b>Área de Lazer</b>		<b>onde obtêm o serviço</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
<b>Sim</b>	<b>Não</b>	Mariópolis	57	9,9
X		Adamantina	18	6,6
		Panorama	3	1,1
		Presidente Prudente	3	1,1
		Área Rural	3	1,1
		Caiabú	1	0,4
		Tupã	1	0,4
		Outra cidade	8	2,9
		Não utiliza	177	65,3
<b>Escola</b>		<b>onde obtêm o serviço</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
<b>Sim</b>	<b>Não</b>	Mariópolis	114	43,2
X		Adamantina	17	6,4
		Não utiliza	133	50,4

Fonte: Trabalho de campo, 2007.

Analisando a Tabela 1, a primeira observação a ser destacada é a dependência da população da cidade em relação a Adamantina, pois constatamos que, quando necessitam de determinados serviços coletivos, a quase totalidade dos entrevistados dirige-se àquela localidade, em especial no caso de precisar de hospital, inexistente em Mariápolis, ou de serviço médico particular.

Essa relação com Adamantina pode ser notada, ainda, quando se observa que a cidade aparece sempre como segunda opção, seja na busca por escola (6,4% dos entrevistados que a freqüentam), lazer (6,6% dos entrevistados que o utilizam), creche (0,8% dos poucos entrevistados que a utilizam) ou dentista particular<sup>4</sup> (17,5% dos entrevistados que utilizam esse serviço), seja nos itens pouco significativos, como igrejas e posto de saúde, que, em Mariápolis, suprem a demanda de quase a totalidade dos entrevistados.

Enfim, a tabela reforça a posição de Mariápolis no patamar inferior da hierarquia das cidades, pois oferece apenas os serviços essenciais, evidenciando-se sua dependência em relação à Adamantina.

Essas afirmações são reforçadas com os dados da Tabela 2, que demonstra o local de obtenção dos bens de consumo privado pelos moradores de Mariápolis.

Notamos que 46,8% dos entrevistados dirigem-se até Adamantina para as compras de produtos alimentícios básicos, enquanto outros 18,1% afirmam adquiri-los em Adamantina e Mariápolis, e 30,6%, apenas em Mariápolis<sup>5</sup>.

Mais nítido ainda são os dados referentes à obtenção de produtos como roupas, calçados e armarinhos: apenas 3,7% dos entrevistados obtêm os produtos somente em Mariápolis, e 78,5% apontam Adamantina como local de compras, restando 6,6% deles que adquirem os produtos em Adamantina e Mariápolis.

---

<sup>4</sup> Recentemente, devido ao grande número de recém-formados pela FAI (Faculdades Adamantinenses Integradas), alguns profissionais dessa área, moradores de Adamantina, abriram consultórios na cidade de Mariápolis em busca de novos clientes.

<sup>5</sup> Na pesquisa de campo, a maioria dos entrevistados apontava a dificuldade de locomoção e a possibilidade de comprar a prazo como os motivos para adquirirem os produtos apenas, em Mariápolis; fosse outra a situação, prefeririam fazer suas compras em outras localidades, principalmente por serem os preços mais elevados no comércio local, dado que será melhor analisado em capítulos posteriores.

## Tabela 2

### Mariópolis

#### Bens de consumo privado

2007

Existência na cidade		onde obtêm o serviço	Frequência	%
Sim	Não			
Comércio alimentar				
X		Adamantina	124	46,8
		Mariópolis	81	30,6
		Adamantina/Mariópolis	48	18,1
		Inúbia Paulista	10	3,8
		Lucélia	1	0,4
		Presidente Prudente	1	0,4
Confecções, calçados e armarinhos				
x		Adamantina	213	78,5
		Adamantina/Mariópolis	23	8,5
		Presidente Prudente	18	6,6
		Mariópolis	10	3,7
		Marília	1	0,4
		Tupã	1	0,4
		Americana	1	0,4
		Bauru	1	0,4
		São Paulo	1	0,4
		Não Utiliza	2	0,7

Fonte: Trabalho de Campo, 2007.

Portanto, analisando as Tabelas 1 e 2, observa-se que a população da cidade de Mariópolis necessita se deslocar para outras localidades, principalmente para Adamantina, cidade um nível acima no que concerne às funcionalidades urbanas, para realizarem praticamente todas as atividades.

Os moradores de Mariópolis utilizam-se, na própria cidade, de serviços e equipamentos urbanos públicos, como creche e ensino fundamental e médio, assim como posto de saúde destinado aos atendimentos básicos<sup>6</sup>. No que se refere à aquisição de confecções, armarinhos, calçados e alimentos, praticamente todos os entrevistados procuram esses bens em outras localidades. Os que adquirem mercadorias no comércio local, fazem-no pelas facilidades de pagamento como, por exemplo, anotações em cadernetas, sem comprovação de renda, sem emissão de cheque pré-datado, etc, entrelaçando-se as relações de conhecimento e confiança com as relações econômicas. Essas pessoas aceitam pagar um preço mais elevado pelas mercadorias, mas conseguem obtê-las sem maiores dificuldades.

<sup>6</sup> O horário de atendimento do posto de saúde da cidade é de segunda a sexta feira, das 7h00 às 17h00. O pronto atendimento realiza apenas procedimentos básicos, como pequenos curativos e inalação. As especialidades médicas existentes são: clínica geral (diariamente), ortopedia (dois dias por semana), ginecologia (um dia por semana) e pediatria (um dia por semana), oferecendo atendimento de uma a duas horas diárias.



Notamos, ainda, que a população desloca-se para Adamantina para ter acesso a serviços de ensino privado, desde o nível fundamental ao superior, bem como a cursos profissionalizantes, de idiomas e de computação e informática, entre outros. E é naquela localidade também que buscam os serviços do poder judiciário, da previdência social, do sistema bancário<sup>7</sup>, de médicos particulares e pronto atendimento de saúde mais especializado e, finalmente, de todo tipo de comércio.

Quando a demanda é de serviços de saúde em determinadas especialidades, que não pode ser atendida em Adamantina, essa população recorre à cidade de Marília. Em Presidente Prudente, além de serviços médicos, procura o comércio, educação e em alguns órgãos públicos como a Polícia Federal, como observamos na Tabela 3, que demonstra a dependência da população de Mariápolis com relação a Presidente Prudente, Marília e São Paulo.

---

<sup>7</sup> Na cidade de Mariápolis existe apenas uma agência bancária da Nossa Caixa (banco público do Estado de São Paulo) e os correspondentes bancários do Banco Postal® (Empresa de Correios e Telégrafos – Bradesco) e Caixa Econômica Federal (Caixaqui® – localizada na farmácia).

**Tabela 3****Mariópolis****O entrevistado e as relações com Presidente Prudente, Marília e São Paulo  
2007**

Você já foi para Presidente Prudente? Qual motivo?								
SIM	Nº	%	NÃO	Nº	%	NÃO RESP.	Nº	%
		206		79,2			53	20,4
Motivo			Frequência			%		
Saúde			81			30,3		
Lazer			80			30,0		
Comércio			75			28,1		
Trabalho			22			8,2		
Moradia			6			2,2		
Igreja			1			0,4		
Polícia Federal			1			0,4		
Terminal Rodoviário			1			0,4		
Você já foi para Marília? Qual motivo?								
SIM	Nº	%	NÃO	Nº	%	NÃO RESP.	Nº	%
		204		78,5			55	21,1
Motivo			Frequência			%		
Saúde			181			84,6		
Lazer			20			9,4		
Trabalho			6			2,8		
Comércio			5			2,3		
Moradia			2			0,9		
Você já foi para São Paulo? Qual motivo?								
SIM	Nº	%	NÃO	Nº	%	NÃO RESP.	Nº	%
		148		56,9			111	42,7
Motivo			Frequência			%		
Lazer			85			51,8		
Moradia			40			24,4		
Saúde			23			14,1		
Trabalho			12			7,3		
Comércio			3			1,8		
Cursos			1			0,6		

Fonte: Trabalho de Campo, 2007.

Nas tabelas acima, apresentamos dados que reforçam e evidenciam as diferenças funcionais e, ao mesmo tempo, a hierarquia na rede de cidades.

Na Tabela 3, observamos que 79,2% dos entrevistados mantêm relação de consumo com a cidade de Presidente Prudente e 20,4% nunca lá estiveram. Dos serviços

consumidos e/ou utilizados, há uma paridade entre saúde<sup>8</sup>, lazer e comércio, com 30,3%, 30,0% e 28,1%, respectivamente. No que se refere às relações da população de Mariápolis com Marília, os dados demonstram que 78,5% dos entrevistados já utilizaram serviços existentes na cidade e 21,1% não utilizam equipamentos e serviços dessa localidade. Dentre as respostas, destaca-se, principalmente, o acesso ao serviço de saúde, com 84,6% das respostas obtidas, seguido pelo de lazer, com 9,4%.

Os equipamentos e serviços que a população de Mariápolis utiliza na cidade de Presidente Prudente compõem conjunto mais diversificado do que aquele correspondente ao de Marília, devido à maior facilidade de acesso entre as duas cidades<sup>9</sup>. No entanto, no que concerne à saúde pública, o atendimento está basicamente centralizado em Marília, pelo fato de Mariápolis estar localizada na área de abrangência da 11 Divisão Regional de Saúde do Estado de São Paulo cuja sede é aquela cidade.

As relações de Mariápolis com a cidade de São Paulo estão expostas na tabela 3, na qual observamos que o percentual de pessoas que já foram para São Paulo é menor, qual seja: 56,9% dos entrevistados estiveram na metrópole paulistana, índice que, quando comparado com Presidente Prudente e Marília, é inferior.

Notamos uma diferença nas finalidades de deslocamento para as três cidades, pois com relação a São Paulo, 51,8% declararam lazer como motivo, seguido de 24,4% de respostas relacionadas à moradia, o que está diretamente ligado ao fator trabalho, ou seja, pessoas que moraram na capital para trabalhar. O serviço de saúde aparece em apenas 14,1% das respostas, diferentemente da quantidade apresentada em relação a Presidente Prudente e Marília, demonstrando o papel funcional das cidades médias.

Nessa rede de relações, observa-se que a amplitude dos papéis exercidos pelas diferentes localidades tem relação com o tamanho demográfico da população, ou seja, Mariápolis, com uma população de 3.726 habitantes, apresenta-se no nível inferior da rede urbana, enquanto Presidente Prudente (202.789 habitantes, IBGE, 2007) e Marília (218.113 habitantes, IBGE, 2007) são consideradas cidades médias<sup>10</sup>. Isso demonstra que as funções urbanas desempenhadas por cada núcleo organizam o espaço pela rede de cidades e possibilitam o desenvolvimento de uma conceituação do ponto de vista qualitativo.

Nesse sentido, surgem algumas questões que precisam ser pensadas e discutidas para que se estabeleça a relação entre o teórico e o empírico. Como discutimos anteriormente, para classificar cidades pequenas por classes e tipologias não basta utilizar

---

<sup>8</sup> Na área de saúde, a procura da população de Mariápolis está mais voltada para o serviço médico particular e os prestados pelo IAMSPE (Instituto de Assistência Médica dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo).

<sup>9</sup> Há uma linha de transporte coletivo que diariamente faz a ligação entre Mariápolis e Presidente Prudente.

<sup>10</sup> A definição de Cidade Média não se baseia apenas no critério populacional. Para tanto, consultar Amorim Filho (1984), Andrade e Serra (2001) e Sposito (2001, 2007), entre outros.

critérios demográficos, mas atrelar as análises a outros aspectos qualitativos, pois diferenças funcionais nelas existentes refletem realidades distintas, que devem ser contempladas na conceituação de “cidade pequena”.

Para conceituá-la, podemos considerar dois patamares: o primeiro refere-se às cidades locais, que seriam as “*aglomerações em seu nível mais fundamental, nível abaixo do qual não se pode mais falar da existência de uma verdadeira cidade. Temos aqui uma questão de limite inferior da complexidade das atividades urbanas com um nível funcional mínimo (...)*” (SANTOS, 1982); o segundo alude-se a cidades com níveis funcionais mais complexos do que os existentes na cidade local.

Para introduzir e embasar essa discussão acerca de cidades regionais, nos baseamos em Santos (2004, p. 311) quando afirma que:

Pode acontecer de a cidade local ser promovida à categoria de cidade intermediária. Mas, de modo geral, a cidade intermediária nasce de uma transformação da cidade regional. Com efeito, no atual período tecnológico, a cidade regional, chamada ainda de cidade “média”, torna-se cidade intermediária. Seu poder de comando e sua influência sobre a região diminuem e ela se torna, cada vez mais, um relé da metrópole. Antes, tratava-se de verdadeiras cidades regionais, que dispunham de um poder de comando certo sobre a área circundante. O isolamento, devido à não integração dos transportes, as reforçava em seu papel de verdadeiros núcleos distribuidores de bens e serviços e polarizadores da produção. Mas agora, enquanto a produção industrial tende a se concentrar em um pequeno número de cidades e sobretudo na metrópole, a revolução dos transportes facilita o encaminhamento direto dos produtos aos centros de transformação e/ou de exportação, e assegura uma melhor difusão dos produtos fabricados. A cidade regional se vê privada de seu antigo monopólio e seus privilégios e torna-se a *cidade intermediária*.

Portanto, a cidade regional, para o autor, é aquela que possui um papel de concentração, tanto da produção como da oferta de bens e serviços, na escala hierárquica de cidades, e faz o papel de ligação entre a cidade local e a metrópole. Com a revolução dos transportes, no atual período tecnológico, a cidade regional se vê privada de seu antigo monopólio e torna-se cidade intermediária.

Na rede hierárquica de cidades Mariápolis é considerada cidade local, que se liga à Adamantina, que mantém interações com Presidente Prudente, e esta, com São Paulo, situada no nível superior da hierarquia urbana, como se observa na figura 1.



Santos (2004) compreende que, nesse processo, a cidade regional “média” perde seu poder de comando. Em nosso ponto de vista, na esfera da produção o papel desempenhado pela cidade média torna-se menos importante, no entanto, no que se refere ao consumo de bens e serviços urbanos, a cidade média mantém seu papel regional, pois, *“as atividades terciárias especializadas passam a ter mais importância do que a capacidade de produção industrial e/ou agrícola no movimento de ampliação dos papéis urbanos de cidades de diferentes portes”* (SPOSITO, 2007, p.237). Esse fato é comprovado pelas relações entre as cidades de Mariápolis, Adamantina, Presidente Prudente, Marília e São Paulo.

Apresentando uma maior complexidade funcional em relação à cidade de Mariápolis, Osvaldo Cruz conta com meios de consumo coletivo e individual de relativo porte ou em número e diversidade mais amplos que os das cidades locais, entre os quais citamos: escolas de ensino fundamental, médio e superior, tanto público como privado; hospitais; serviço médico particular; agências bancárias; poder judiciário; previdência social; comércio mais diversificado e desenvolvido. Isso demonstra a diferença existente entre as duas cidades, pois a primeira depende de Adamantina para obter tais serviços.

No entanto, a população de Osvaldo Cruz recorre às cidades de Marília<sup>11</sup>, Presidente Prudente e São Paulo para ter acesso a serviços e equipamentos que não são encontrados na cidade de Osvaldo Cruz.

---

<sup>11</sup> Segundo entrevista realizada com o Secretário Municipal de Saúde, o deslocamento da população de Osvaldo Cruz para a cidade de Marília é realizado para procedimentos especializados não encontrados na cidade. Mas, também devido ao plano de gestão plena da saúde, qualquer especialidade médica que não esteja sendo oferecida em Osvaldo Cruz deve-se adotar o mesmo procedimento, mesmo que esta possa ser encontrada em Tupã, Adamantina ou Dracena.

Tabela 4

Osvaldo Cruz

O entrevistado e as relações com Presidente Prudente, Marília e São Paulo

2007

Você já foi para Presidente Prudente? Qual motivo?													
	Sim	Nº	%	Não	Nº	%	Sim	Nº	%	Não	Nº	%	
		111	59,4		76	40,6		26	100		-	-	
Motivo	Frequência (V. Esperança e Cavaru)			%			Frequência (lot. fechados)			%			% TOTAL
Lazer	55			45,0			19			35,2			42,0
Saúde	23			18,8			16			29,6			22,1
Comércio	17			13,9			10			18,5			15,3
Presídio	11			9,0			-			-			6,2
Trabalho	10			8,2			5			9,2			8,5
Igreja	2			1,6			-			-			1,1
Receita federal	1			0,8			-			-			0,6
Educação	1			0,8			2			3,7			1,7
Moradia	1			0,8			-			-			0,6
Gastronomia	1			0,8			1			1,8			1,1
Vários motivos	-			-			1			1,8			0,6
Você já foi para Marília? Qual motivo?													
	Sim	Nº	%	Não	Nº	%	Sim	Nº	%	Não	Nº	%	
		132	70,6		55	29,1		25	96,2		1	3,8	
Motivo	Frequência (V. Esperança e Cavaru)			%			Frequência (lot. fechados)			%			% TOTAL
Saúde	89			66,4			16			34,0			58,0
Lazer	38			28,3			16			34,0			29,8
Moradia	5			3,7			-			-			2,8
Trabalho	1			0,7			4			8,5			2,8
Igreja	1			0,7			-			-			0,5
Comércio	-			-			8			17,0			4,4
Educação	-			-			2			4,2			1,1
Vários motivos	-			-			1			2,1			0,5
Você já foi para São Paulo? Qual motivo?													
	Sim	Nº	%	Não	Nº	%	Sim	Nº	%	Não	Nº	%	
		67	35,8		120	64,2		26	100		-	-	
Motivo	Frequência (V. Esperança e Cavaru)			%			Frequência (lot. fechados)			%			% TOTAL
Lazer	42			61,8			20			44,4			54,9
Moradia	12			17,6			-			-			10,6
Trabalho	9			13,2			7			15,6			14,1
Saúde	4			5,9			5			11,1			8,0
Igreja	1			1,5			-			-			0,9
Comércio	-			-			8			17,8			7,1
Educação	-			-			4			8,9			3,5
Vários motivos	-			-			1			2,2			0,9

Fonte: Trabalho de Campo, 2007

Na tabela 4, observamos que, entre os entrevistados das vilas Esperança e Cavarú, 59,3% já foram para Presidente Prudente e 40,6% nunca lá estiveram; no que se refere aos loteamentos fechados, 100% dos entrevistados declararam ter ido a essa cidade. Na relação entre a população de Osvaldo Cruz e a cidade de Presidente Prudente, destaca-se o acesso ao lazer, com percentual de 45,0% para os entrevistados das vilas Esperança e Cavarú e 35,2% nos loteamentos fechados. No que se refere ao acesso a atendimento médico<sup>12</sup>, verificam-se os percentuais de 18,8% (vilas Esperança e Cavarú) e de 29,6% (loteamentos fechados). Quanto ao comércio, observam-se os índices de 13,9% e 18,5%, respectivamente e, ao trabalho 8,2% e 9,2%. Foi citada também como motivo de deslocamento, visita ao presídio, com 9,0% (vilas Esperança e Cavarú).

Comparando os deslocamentos da população das cidades de Osvaldo Cruz e de Mariápolis em relação a Presidente Prudente, nota-se que o acesso aos equipamentos e serviços é diferente no que se refere à intensidade e às razões dos deslocamentos. Enquanto Mariápolis apresenta maiores freqüências de deslocamentos para Presidente Prudente no que se refere ao acesso a serviços de saúde (30,3%) e comércio (28,1%), Osvaldo Cruz, demonstra uma menor relação com Presidente Prudente, tanto na área de saúde (22,1%) quanto na do comércio (15,3%). No que se refere ao deslocamento para lazer, Osvaldo Cruz apresenta um percentual maior (42,0%) do que Mariápolis (30,0%). Esse fator pode ser explicado pelo nível funcional de ambas as cidades, pois Osvaldo Cruz apresenta mais serviços na área de saúde e um comércio diversificado que supre as necessidades básicas de sua população, diferentemente de Mariápolis. Devemos frisar que o motivo de deslocamento “presídio” não foi indicado entre os entrevistados da cidade de Mariápolis, como observamos, anteriormente, na tabela 3.

Na tabela 4, do total de entrevistados, 70,6% (vilas Esperança e Cavarú) já estiveram em Marília e 29,1% nunca foram a essa cidade; dos moradores dos loteamentos fechados, 96,2%, por algum motivo, freqüentaram os equipamentos e fizeram uso dos serviços oferecidos por Marília e apenas 3,8% não estiveram na cidade. Dos equipamentos e serviços utilizados, o atendimento de saúde aparece em primeiro lugar, com percentual de 66,4% (vilas Esperança e Cavarú) e 34,0% (loteamentos fechados); em seguida temos o deslocamento em busca de lazer, com 28,3% e 34,0%, respectivamente; e, ainda, destaca-se o comércio, com 17,0% para os loteamentos fechados.

Comparando, novamente, Mariápolis e Osvaldo Cruz em relação aos deslocamentos realizados para a cidade de Marília, observa-se uma menor procura da segunda para a área de saúde, (58,0%), enquanto a primeira apresenta um índice maior (84,6%). Analisando as

---

<sup>12</sup> Também para Osvaldo Cruz no que se refere à área de saúde, o acesso pela população está mais voltado para o serviço médico particular e os prestados pelo IAMSPE (Instituto de Assistência Médica dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo).



relações da população de Osvaldo Cruz com a cidade de São Paulo, expressas na tabela 4, constatamos um menor percentual de deslocamento a essa cidade quando nos referimos aos entrevistados das vilas Esperança e Cavarú. Entre esses, 35,8% já estiveram na metrópole paulistana e 64,2% nunca foram a São Paulo; dos entrevistados de Mariápolis, 56,9% já estiveram em São Paulo e 42,7% nunca foram a essa cidade. Entretanto, 100% dos residentes pesquisados nos loteamentos fechados declaram que se deslocam para a capital, por algum tipo de motivo.

A razão de deslocamento que se destaca é o lazer, com 61,8% (entre os moradores das vilas Esperança e Cavarú) e 44,4% (entre os que residem nos loteamentos fechados); o motivo moradia aparece com 17,6%, mas somente para os moradores das vilas Esperança e Cavarú.

Ao comparar os dados coletados nas vilas Esperança e Cavarú com os obtidos entre os moradores dos loteamentos fechados, observamos que o grau de deslocamento do segundo grupo é muito maior que o dos primeiros. Na tabela 4, no item referente à relação dos pesquisados com as cidades de Presidente Prudente, Marília e São Paulo, obtivemos, para os moradores dos loteamentos, 100%, 99,2% e 100%, respectivamente, índices bastante diferentes do que ocorre com os entrevistados das vilas Esperança e Cavarú, com os percentuais de 59,3%, 70,6% e 35,8%. Esses dados confirmam que o deslocamento está estritamente relacionado com o poder socioeconômico de cada segmento social.

As funções urbanas desempenhadas por Osvaldo Cruz geram centralidade em relação às cidades locais, mas esse poder de atração é estritamente atinente à área de sua hinterlândia, não podendo assim ser classificada como regional ou média. Analisando a produção bibliográfica sobre o tema e verificando os dados obtidos em Osvaldo Cruz, observamos que essa cidade não pode ser considerada cidade local, tomando-se esse nível como o inferior da rede urbana, mas, também não se caracteriza como cidade regional ou média.

Assim, a classificação para Osvaldo Cruz pode ser a de cidade sub-regional.

Os dois patamares existentes na conceituação de cidades pequenas, então, seriam as cidades locais (Mariápolis) e as sub-regionais (Osvaldo Cruz).

Dessa maneira, cidades locais seriam aquelas possuidoras de um nível de menor complexidade funcional (SANTOS, 1982), constitutivo da base da pirâmide relativa à rede urbana, em que os moradores suprem, nos respectivos centros urbanos, somente suas necessidades vitais e recebem, como descrevemos anteriormente, mão-de-obra especializada de outros centros para conseguirem atender essas demandas. Os moradores desses pequenos centros têm que recorrer a outros de maior porte para terem acesso a serviços e equipamentos urbanos mais diversificados e especializados.

Já as cidades sub-regionais seriam aquelas localidades com um nível funcional

acima dos encontrados na cidade local, possuindo equipamentos e serviços que geram centralidade em relação à sua hinterlândia, mas, ao mesmo tempo, a população dessas cidades necessita deslocar-se a outras cidades para suprir as demandas ainda mais diversificadas e especializadas.

Nesse sentido, Santos (1994, p. 125 e 126) compreende que:

A divisão do trabalho é uma das categorias fundamentais da economia política e é, também, uma das chaves para a explicação da distribuição, sobre a Terra, dos homens e das atividades.

As divisões sucessivas do trabalho ensejam uma determinada disposição dos objetos geográficos, dando-lhes, a cada momento um valor novo.

As novas divisões do trabalho vão, sucessivamente, redistribuindo funções de toda ordem sobre o território, mudando as combinações que caracterizam cada lugar e exigindo um novo arranjo espacial.

No mesmo sentido, Corrêa (2006, p. 28) também frisa que:

É visando à descrição e à compreensão da divisão territorial do trabalho que se deve direcionar os estudos sobre a classificação funcional de cidades: a classificação não deve, assim, ser considerada um fim em si, mas um começo de pesquisa sobre uma dada rede urbana.

A conceituação baseada nas funções urbanas desempenhadas por cada cidade está estritamente relacionada à divisão social e territorial do trabalho, determinação que nos permite compreender a existência de metrópoles e cidades locais na rede de cidades.

## 2. COMPREENSÃO DO PROCESSO DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NA ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Segundo os diferentes momentos históricos e as diversas realidades espaciais existentes, o conceito de segregação vem recebendo adjetivações tais como residencial, urbana, social, espacial ou socioespacial.

Embora a segregação possa ser apreendida através da estruturação residencial das cidades, não trabalharemos sob essa perspectiva porque o processo de segregação vai além dela, compreendendo também uma dimensão subjetiva que não pode ser analisada somente pelos diferentes usos do solo.

Da mesma forma, analisar as adjetivações social e espacial, separadamente, não contempla a complexidade do processo, pois além de social ele é, ao mesmo tempo, espacial. Nesse sentido, estaríamos abordando um conceito amplo de forma muito restrita.

Não consideraremos o conceito apenas como segregação urbana porque “a adjetivação ‘urbana’ pode levar à idéia de que a dinâmica é própria da cidade e por ela determinada” (SPOSITO 2005).

Nesse contexto, a autora aponta que, “*além das dinâmicas urbanas, próprias das cidades, o processo de segregação socioespacial deve ser entendido como um processo da sociedade capitalista que acirra, a cada momento da história, as tensões sociais*”. (grifo nosso)

Esse acirramento das tensões sociais, na sociedade capitalista, pode ser constatado desde a Revolução Industrial na Inglaterra, quando a classe trabalhadora vivia em condições insalubres de moradia, separada da classe detentora dos meios de produção. No século XXI, ele se mantém e se aprofunda devido a processos como o da terceirização e da internacionalização da economia, ao surgimento de novas tecnologias, que substituem o trabalho humano, a regulações econômicas, que geram o aumento do desemprego, à ampliação do setor informal da economia e à precarização do trabalho.

Assim sendo, Davis (2006, p. 178 e 179) é categórico em afirmar que:

Em termos gerais, a classe trabalhadora informal global (que se sobrepõe, mas não é idêntica à população favelada) tem quase 1 bilhão de pessoas, e constitui a classe social de crescimento mais rápido e mais sem precedentes da Terra. Entre os pesquisadores, há o consenso básico de que a crise da década de 1980, durante a qual o emprego no setor informal cresceu duas a cinco vezes mais depressa que os empregos no setor formal, inverteu suas posições estruturais relativas, promovendo a busca informal da sobrevivência como novo meio de vida primário da maioria das cidades do Terceiro Mundo. É provável que haja mais uma linha contínua do que uma divisão abrupta entre o mundo do emprego formal, com cada

vez mais baixas, e o abismo do setor informal. Mas, no final das contas, a maior parte dos favelados urbanos pobres e trabalhadores está, radical e verdadeiramente, sem abrigo na economia internacional contemporânea.

Analisando o caso chileno, Sabatine, Cáceres e Cerda (2004, p. 61) confirmam que, os processos acima mencionados estão associados à segregação, pois:

Mudanças na escala e nos efeitos da segregação estão associadas em parte à globalização da economia chilena, à liberalização do mercado imobiliário e à flexibilização do mercado de trabalho – todas reformas introduzidas na década de 80.

Esses fatores revelam conflitos entre capital x trabalho x estruturação do espaço urbano, evidenciando cada vez mais a divisão social do espaço, isto é, a diferenciação social, a expansão da pobreza e a segregação socioespacial.

Nessa perspectiva, analisar as distinções entre trabalho e emprego torna-se fundamental para a compreensão das contradições presentes na produção e reprodução do espaço urbano. Como afirma Rodrigues (2008, p. 78),

É fundamental para análise da produção e da reprodução do espaço urbano, da desigualdade socioespacial, que se analise a imbricação do mundo do trabalho e do mundo da reprodução da vida como produto da exploração, dominação e espoliação dos trabalhadores que se concretizam no local de trabalho, no lugar de moradia, no deslocamento da moradia para o trabalho, na vida em geral.

Vivendo num período em que o trabalho torna-se o elemento central da sociedade, compreendemos que a articulação entre desemprego-segregação socioespacial ainda predomina nas relações sociais e na distribuição dos assentamentos nas cidades.

Isso porque a falta de emprego praticamente impede a população dos segmentos sociais de menor poder aquisitivo de ter acesso aos sistemas de crédito, financeiro e/ou imobiliário. Sendo a comprovação de renda um dos principais requisitos para se ter acesso a crédito, e a forma mais usual, ainda que não a única, uma enorme e crescente parcela da população não se inclui entre os que podem satisfazer essa exigência.

Analisando as condições de desemprego-segregação socioespacial, algumas questões se apresentam: a) residem em áreas segregadas, principalmente, pessoas subempregadas, desempregadas ou “inseridas” no mercado informal da economia<sup>13</sup>; b) esta

---

<sup>13</sup> Aqui não estamos tratando da população que opta pela auto-segregação vivendo em espaços residenciais de alto padrão, que se separam do restante da cidade por muros e/ou sistemas de controle e vigilância.

parcela da população, excluída do sistema de crédito financeiro e/ou imobiliário (público e privado), é, na maioria das vezes, obrigada a ocupar loteamentos irregulares, cuja produção imobiliária realiza-se predominantemente por meio de moradias de autoconstrução ou, ainda, ocupar irregularmente áreas não loteadas, gerando processos de favelização. Como decorrência dessa produção do espaço, as pessoas envolvidas são vistas, ainda, pelos detentores do poder, como os principais causadores dos problemas presentes nas cidades.

O processo de segregação socioespacial perpassa pelas mudanças nas relações de trabalho e em suas articulações com a demanda de moradia nas cidades, Isso porque através da regularização das moradias tinha-se o controle da disciplina no trabalho e “*essas medidas somava-se a regulamentação do uso do solo, que por um lado, produzia a segregação espacial das classes sociais, e, por outro, reservava áreas da cidade a outras funções urbanas*”. (FARAH, 1996).

A autora trabalha a perspectiva do processo de segregação espacial, mas entendemos que somente analisando o social e o espacial em conjunto é que se pode começar a compreender a complexa “natureza” da diferenciação social e espacial, e, por meio dela, a segregação socioespacial.

Nesse sentido, Santos (1993) aponta que a cidade, como relação social e como materialidade, torna-se criadora de pobreza e que a “*pobreza não é apenas o fato do modelo socioeconômico vigente, mas, também, do modelo espacial*”.

Portanto, as condições e relações de emprego são formas para se pensar o porquê da adjetivação socioespacial e não apenas a social, espacial, residencial ou urbana, separadamente, pois no âmbito das conflituosas relações entre interesses do capital nos dias de hoje, com o aumento do desemprego e a precarização do trabalho, observam-se processos sociais, espaciais, econômicos, políticos e culturais. Nessa sociedade capitalista, somente a análise socioespacial é capaz de englobar todos os processos que levam à segregação.

Adotamos, assim, o conceito de segregação socioespacial, pois as relações sociais, econômicas e culturais refletem-se no espaço e são, também, por ele determinadas. Dessa forma, no âmbito da dinâmica resultante das relações espaço ↔ sociedade, o espaço oferece condições para a vida, transformando o homem e suas relações sociais, bem como os homens, por meio de suas relações sociais, (re)configuram continuamente o espaço.

Sposito (2005, p. 102) corrobora esse conceito quando afirma que a segregação é:

(...) social, no sentido amplo do termo, nele se incluindo o econômico, o político, o ideológico etc, mas é, ainda, espacial, na medida em que o espaço não é apenas reflexo, mas é também determinação dos processos e dinâmicas que orientam o movimento da sociedade.

A partir do entendimento de que a segregação é socioespacial, indagamos de qual (ou quais) tipo(s) de relações sociais ela é produto. Parece-nos que a resposta está nas relações sociais que fortalecem e mantêm a separação entre os segmentos sociais, o que é um dos vetores da estruturação das cidades contemporâneas.

## **2.1. As dimensões e os indicadores da segregação socioespacial**

A segregação socioespacial pode ser apreendida em duas dimensões: a objetiva e a subjetiva.

A primeira pode ser observada a partir da separação entre os diferentes segmentos sociais na estruturação do espaço urbano, ou seja, o afastamento entre ricos e pobres. Podemos percebê-la na implantação dos loteamentos e condomínios fechados, no aparecimento e crescimento de favelas, nas lógicas que orientam a localização dos conjuntos habitacionais, etc. Sua análise é relativamente fácil, pois, através de um estudo dos diferentes usos do solo e das diferenças na paisagem urbana, pode-se detectar a separação e a forma urbana revelaria os processos segregativos.

No entanto, a segregação socioespacial não se limita apenas a uma dimensão objetiva mas se efetiva, também, nos aspectos subjetivos que permitem entender como as pessoas se sentem em relação aos espaços da cidade e como percebem os diferentes espaços. Podem existir, por exemplo, pessoas que se sentem afastadas, isoladas ou marginalizadas por residirem em determinados espaços, mesmo que não se autodenominem como segregadas. Para apreender a dimensão subjetiva do processo de segregação socioespacial é preciso, também, analisar como os moradores de outros espaços da cidade percebem os referidos espaços segregados.

Sabatine, Cáceres e Cerda (2004, p. 63 e 64) confirmam a importância dessa dimensão:

Se a relação entre desigualdades sociais e segregação residencial está tão permeada pelo fenômeno da mobilidade e das identidades sociais, parece essencial levar em conta os aspectos subjetivos da segregação ao estudá-la.

(...) a dimensão subjetiva é essencial não apenas para explicar a origem da segregação, mas também para entender seus efeitos mais negativos de desintegração social que atualmente estão se agravando.

Para o caso de pessoas e famílias pobres, a dimensão subjetiva da segregação consiste no sentimento de marginalidade e “de estar sobrando”. Sentimentos como estes são fatores chave para que a “segregação objetiva” dê lugar a efeitos de desintegração social.

Um estudo que contemple a relação entre as dimensões objetiva e subjetiva pode ser um primeiro passo para compreender o processo de segregação socioespacial. No entanto, é preciso avaliar também alguns indicadores para entender as contradições entre os pares dialéticos: a cidade (o todo) e os bairros estudados (a parte); o centro e a periferia.

Esses indicadores podem ser: a concentração de pobres ou ricos em determinadas áreas da cidade; o nível de escolaridade das pessoas; o número de moradores por residência; o nível de renda; as condições de habitação e da moradia; a mobilidade e acessibilidade; a análise da presença ou ausência, quantidade e qualidade dos meios de consumo coletivo, tais como: redes de abastecimento e coleta, equipamentos e saúde pública, educação, assistência social e transporte coletivo.

Acoplando esses indicadores à dimensão subjetiva, poderemos compreender as condições de vida urbana a que podem estar submetidas parcelas da população das grandes, médias e pequenas cidades brasileiras.

### **2.1.1. Os meios de consumo coletivo**

A análise dos meios de consumo permite-nos entender as contradições entre os pares dialéticos apresentados. Eles podem ser divididos entre os de consumo coletivo e os de consumo individual. Lojkine (1981) afirma que eles refletem a organização do processo de consumo e aponta (1981, p. 132, 133 e 134) três características para distingui-los uns dos outros:

- a) O valor de uso dos primeiros é *coletivo*, no sentido em que se dirige não a uma necessidade particular de um indivíduo, mas a uma necessidade social que só pode ser satisfeita coletivamente: por exemplo, os transportes coletivos de passageiros, a assistência hospitalar ou o ensino escolar são valores de uso coletivos no sentido em que se dirigem ao consumo de uma coletividade social e-ou territorial (estratos sociais definidos por sua renda, e ainda, classes sociais cujo modo de consumo está ligado ao lugar no processo de produção e reprodução do capital).
- b) Dificuldade de inserir os meios de consumo coletivos no setor das mercadorias aparece com a *própria duração de seu consumo* (...)
- c) Valores complexos de uso (dificilmente divisíveis) duráveis, imóveis, os meios de consumo coletivos têm enfim a característica de não possuir valores de uso que não se coagulem em produtos materiais separados, exteriores às atividades que os produziram.

E o autor (1981, p. 134) acrescenta:

Enquanto, por exemplo, num meio de subsistência o valor de uso se cristaliza no próprio objeto material (alimentos, roupas...), no meio de consumo coletivo há dissociação entre o valor de uso material ou imaterial dos meios de consumo coletivos (serviços) e os objetos-suportes das atividades dos prestadores de serviços (de saúde, de educação, etc.). É o que explica justamente o caráter difuso, pouco divisível, desses valores de uso não materializados, não coagulados em objetos materiais particulares.

Os meios de consumo coletivo se materializam em equipamentos e serviços. O primeiro, objeto material, seria a produção dos suportes das atividades, ou seja, os prédios (equipamentos), e o segundo, o valor de uso imaterial, seriam os serviços prestados (LOJKINE, 1981). Ainda, para o autor, *“na teoria bastante discutível do ‘bem coletivo’ oposto ao bem individual: os ‘bens coletivos’ seriam ‘bens comuns do grupo social’, dos quais ninguém poderia ser excluído”* (LOJKINE, 1981). Entretanto, isso se torna uma ideologia do bem “coletivo”, devido sua desigual distribuição social geradora da segregação social e espacial (LOJKINE, 1981).

Quanto aos meios de consumo individuais, sejam eles objetos materiais (salsichas) ou serviços (aulas)<sup>14</sup>, a possibilidade de obtê-los está diretamente relacionada ao poder de compra e à satisfação pessoal de cada cidadão. Nesta dissertação, para compreender o padrão de aquisição dos meios de consumo individual, optamos por trabalhar com o aspecto da compra de produtos e não de serviços, selecionando aqueles que são vendidos em supermercados, lojas de confecções e armazéns, entre outros.

## 2.2. Os produtores do espaço urbano

Os espaços são produzidos por agentes sociais e, nesse processo de produção, alguns segmentos obtêm vantagens locais enquanto outros, não, resultando daí a diferenciação social e espacial, que intensifica os conflitos sociais.

Nesse sentido, os espaços perdem seu valor de uso e se constituem, sobretudo, em valor de troca. O uso é submetido às trocas relacionadas ao mundo da mercadoria, materializando-se, assim, a dissolução das relações sociais (LEFÈVRE, 1969).

Rodrigues (1994, p.14) ressalta que:

Para morar é necessário ter capacidade de pagar por esta mercadoria, não fracionável, que compreende a terra e a edificação, cujo preço do imóvel depende também da localização em relação aos equipamentos coletivos e à infraestrutura existente próximo a casa.

---

<sup>14</sup> Os exemplos arrolados são os mesmos utilizados por Lojkine (1981, p.131).



Na nossa sociedade capitalista, devido às lógicas de estruturação espacial a que estão submetidas as cidades e à produção social que engendra os espaços, as pessoas dos segmentos sociais de menor poder aquisitivo não têm o direito de decidir se moram em lugares melhores ou piores. Moram onde o preço da mercadoria terra/edificação é mais barato ou em áreas de ocupação irregulares, impróprias para moradia, sujeitando-se, assim, a viver em locais que agravam suas condições de vida.

E é justamente a partir dessa produção do espaço urbano que surgem, mantêm-se e intensificam-se processos como os da segregação socioespacial, pois, segundo Santos (1994) seria *“a forma como a cidade, ela própria, se organiza, em face da produção e como os diversos atores da vida urbana encontram seu lugar, em cada momento, dentro da cidade”*.

A segregação socioespacial de parcelas da sociedade é resultado do aprofundamento das desigualdades sociais expressas no espaço urbano pela forma como ele se estrutura e como nele se distribuem os diferentes usos do solo e o resultado disso é *“a implantação na paisagem geográfica do capitalismo de todo tipo de divisão de classe, de gênero, e de outras divisões”* (HARVEY, 2004).

Segundo Sabatini (2001), o processo de segregação não é apenas um simples fato indesejável, mas está na base do capitalismo, que se apóia no desenvolvimento dos empreendimentos imobiliários, nos quais encontrou possibilidades para fortalecer o regime jurídico da propriedade privada, melhorando as condições para os negócios particulares.

Nesse contexto, o papel dos agentes imobiliários, principalmente dos incorporadores imobiliários, com sua lógica própria de valorização de capitais, gera uma série de transformações nos espaços das cidades acarretando *“valorização/desvalorização de áreas pelo mercado, com os conseqüentes processos de elitização e/ou segregação”* (MELAZZO, 2005).

O poder público também é um importante agente na produção do espaço. Lojkin (1981, p.171) considera que:

Agente principal da distribuição social e espacial dos equipamentos urbanos para as diferentes classes e frações de classes, o Estado monopolista vai, portanto, refletir ativamente as contradições e as lutas de classes geradas pela segregação social dos valores de uso urbanos. Longe de unificar o aparelho de Estado, a subordinação de sua política à fração monopolista do capital vai, pelo contrário, agravar as fissuras, as contradições entre segmentos estatais, suportes de funções sociais contraditórias.

O autor apresenta três principais intervenções estatais nesse processo: o controle da localização das atividades industriais e terciárias (e também de seus meios diretos ou

indiretos de incitação); o controle da localização dos diferentes tipos de habitação; a localização dos meios de consumo.

Rodrigues (2008, p. 74), ao analisar as intervenções estatais, afirma que:

A presença e aparente ausência do Estado aprofundam contradições inerentes ao modo de produção capitalista. A presença diz respeito, entre outras dinâmicas, à definição do salário mínimo, às normas jurídicas de apropriação e propriedade da terra, à legislação de uso da terra e edificações, à implantação de infra-estrutura e equipamentos de uso coletivo. O Estado aparece ausente ao definir salários insuficientes para a reprodução da vida, não prover o acesso universal aos meios e equipamentos de uso e consumo coletivo.

A mesma autora (1994) aponta, ainda, que o Estado atua de forma heterogênea no espaço urbano e esse tipo de ação acentua a “valorização diferencial” das áreas, que, juntamente com *“incentivos privados produzem projetos, ações e formas de espaço”* (GOTTIDIENER, 1993).

O maior ou menor preço dos lotes está diretamente ligado às localizações que, por conter vantagens ou desvantagens locacionais, passam a exercer forte influência no preço do solo *“criando uma hierarquia intra-urbana de áreas mais ou menos valorizadas”* (MELAZZO, 1993).

Ainda nesse sentido, Villaça (2001, p. 45) reforça que

[...] para as metrópoles brasileiras – e quase certamente também para as latino-americanas – a força mais poderosa (mas não única) agindo sobre a estruturação do espaço intra-urbano tem origem na luta de classes pela apropriação diferenciada das vantagens e desvantagens do espaço construído e na segregação espacial dela resultante.

Para Villaça (2001) a produção da segregação socioespacial, qualificada por ele como espacial, é resultado da luta de classes, que estrutura as desigualdades expressas no espaço urbano, devido à apropriação diferenciada das vantagens e desvantagens que se distribuem na cidade.

Para Davis (2006, p. 105) o Estado mantém a segregação socioespacial, pois:

A segregação urbana não é um *status quo* inalterável, mas sim uma guerra social incessante na qual o Estado intervém regularmente em nome do “progresso”, do “embelezamento” e até da “justiça social para os pobres”, para redesenhar as fronteiras espaciais em prol de proprietários de terrenos, investidores estrangeiros, a elite com suas casas próprias e trabalhadores de classe média.

Portanto, os incorporadores imobiliários, juntamente com o poder público, são importantes agentes segregadores, pois ao implementarem melhorias nas diferentes áreas da cidade, *“expulsam parcelas da população que não conseguem arcar com os custos impostos por este novo padrão e atraem parcelas capazes de pagar pelas diferenciações criadas”* (MELAZZO, 1993, p. 25).

Carlos (2008, p. 52), ao analisar a relação entre as ações dos promotores imobiliários e da gestão pública, afirma que, no nível econômico da produção do espaço, observa-se:

A ação dos promotores imobiliários, das estratégias do sistema financeiro e aquelas da gestão política, às vezes de modo conflitante, em outros momentos, de forma convergente de modo a orientar e organizar o processo de reprodução espacial através da realização da divisão socioespacial do trabalho, promovendo especializações de áreas, hierarquizando lugares e fragmentando os espaços vendidos e comprados no mercado (como mediação necessária).

No entanto, o poder público não é apenas um agente segregador, pois, ao implementar políticas públicas, através de um planejamento urbano que considere a dimensão socioespacial da “realidade”, também pode diminuir as desigualdades territoriais existentes, melhorando as condições de vida da população.

Devemos salientar, ainda, que o espaço urbano também é estruturado por agentes não tipicamente capitalistas, representados por associações de bairros, movimentos de luta por moradia, pois *“as mobilizações e lutas de movimentos populares urbanos procuram alterar a desigualdade social, tornando-as possibilidade de mudanças com o direito a ter direitos, um deles o de usufruir, na cidade, da riqueza produzida”* (RODRIGUES, 2008).

Esses agentes trabalham contra as desigualdades socioespaciais, em alguns casos, alterando a relação de forças e obtendo o direito à cidade que, segundo Lefèbvre (1969), significa direito ao trabalho, à educação, à saúde, à habitação e ao lazer. Ou seja, direitos imprescindíveis para a vida, mas que precisam ser conquistados pelos segmentos sociais de menor poder aquisitivo.

### **2.3. A urbanização capitalista no processo de segregação socioespacial**

A segregação socioespacial expressa-se no território e no espaço vivido por cada um, podendo, assim, ser entendida por vários aspectos e segundo critérios diferentes.

Como apontamos anteriormente, a segregação socioespacial resulta de diferenciações, afastamento e isolamento entre moradores e freqüentadores de diferentes áreas da cidade. Essa separação socioespacial da população é fruto da distribuição da

função residencial nas cidades que, na maioria das vezes, é determinada fortemente, embora não só, pelas políticas públicas realizadas no âmbito municipal.

A separação socioespacial repercute de diversas formas, nos diferentes segmentos sociais e em diferentes espaços e tempos. Dinâmicas segregativas causam uma tensão entre a distância social e a distância espacial, considerando-se que há distinção entre elas, pois pode haver a primeira e não haver a segunda. Os condomínios e loteamentos fechados, de um lado, e os loteamentos populares, regulares ou não, mais os conjuntos habitacionais e favelas, de outro estão, ao mesmo tempo, separados espacial e socialmente, evidenciando em seus “muros”, cada vez mais, a tensão entre os segmentos sociais.

A distância social e espacial deve ser entendida pelo movimento de transformação da sociedade no espaço e no tempo, que modifica as relações sociais, redefinindo a urbanização em cada modo de produção e formação social.

Carlos (2001) aponta que o “*processo de urbanização realiza-se como processo de reprodução da cidade e da vida na cidade que hoje, sob o signo da mundialização, revela profundas contradições*”.

### **2.3.1. O par centro-periferia**

No século XVIII, com a Revolução Industrial, intensificaram-se as mudanças no processo de urbanização e na divisão social e territorial do trabalho.

Nesse período, a população concentrava-se nas proximidades das indústrias pela facilidade de deslocamento entre o local de trabalho e o de moradia. Devido à concentração de indústrias e de pessoas, esses espaços tornaram-se poluídos, e os ricos se afastaram desses locais para ficarem longe da poluição e evitarem o encontro entre as classes sociais, alterando, a estruturação socioespacial do espaço urbano (SPOSITO, 1988).

No Brasil, no decorrer do século XX, efetivou-se um modelo centro-periferia que, para Sposito (2004, p. 114, 118 e 119) pode ser entendido da seguinte forma:

As cidades brasileiras tiveram suas estruturas urbanas baseadas por relações do tipo centro-periferia, no âmbito das quais as áreas centrais eram caracterizadas como as melhores equipadas e as periferias pelo uso residencial dos segmentos de menor poder aquisitivo, marcadas pela precariedade de condições de vida individual e coletiva.

(...) o processo de extensão urbana e de suburbanização ocorriam *pari passu* ao aumento da concentração demográfica e como expansão dessa dinâmica, fazendo com que a estruturação urbana, apoiada em um esquema de centro-periferia se iniciasse desde o século XIX.

(...) no decorrer do século XX, verificou-se a acentuação da suburbanização, ainda que essa dinâmica tenha novas

determinantes e características. Esse processo, entretanto, reforçou a reestruturação urbana do tipo centro ↔ periferia.

O movimento da urbanização sob a industrialização permite que os segmentos sociais de poder aquisitivo mais elevado se desloquem das áreas centrais e pericentrais, que passam a ser consideradas barulhentas e perigosas, para residirem em loteamentos fechados, localizados tanto nos arrabaldes, como contíguos ao espaço urbano, mas separados por muralhas e protegidos por cercas elétricas e guaritas. No entanto, esse deslocamento à procura de segurança e tranquilidade deve ser entendido como uma tentativa de se isolar da pobreza e do contato com o diferente.

O processo de deslocamento das áreas centrais e pericentrais também ocorre com os segmentos sociais de menor poder aquisitivo que, devido ao arrocho salarial, diminuição das fontes de ganhos regulares ou não, ou por fazerem parte do exército de reserva de mão-de-obra, acabam não conseguindo fazer frente ao aumento do preço do solo e dos impostos que incidem sobre as áreas centrais. Dessa forma, modificam-se o funcionamento e a adequação das estruturas urbanas, acelerando a expansão em direção à periferia, tanto no sentido amplo do termo (o fator geográfico), como também no sentido de sinônimo de espaços precários ou desprovidos de meios de consumo coletivo. Nessa última acepção, uma área pericentral pode ser considerada periférica dependendo das suas condições socioeconômicas. Assim, ao analisar os processos relacionados à periferia, Cobos (1988, p. 38 e 40) ressalta:

seu crescimento, sua permanência e sua fixação territorial estão modificando tanto a fisionomia como o funcionamento das estruturas urbanas.

O aumento do preço do solo e dos materiais de construção, a ritmos as vezes maiores que os da inflação, devido ao elevado grau de monopolização deste setor industrial e às altas taxas de lucro bancário ou hipotecário, de um lado; e, de outro, o arrocho dos salários reais da população trabalhadora, tem reduzido ainda mais do que no passado o acesso a “habitação adequada.

Há uma diferença enorme no fato de um rico ou um pobre morar distante da área central, que, na maioria das vezes, é dotada de infra-estrutura e serviços urbanos, conforme afirma Sposito (2004): *“O centro constitui-se por meio de um processo de concentração de atividades de comercialização de bens e serviços, de gestão pública e privada, de lazer e de valores materiais e simbólicos em uma área da cidade”*.

Os que têm maior poder aquisitivo dispõem de maior mobilidade, o que lhes possibilita um acesso mais amplo ao conjunto da cidade. Os mais pobres, em geral, moram longe do centro, mas necessitam se deslocar até lá para trabalhar ou para utilizar os

serviços públicos ou privados, e esses deslocamentos representam despesas onerosas para essa parcela da população.

Um dos fatores dessa lógica locacional como afirma Sposito (1996) “... é a difusão do automóvel e o desenvolvimento do sistema de transporte coletivo sobre trilhos permitindo a extensão do tecido urbano...”. O desenvolvimento do sistema de transporte cria novas vias de acesso, novas possibilidades de deslocamento, ou seja, redefine a lógica de estruturação dos espaços.

No que se refere a essa redefinição, o problema não está no automóvel ou no desenvolvimento do transporte urbano, mas como e por que a sociedade implementa suas políticas de circulação no espaço urbano.

Essa lógica de periferação, segundo Sposito (2004, p. 124), resultou de iniciativas privadas e públicas:

(...) a periferação resultou de iniciativas privadas e públicas, às vezes realizadas de forma articulada, às vezes não. Muitos dos loteamentos foram implantados pela iniciativa de empresas incorporadoras, mas também, em muitos casos, a periferação foi propiciada pelos financiamentos públicos destinados à aquisição de imóveis construídos na periferia das cidades ou pela implantação de grandes conjuntos residenciais, no âmbito de programas habitacionais estatais.

Nesse contexto, observa-se o papel dos produtores do espaço urbano que estruturam esse segundo lógicas que, em nosso entender, são destinadas a privilegiar determinadas parcelas da sociedade, gerando processos segregativos.

### **2.3.2. O movimento da urbanização e a complexidade das relações entre o todo (a cidade) e as partes (os bairros).**

Poderíamos estabelecer vários recortes para pensar o processo da urbanização em determinados tempos e espaços, mas o que nos interessa não é definir períodos ou circunscrever áreas, mas compreender o movimento da urbanização e a sobreposição de tempos e espaços, “que implica um entrosamento inter-relacionado de forças culturais, políticas e econômica” (GOTTDIENER, 1993).

Uma análise do eixo espaço ↔ tempo requer a apreensão do movimento da urbanização, compreendendo o processo como um todo, desde a ausência da urbanização, (LEFÈBVRE, 1969) perpassando pelo movimento da sociedade que levou à industrialização, intensificando-a, até a complexidade dos dias atuais.

No que concerne à urbanização, em que as diferenciações socioespaciais estão cada vez mais acentuadas, o que se observa hoje é a constituição de processos

segregativos retalhando as cidades e constituindo enclaves de riqueza e de pobreza, que independem da vontade das pessoas, mas que se fortalecem por meio de decisões, ações e práticas de uma parte da sociedade que luta por manter a separação entre os segmentos sociais. Isso só é possível, porque “o capitalismo produz uma paisagem geográfica (de relações espaciais, de organização territorial e de sistemas de lugares ligados por meio de uma divisão “global” do trabalho e de funções).” (HARVEY, 2004).

Nossa discussão baseia-se no entendimento do processo de segregação socioespacial urbana que, conforme Lojkin (1981, p. 167), pode se distinguir segundo três tipos:

- 1) Uma oposição entre o centro, onde o preço do solo é o mais alto, e a periferia. O papel-chave dos efeitos de aglomeração explica, a nosso ver, a importância dessa “renda de acordo com a localização”.
- 2) Uma separação crescente entre as zonas de moradias reservadas às camadas sociais mais privilegiadas e as zonas de moradia popular.
- 3) Um esfacelamento generalizado das “funções urbanas”, disseminadas em zonas geograficamente distintas e cada vez mais especializadas: zonas de escritórios, zona industrial, zona de moradia, etc. É o que a política urbana sistematizou e racionalizou sob o nome de zoneamento.

A partir desses três tipos de segregação socioespacial, apreendem-se as contradições presentes entre os pares dialéticos: centro ↔ periferia e a parte ↔ o todo.

Villaça (2004, p.94), debatendo o conceito de segregação indica-nos que:

- (...) há segregações e segregações, dependendo do grau de homogeneidade: não se deve esperar que somente as áreas absolutamente iguais sejam áreas segregadas, pois são raras – se é que existem – áreas urbanas, bairros, absolutamente iguais do ponto de vista social.
- (...) o conceito de segregação varia conforme a finalidade da pesquisa, e esta está, por sua vez, articulada com essas questões de explicação, constatação e medição.

É nesse sentido que, para trabalharmos com o conceito de segregação socioespacial, devemos apreendê-lo e, ao mesmo tempo, por meio dele, compreender a realidade urbana que estamos estudando. É na junção entre o teórico e o empírico que se constroem explicações para a realidade bem como para a permanente construção do conceito.

Na análise da segregação socioespacial observam--se dois processos: a) o da auto-segregação; b) e da segregação socioespacial involuntária<sup>15</sup>.

Na auto-segregação, as pessoas ou grupos de pessoas afastam-se, isolam-se, negam os espaços públicos e procuram a separação socioespacial por vontade própria. Os condomínios e loteamentos fechados são os exemplos mais nítidos desse tipo de segregação socioespacial, pois seus moradores escolheram estar lá e buscam espaços em que haja certa homogeneidade social.

Procedendo assim, negam os espaços públicos que os fazem conviver com a pobreza, com a diferença, mas apropriam-se do espaço público, mesmo que coletivamente para fechar os loteamentos, e restringi-lo para os que estão dentro dos muros.

O fechamento de parcelas do espaço urbano eleva o preço da terra de determinadas áreas da cidade num processo crescente de especulação imobiliária. Essa dinâmica ocorreu, primeiramente, em grandes metrópoles, mas hoje é observada em cidades médias e, também, faz parte da estruturação do espaço urbano de cidades pequenas.

No segundo caso, identificamos uma situação oposta, em que as pessoas não têm o direito de escolher seus espaços de moradia, pois, devido a suas condições econômicas, vão residir em espaços socioespacialmente distantes, isolando-se involuntariamente.

Esse processo, a segregação socioespacial involuntária, na maioria das vezes é decorrente de políticas públicas municipais (e reforçadas por elas), as quais implementam conjuntos habitacionais distantes e/ou isolados do restante da cidade, marcados pela ausência ou precariedade dos meios de consumo coletivo.

Dessa forma, a auto-segregação tende a negar o espaço “público”, criando espaços de uso coletivo, reafirmando a contradição da relação entre o público e o privado, e reforçando os espaços mercadoria. De outro lado, as pessoas que estão submetidas à segregação socioespacial involuntária necessitam aproximar-se do “público”, pois para terem boas condições de vida, precisam e dependem, inteiramente, de infra-estrutura, serviços e equipamentos públicos.

Complementando, Schapira (2000, p. 418-419) afirma que:

Em la ideología fomentista, la separación entre “los que tienen” y “los que no tienen” siempre há sido notória, y el rechazo de los que ponen en peligro la fisionomía, la armonía, la socialidad del barrio, también lo há sido. Para os habitantes de los barrios populares periféricos, en los que la vulnerabilidad social se há acrecentado notoriamente, la regularización de los terrenos de los “villeros”, enclavados en los barrios em vías de consolidación, es percebida como una amenaza.

---

<sup>15</sup> A conceituação de auto-segregação é utilizada por Corrêa (1993), Sposito (1996); Souza (2003) trabalha com as conceituações de auto-segregação e segregação induzida; e Villaça (2001) refere-se a processo como segregação voluntária e involuntária.



A partir desse raciocínio, podemos dizer que os segmentos sociais de menor poder aquisitivo são segregados, involuntariamente, e se sentem separados e isolados, não pertencentes à cidade, revelando a complexidade das relações entre o todo (a cidade) e as partes (os bairros).

Lefèbvre (1969, p. 124) afirma que:

A separação e a segregação rompem a relação. Constituem, por si sós, uma ordem totalitária, que tem por objetivo estratégico quebrar a totalidade concreta, espedaçar o urbano. A segregação complica e destrói a complexidade. (grifo nosso)

Nesse contexto, conseguimos entender o que significa a separação social. O autor afirma que a segregação divide o espaço urbano, rompendo as relações entre áreas, separando os segmentos da sociedade e dificultando a convivência entre as diferenças. Ainda, conforme aponta Lefèbvre (1969), o rompimento das relações, que pode ser espacial, social ou cultural, é determinado por objetivos estratégicos ou ações previamente definidas por “agentes” que, na maioria das vezes, promovem os conflitos sociais na estruturação do espaço urbano.

Dialogando com o autor percebe-se que a segregação socioespacial impede a convivência entre os diferentes, os encontros e desencontros, ou seja, destrói a complexidade do urbano, mas gera o acirramento das tensões sociais.

Assim, a segregação é um produto da lógica de produção do espaço urbano sob o capitalismo, segundo a qual o solo urbano é uma mercadoria, o que resulta num acesso diferenciado ao espaço a partir da desigual distribuição de renda.

Por fim, podemos afirmar que a segregação socioespacial é produto das desigualdades e dos conflitos sociais que se acirram, cada vez mais, no processo de urbanização sob o modo de produção capitalista. Separa “*numa infinidade de minúsculos territórios à lógica do mercado e à síndrome do medo e da insegurança*” (OLIVEIRA, 2006), transformando a cidade, que deveria ser o espaço dos encontros, em espaços que se tornam apenas lugares de passagem.

### 3. SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM CIDADES PEQUENAS: ENTRE SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS

*É o pensamento complexo capaz de reunir (...) de contextualizar, de globalizar, mas, ao mesmo tempo, capaz de reconhecer o singular, o individual, o concreto.*

*Edgar Morin*

O processo de segregação socioespacial está na base da sociedade capitalista marcada, cada vez mais, pelos conflitos sociais e pela estratificação social, dividindo e separando espaços e pessoas. Pode se constituir em todas as cidades, desde as pequenas até as grandes metrópoles, mesmo que em escalas e níveis de apreensão diferentes, pois sua ocorrência está ligada à organização da sociedade que mantém e fortalece as desigualdades sociais. Endlich (2006, p. 391) pondera que:

*(...) as diferenças entre as grandes e pequenas cidades não são apenas referentes aos quilômetros quadrados que ocupam suas edificações e nem somente quanto ao seu volume demográfico, mas estão nas relações e interações que existem no âmbito das mesmas.*

Dessa forma, devemos refletir acerca da realidade de cada espaço para que possamos compreender as especificidades do processo de segregação socioespacial nas pequenas cidades – foco de análise desta pesquisa – pois, a partir das características demográficas, econômicas, culturais, sociais, geográficas e políticas de cada localidade, ele pode ser apreendido diferenciadamente.

É importante analisar e compreender a estruturação do espaço urbano das cidades pequenas para entender como a segregação socioespacial se constitui nessas cidades e, nesse contexto, perceber as diferenças e semelhanças nos processos segregativos nelas existentes. Quais seriam então essas diferenças e semelhanças?

As semelhanças estão nas configurações do processo de segregação socioespacial que se mantêm, mesmo que a realidade das cidades pequenas seja distinta, como: 1) constituição de condomínios e/ou loteamentos fechados e favelas, ou seja, a separação entre ricos e pobres; 2) ausência e/ou presença, quantidade e/ou qualidade dos meios de consumo coletivo; e 3) a subjetividade que envolve o processo.

As diferenças se expressam nas diversas formas como o processo se constitui nas pequenas, médias e grandes cidades, dentre as quais, referentes às cidades pequenas, destacamos: 1) as relações entre os agentes sociais; 2) a visibilidade dos processos sociais; 3) as relações entre o rural/agrícola/urbano; 4) e as relações interurbanas.

Antes de iniciarmos as discussões acerca das diferenças e semelhanças do processo de segregação socioespacial em cidades pequenas, é importante que façamos algumas indagações para, posteriormente, desenvolver os apontamentos anteriores.

- Poderia a configuração de condomínios e/ou loteamentos fechados, que fortalece a segregação socioespacial nas cidades pequenas, também ser explicada pelo processo de metropolização dos espaços?
- Se o processo de metropolização está realmente ocorrendo, estaria ele presente também em cidades pequenas do Oeste Paulista, ou o “fechamento da cidade”, separação entre ricos e pobres nessas localidades, se origina pela vontade de algumas pessoas de se sentir diferentes?
- Estaria o processo de auto-segregação socioespacial de alguma forma relacionado ao medo da violência urbana, como ocorre nas metrópoles?

O processo de metropolização dos espaços vem sendo estudado por alguns autores, como por exemplo, Lencioni (2003), para quem os processos e dinâmicas que ocorrem nas metrópoles são disseminados para as cidades menores, fazendo com que elas configurem seus espaços de acordo com os padrões metropolitanos, conforme afirma a autora (2003, p.35 e 39-40) :

Esse processo de metropolização do espaço imprime ao território *características que até então eram exclusivas da região metropolitana*. Essas características fazem com que não só as práticas sociais, mas, inclusive as identidades dos lugares fiquem sujeitas aos códigos metropolitanos. São esses códigos os avatares dos novos valores e signos da sociedade contemporânea.

(...) o espaço vai se apresentando, mais ou menos, metropolizado. Contém, mesmo que de forma ainda incipiente, elementos que até então praticamente só se faziam presentes na metrópole. Nesse espaço, as altas taxas de urbanização, a magnitude expressiva dos investimentos de capital, a concentração das condições gerais de produção, tais como a infra-estrutura de transportes ou a rede de fibra ótica, bem como as atividades de serviço, notadamente aquela, relativas à prática do trabalho imaterial e às atividades de gestão do capital, denunciam estar ocorrendo o processo de metropolização do espaço.

Não podemos descartar essa hipótese, pois como a própria autora aponta, há no entorno da cidade de São Paulo uma região metropolitana que vem cada vez mais se desenvolvendo e com isso se espalhando. Também devido à crescente circulação de pessoas, mercadorias e informações, os espaços tornam-se mais próximos fazendo com que códigos e signos se misturem.

Entretanto, a ocorrência dos processos de fortalecimento do capital e melhorias na circulação, tanto de informações como de pessoas, podem não significar uma

metropolização dos espaços, como se a metrópole transpusesse o processo da urbanização, das segmentações sociais e da divisão social e territorial do trabalho. Novas tecnologias da circulação de mercadorias e informações podem ser intensamente difundidas a partir dos grandes centros, mas não devem ser entendidas como processos metropolitanos em si, porque se assim fosse, concluiríamos que cada espaço que se desenvolve é decorrência de determinações da metrópole.

Assim, algumas ponderações são importantes ao se analisar o contexto das cidades médias e pequenas. Se tudo decorresse de processos de metropolização dos espaços, explicaríamos as mudanças a partir da transferência de características das metrópoles para outras realidades urbanas. Quando enfoca o oeste do Estado de São Paulo, Lencioni (2003) afirma que a região congrega espaços não metropolizados e heterogêneos, mas que apresentam elementos espaciais também existentes nas metrópoles.

No entanto, se não ocorre o processo de metropolização dos espaços no Oeste Paulista, como explicar, então, a constituição de loteamentos fechados e favelas, que seriam características das grandes áreas urbanas metropolitanas marcadas por complexidade funcional e grandes disparidades socioespaciais?

Reafirmamos que processos de separação dos segmentos sociais, divisão social do trabalho e desenvolvimento do mundo das informações são decorrentes do processo de urbanização da sociedade (LEFÈVRE, 1999) e não necessária ou exclusivamente resultantes da metropolização dos espaços.

Para se avaliar o processo de urbanização capitalista, é preciso observar a intensa atuação dos agentes produtores do espaço (proprietários fundiários, incorporadores imobiliários, construtores, poder público) que criam e recriam necessidades, como se verifica na cidade de Osvaldo Cruz, onde a constituição de loteamentos fechados define-se basicamente pelas estratégias de mercado dos incorporadores imobiliários, que vendem, ao mesmo tempo, a insegurança e a segurança. Vendem uma insegurança urbana como se fosse fato em todas as cidades, e uma suposta segurança oferecida pelos loteamentos fechados, lógica muito disseminada no oeste do estado, por abrigar grande número de estabelecimentos prisionais.

Nessa perspectiva, ressaltamos que os processos de fechamento de parcelas do espaço urbano e de favelização nas cidades pequenas são inerentes ao modo capitalista de produção do espaço que, cada vez mais, acirra as desigualdades sociais e espaciais, possibilitando que espaços urbanos, como os de Osvaldo Cruz e Mariápolis, estruturem-se a partir de diferenciações socioespaciais, pois: *“a desigualdade socioespacial é expressão do processo de urbanização capitalista, um produto da reprodução ampliada do capital que se perpetua como condição de permanência da desigualdade social”* (RODRIGUES, 2008).

Concluídas essas ponderações iniciais, passaremos, a seguir, às análises das semelhanças e diferenças presentes nos espaços das pequenas cidades. Para tal, utilizaremos os dados coletados na pesquisa de campo para que possamos compreender os processos de produção, reprodução e consumo, presentes nesses espaços.

### **3.1. As semelhanças**

A) Ao tratarmos a constituição de condomínios e/ou loteamentos fechados e favelas: Ou seja, ao enfocarmos, sob o ponto de vista da dimensão objetiva da segregação socioespacial, a separação entre ricos e pobres na estruturação do espaço urbano da cidade de Osvaldo Cruz, apontamos a existência de dois loteamentos fechados, o primeiro, denominado Residencial Santa Mônica, que surgiu em 1990, e o outro, o Residencial Park Amarílis, que teve sua implantação iniciada em 2005, ambos localizados justapostos ao tecido urbano do município, até então constituído. De outro lado, há um loteamento classificado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como um aglomerado subnormal (“favela”), denominado Vila Esperança, e um outro, também com indicadores de piores condições de vida, a Vila Cavarú.

Se fizermos uma comparação entre as diferentes realidades urbanas, encontraremos loteamentos fechados e favelas em cidades como São Paulo, Belo Horizonte, Campinas, Presidente Prudente, Marília, mas também em Osvaldo Cruz, Rancharia e Adamantina entre outras. Assim, no que diz respeito à constituição de loteamentos ou condomínios fechados, favelas e bairros com indicadores de piores condições de vida, podemos dizer que, mesmo reservando peculiaridades, o processo de segregação socioespacial se configura nas distintas realidades urbanas.

Considerando-se as cidades envolvidas neste trabalho, percebe-se que esse processo ocorre com mais intensidade em Osvaldo Cruz, se comparada com Adamantina<sup>16</sup>, onde existe um loteamento fechado, datado de 2007, e não há constituição de favela.

#### **3.1.1. Loteamentos fechados e favelas: entre muros “visíveis e invisíveis”**

A análise do processo de segregação socioespacial perpassa pela relação existente entre o todo (cidade) e as partes (bairro), pois o todo está nas partes como as partes são expressões do todo. (SPOSITO, 2005)

---

<sup>16</sup> Adamantina localiza-se na mesma região de Osvaldo Cruz – Nova Alta Paulista - com distância de 20 km entre ambas. A estimativa de seu contingente populacional é de 34.655 habitantes (SEADE, 2007).

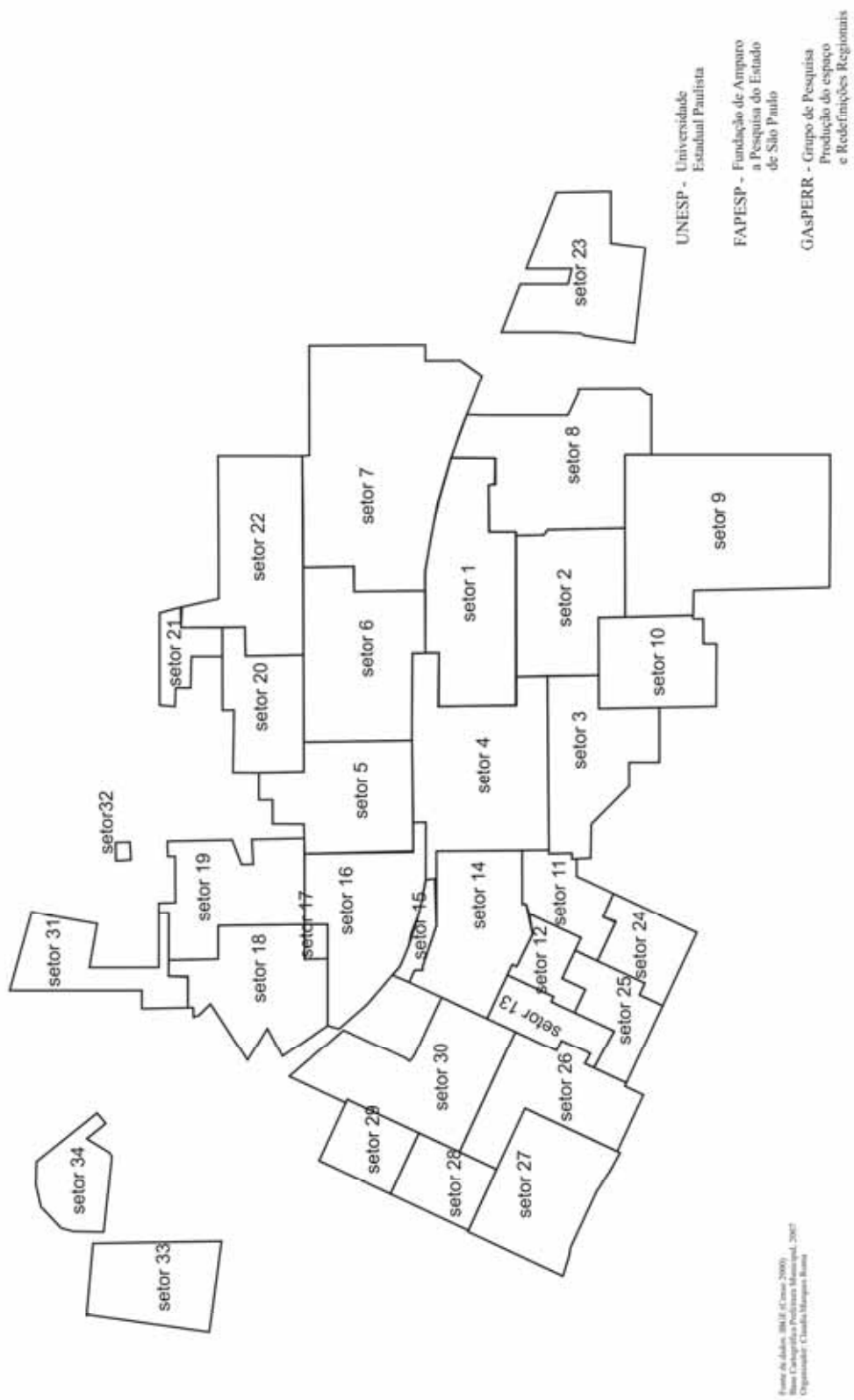
**Foto 1**  
**Osvaldo Cruz**  
**Contraste – favela x loteamento fechado**  
**2007**



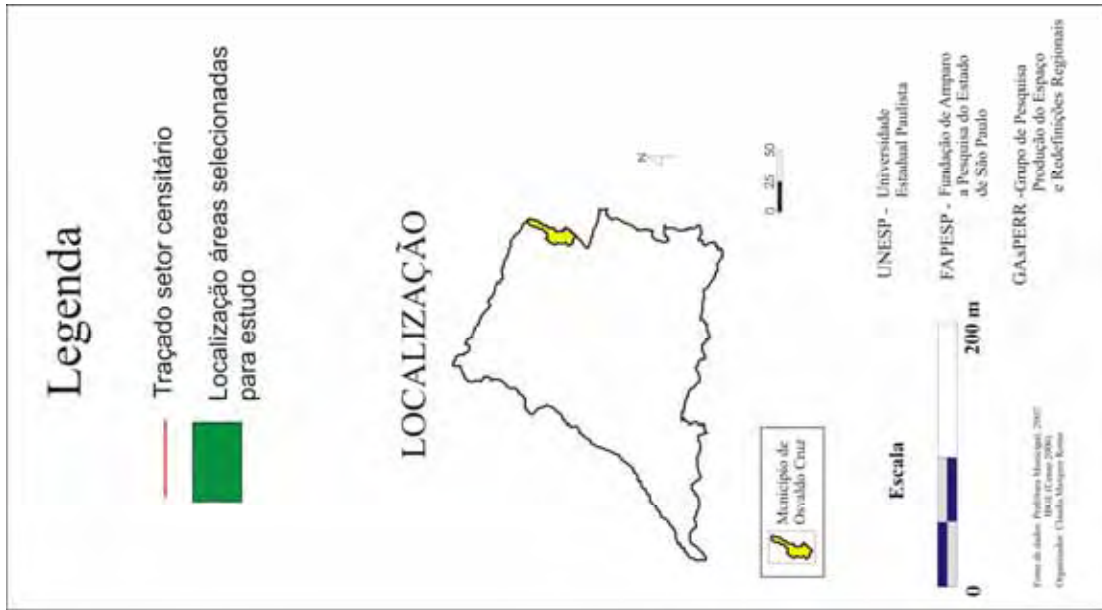
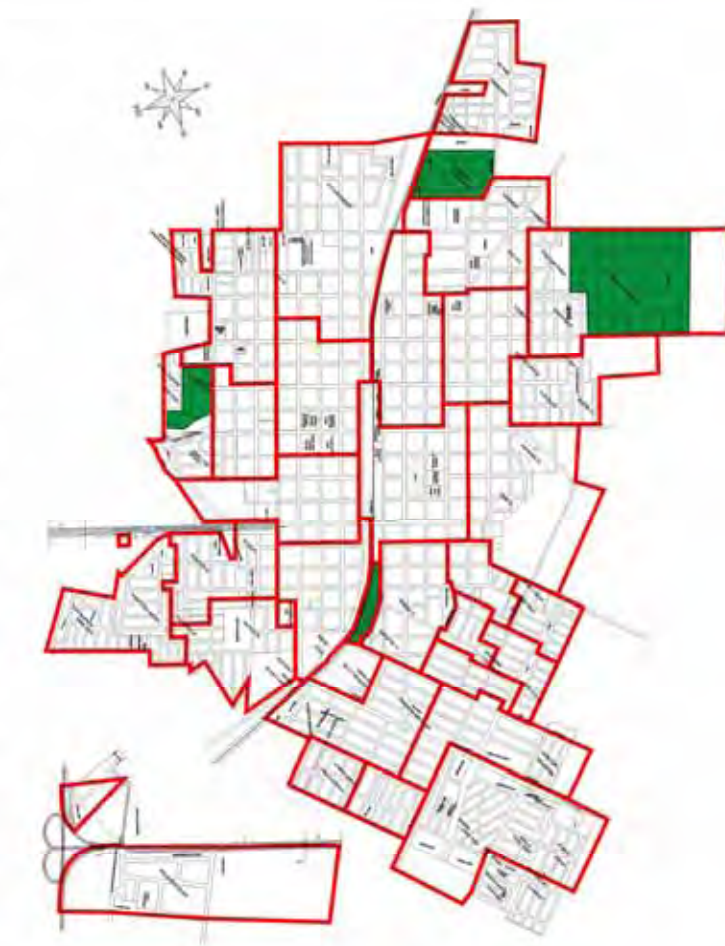
Fonte: Trabalho de Campo, Roma (2007)

E é justamente essa análise que os mapas a seguir nos permitem realizar. Eles apresentam indicadores que juntos com outros, podem revelar o processo de segregação ou auto-segregação socioespacial.

Figura 3 - Osvaldo Cruz: setores censitários

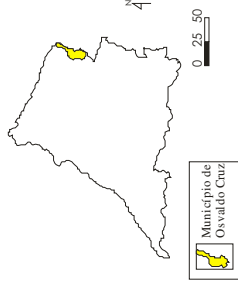


Mapa 5: Osvaldo Cruz: Eixo de Ruas, setores censitários e áreas de estudo: 2007





# LOCALIZAÇÃO



Município de Osvaldo Cruz



Fonte de dados: IBGE (Censo 2000)  
Base Cartográfica: Prefeitura Municipal, 2007  
Organizador: Cláudia Marques Roma

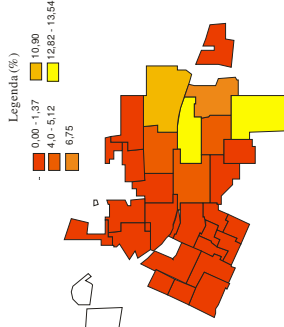
Definição de classes por pates recíprocos  
Pêta de detalhes de 1:5%

UNESP - Universidade Estadual Paulista

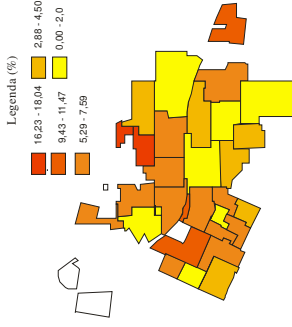
FAPESP - Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo

GASPERR - Grupo de Pesquisa e Redefinições Regionais

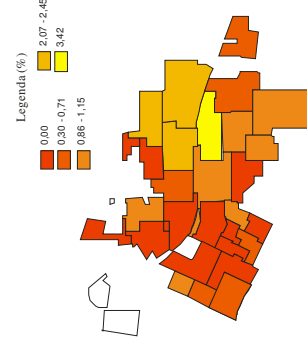
MAPA 9 - OSVALDO CRUZ. DOMÍCIOS COM QUATRO BANHEIROS OU MAIS. 2008



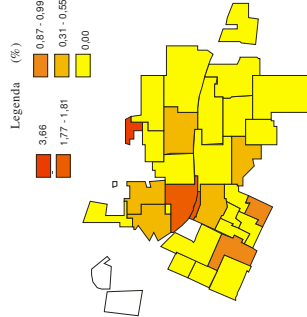
MAPA 13 - OSVALDO CRUZ. RESPONSÁVEIS PELOS DOMÍCIOS SEM RENDIMENTO MENSAL. 2008



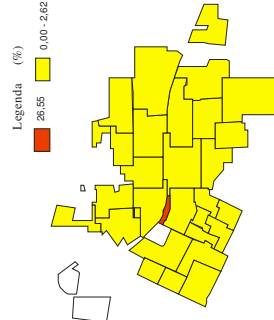
MAPA 17 - OSVALDO CRUZ. RESPONSÁVEIS PELOS DOMÍCIOS COM 17 ANOS OU MAIS DE ESTUDO. 2008.



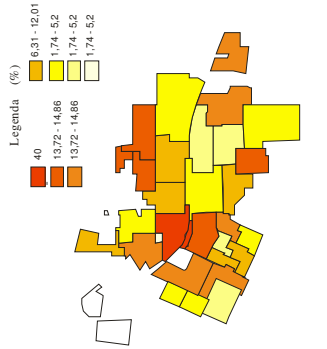
MAPA 8 - OSVALDO CRUZ. DOMÍCIOS SEM BANHEIRO OU SANITÁRIO. 2008



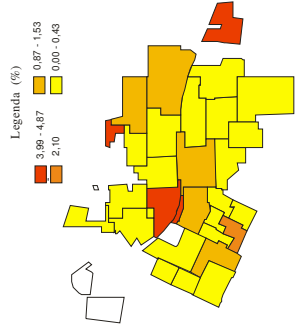
MAPA 12 - OSVALDO CRUZ. DOMÍCIOS COM COLETA DE LIXO DE OUTRA FORMA. 2008



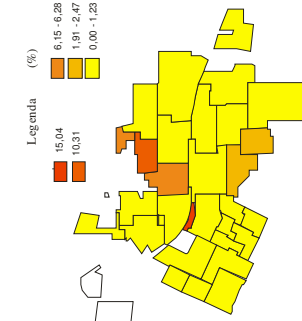
MAPA 16 - OSVALDO CRUZ. RESPONSÁVEIS PELOS DOMÍCIOS SEM ESTUDO E MENOS DE UM ANO DE ESTUDO. 2008



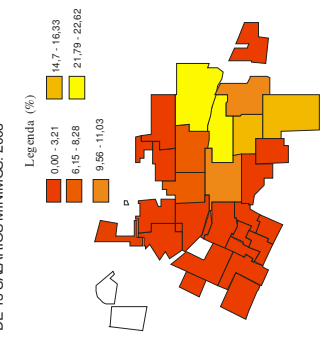
MAPA 7 - OSVALDO CRUZ. DOMÍCIOS TIPO CÔMODO. 2008



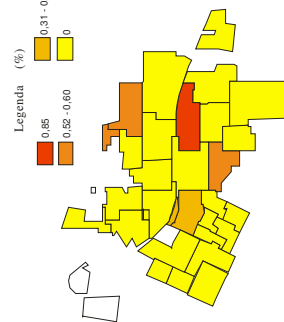
MAPA 11 - OSVALDO CRUZ. DOMÍCIOS LIGADOS A REDE DE ESGOTO DE OUTRA FORMA. 2008



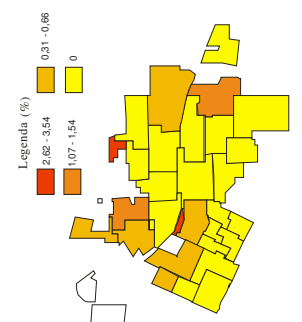
MAPA 15 - OSVALDO CRUZ. RESPONSÁVEIS PELOS DOMÍCIOS COM RENDIMENTO MENSAL DE MAIS DE 15 SALÁRIOS MÍNIMOS. 2008



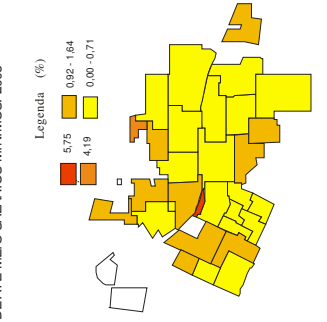
MAPA 6 - OSVALDO CRUZ. DOMÍCIOS IMPROVISADOS. 2008



MAPA 10 - OSVALDO CRUZ. DOMÍCIOS COM ABASTECIMENTO DE ÁGUA OUTRA FORMA. 2008



MAPA 14 - OSVALDO CRUZ. RESPONSÁVEIS PELOS DOMÍCIOS COM RENDIMENTO MENSAL DE ATÉ MEIO SALÁRIO MÍNIMO. 2008



Para melhor visualizar as informações contidas nos mapas, observemos os quadros 1 e 2.

#### **Quadro 1**

##### **Oswaldo Cruz**

##### **Setores Censitários com piores indicadores\***

**2007**

<b>Setor Censitário</b>	<b>Freqüência</b>
15	6
21	4
16	2
1	1
20	1
23	1

Org. Claudia Marques Roma, 2007.

\* Os piores indicadores são: Domicílios particulares improvisados; Domicílios particulares permanentes tipo cômodo; Domicílios particulares permanentes sem banheiro ou sanitário; Domicílios particulares permanentes com abastecimento de água de outra forma; Domicílios particulares permanentes com banheiro ou sanitário com esgotamento sanitário de outra forma; Domicílios particulares permanentes com outro destino do lixo; Pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes sem rendimento mensal; Pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes com rendimento nominal de até ½ salário mínimo; Pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes sem instrução e menos de um ano de estudo.

#### **Quadro 2**

##### **Oswaldo Cruz**

##### **Setores Censitários com os melhores indicadores\***

**2007**

<b>Setor Censitário</b>	<b>Freqüência</b>
1	3
7	1
9	1

Org. Claudia Marques Roma, 2007.

\*Domicílios particulares permanentes com quatro banheiros ou mais; Pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes com rendimento nominal mensal de mais de 15 salários mínimos e; Pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes com 17 anos ou mais de estudos.

No quadro 1, destacaram-se os setores censitários 15 e 21, com ocorrência de seis e quatro piores indicadores, respectivamente. É importante destacar, ainda, que o setor censitário 15 não apresenta melhores indicadores em nenhum dos mapas analisados. Já o setor 21 apresenta melhores indicadores em apenas um mapa (domicílios com coleta de lixo de outra forma). No contexto geral da cidade, somente o setor censitário 15 diferencia-se dos demais, devido ao arruamento estreito e irregular, típico de favela, que impede a passagem de veículos coletores de lixo, sendo a coleta realizada por meio de caçambas.

Como se observa nos mapas, a situação dos setores censitários 15 (Vila Esperança) e 21 (Vila Cavarú) pode revelar o processo de segregação socioespacial em Osvaldo Cruz.

No quadro 2, destacou-se o setor censitário um que, nos três mapas que apresentam os melhores indicadores, classifica-se como o melhor, seguido dos setores nove e sete, com a ocorrência de um indicador de melhores condições de vida. A escolha do setor um, porém, não possibilitaria a avaliação sobre a ocorrência ou não de processo de auto-segregação, tendo em vista que engloba o centro comercial da cidade e não representa uma área tipicamente residencial. Como os outros dois apresentaram apenas uma ocorrência nos melhores indicadores, entendemos ser mais relevante, do ponto de vista qualitativo, realizar a análise do processo de auto-segregação nos loteamentos fechados Residencial Santa Mônica e Residencial Park Amarílis, uma vez que o próprio fato de serem murados já denota auto-segregação.

Os indicadores expressos nos mapas revelam uma desigualdade socioespacial entre as diferentes áreas em Osvaldo Cruz.. No entanto, somente através dessa análise não podemos afirmar a existência, nessa cidade, do processo de segregação socioespacial, mas acrescentando esses dados aos coletados em campo, poderemos avaliar se ele existe ou não.

Portanto, a seguir, a partir da análise das tabelas, que apresentam os dados da pesquisa empírica, procuraremos ampliar a compreensão das desigualdades socioespaciais existentes na cidade de Osvaldo Cruz.

Um primeiro dado que revela a desigualdade socioespacial presente em Osvaldo Cruz refere-se à ocupação dos moradores das diferentes áreas analisadas, como podemos observar nas tabelas 5 e 6.

#### **Tabela 5**

#### **Osvaldo Cruz - Vila Esperança e Vila Cavarú**

#### **Ocupações dos entrevistados e chefes de família**

**2007**

Profissão	Entrevistado	Chefe família	Total	%	Profissão	Entrevistado	Chefe família	Total	%
Do lar	71	--	71	24,4	Autônomo	--	2	2	0,7
Aposentado	40	7	47	16,1	Faxineira	1	1	2	0,7
Usina de álcool	6	36	42	14,4	Reciclagem	1	1	2	0,7
Desempregado	16	5	21	7,2	Ofice Boy	1	--	1	0,3
Pedreiro	3	10	13	4,5	Ator	1	--	1	0,3
Estudante	12	--	12	4,1	Marceneiro	--	1	1	0,3
Diarista	4	8	12	4,1	Mecânico	--	1	1	0,3
Doméstica	6	4	10	3,4	Entregador de jornal	--	1	1	0,3
Catador de papel	4	4	8	2,7	Sabesp	--	1	1	0,3
Braçal	3	4	7	2,4	Carroceiro	--	1	1	0,3
Serviços gerais	5	1	6	3,4	Costureira	--	1	1	0,3
Encostado - INSS	1	3	4	1,4	Agente funerário	--	1	1	0,3
Bóia-Fria	2	2	4	1,4	Moto taxi	--	1	1	0,3
Lavrador	3	1	4	1,4	Caminhoneiro	--	1	1	0,3
Pintor	1	2	3	1,0	Aux. de tapeçaria	1	--	1	0,3
Chapeiro	1	1	2	0,7	Granjeiro	--	1	1	0,3
Vendedor	1	1	2	0,7	Serralheiro	--	1	1	0,3
Comerciante	2	--	2	0,7	Tapeceiro	--	1	1	0,3

Fonte: Trabalho de campo, 2007.

## Tabela 6

### Oswaldo Cruz - Residencial Santa Mônica e Residencial Park Amarílis Ocupações dos entrevistados 2007

Profissão	Entrevistado	%	Profissão	Entrevistado	%
Aposentado	5	19,2	Fiscal de renda	1	3,8
Empresário	3	11,5	Médico	1	3,8
Estudante	2	7,7	Administrador de empresa	1	3,8
Psicólogo	2	7,7	Fisioterapeuta	1	3,8
Advogado	2	7,7	Magistrado	1	3,8
Professor	2	7,7	Bancário	1	3,8
Do Lar	1	3,8	Corretor de seguros	1	3,8
Programador	1	3,8	Não informou	1	3,8

Fonte: Trabalho de campo, 2007.

Na tabela 5, notamos a predominância de ocupações usualmente exercidas pelos segmentos sociais de menor poder aquisitivo, pois requerem baixo nível de escolaridade,

pouca qualificação profissional e, no geral, são mal remuneradas, com destaque para as seguintes: do lar (24,4%); trabalhador agrícola (14,4%); pedreiro (4,5%); diarista (4,1%); e catador de papel (2,7%).

Ao contrário da tabela 5, na 6 predominam ocupações que exigem maior qualificação e nível superior de escolaridade, e conferem maior status social e remuneração elevada, destacando-se: empresários (11,5%); psicólogos, advogados e professores (7,7%); magistrado (3,8%); e médico (3,8%).

Comparando as duas tabelas, observamos que as ocupações freqüentemente exercidas por pessoas de menor poder aquisitivo, concentram-se nas vilas Esperança e Cavarú. E as desempenhadas pelos segmentos sociais de maior poder aquisitivo predominam nos loteamentos fechados, sem nenhuma ocorrência dessas ocupações nas outras duas áreas analisadas (vilas Esperança e Cavarú). Destacamos um percentual de 7,2% de desempregados nas vilas Esperança e Cavarú, dado ausente nos loteamentos fechados.

Notamos, ainda, que os índices referentes aos aposentados se equiparam nas duas áreas analisadas: 19,2%, nos loteamentos fechados, e 16,1%, nas vilas Esperança e Cavarú, ainda que com rendimentos diferenciados.

Outro dado a ser analisado para embasar nossa discussão acerca da segregação socioespacial é o número de moradores por domicílio, como apresentamos nas tabelas 7 e 8.

**Tabela 7**  
**Oswaldo Cruz - Vila Esperança e Vila Cavarú**  
**Número de moradores por domicílio**  
**2007**

Quantidade de moradores por domicílio		
Número de pessoas residentes no imóvel	Freqüência	%
1	17	9,1
2	31	16,6
3	45	24,1
4	57	30,5
5	19	10,2
6	10	5,3
7	3	1,6
8	2	1,1
9	2	1,1
13	1	0,5

Fonte: Trabalho de campo, 2007.

**Tabela 8**

**Osvaldo Cruz - Residencial Santa Mônica e Residencial Park Amarílis**

**Número de moradores por domicílio**

**2007**

Quantidade de moradores por domicílio		
Número de pessoas residentes no imóvel	Freqüência	%
1	3	11,5
2	7	26,9
3	6	23,1
4	7	26,9
5	2	7,7
6	1	3,8

Fonte: Trabalho de campo, 2007.

Em ambas as tabelas há uma predominância de domicílios com dois, três ou quatro moradores. No entanto, enquanto na tabela 8 observamos que seis é o número máximo de moradores em uma residência (ou 3,8% dos domicílios entrevistados), na tabela 7, há residências com sete, oito, nove e até treze moradores, 4,3% do total de moradias.

A existência de domicílios com maior número de moradores é característica dos segmentos sociais de menor poder aquisitivo que, em alguns casos, devido à condição financeira das famílias precisam abrigar um número maior de pessoas em cada residência, revelando, assim piores condições de vida e reforçando as desigualdades socioespaciais existentes entre as diferentes áreas analisadas.

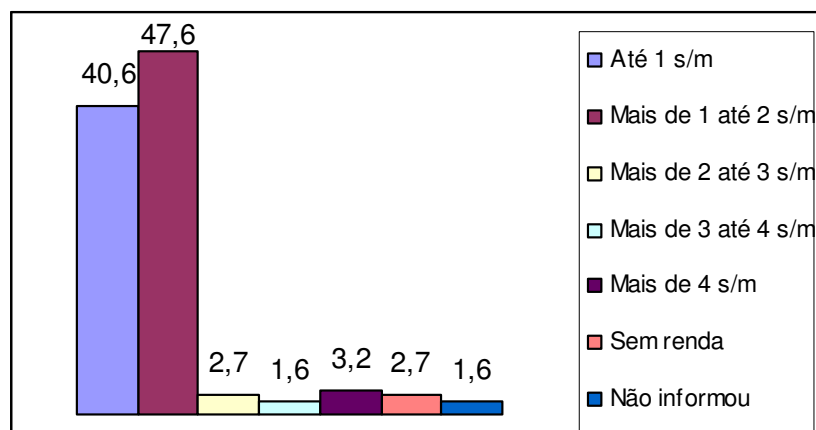
A seguir, no Gráfico 1, podemos observar a renda familiar dos entrevistados das vilas Esperança e Cavarú, como mais um indicador que reforça a desigualdade socioespacial entre áreas e pode revelar a segregação socioespacial.

### Gráfico 1

#### Oswaldo Cruz - Vila Esperança e Vila Cavarú

#### Renda familiar (%)

2007



Fonte: Trabalho de Campo, 2007.

Analisando o Gráfico 1, verificamos que quase a metade da população das vilas Esperança e Cavarú possui renda familiar de mais de um e até dois salários mínimos (47,6%), seguida dos que declararam renda de até um salário mínimo (40,6%). Observa-se ainda um percentual de 2,7% sem renda familiar, e apenas 3,2%, com renda superior a quatro salários mínimos.

É interessante ressaltar que, durante a pesquisa de campo, os entrevistados afirmaram que boa parcela da renda familiar é proveniente de programas governamentais, como bolsa família e bolsa escola, entre outros benefícios sociais. E, os sem renda declararam receber cestas básicas como doações de pessoas ou instituições sociais.

Esse dado reforça as análises anteriores, demonstrando que as vilas Esperança e Cavarú são espaços onde se concentram os segmentos de menor poder aquisitivo.

Para obter informações sobre o poder aquisitivo médio das famílias nos loteamentos fechados, houve uma tentativa de inferi-lo a partir da presença de alguns indicadores que podem demonstrar o nível socioeconômico dos entrevistados, como mostra a tabela 9.

**Tabela 9****Osvaldo Cruz - Residencial Santa Mônica e Residencial Park Amarílis**  
**Indicadores de poder aquisitivo dos moradores**  
**2007**

<b>Quantidade de dormitórios por domicílio</b>		
<b>Numero de dormitórios por imóvel</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
3	21	80,8
4	4	15,4
5	1	3,8
<b>Quantidade de celulares por domicílio</b>		
<b>Numero de celulares por imóvel</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
0	1	3,8
1	5	19,2
2	4	15,4
3	11	42,3
4	3	11,5
5	2	7,7
<b>Quantidade de veículos por domicílio</b>		
<b>Numero de veículos por imóvel</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
1	6	23,1
2	13	50,0
3	5	19,2
4	1	3,8
5	1	3,8
<b>Quantidade de micro computadores por domicílio</b>		
<b>Numero de micro computadores por imóvel</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
1	20	76,9
2	6	23,1
<b>Quantidade de televisor por domicílio</b>		
<b>Numero de televisor por imóvel</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
1	1	3,8
2	10	38,5
3	5	19,2
4	6	23,1
5	3	11,5
6	1	3,8
<b>Quantidade de condicionador de ar por domicílio</b>		
<b>Numero de condicionador de ar por imóvel</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
0	3	11,5
1	8	30,8
2	6	23,1
3	6	23,1
4	2	7,7
5	1	3,8

Fonte: Trabalho de campo, 2007.

Reportando-nos à tabela 8, verificamos que o número de moradores por domicílio se resume a dois (26,9%), três (23,1%) ou quatro (26,9%) . Na tabela 9, constata-se que 80,8% das casas possuem três dormitórios. Cruzando os dados das tabelas 8 e 9 temos



praticamente um dormitório para cada morador. Em contraponto, o maior número de cômodos por residência nas vilas Esperança e Cavarú é de quatro, (43,3% do total).

Na tabela 9, os dados evidenciam a concentração da capacidade de consumo nos loteamentos fechados, com uma população que detém elevado poder aquisitivo. Em 77,0% das residências mais de uma pessoa possui um telefone celular; todos os imóveis possuem veículos automotores próprios, sendo que a grande maioria (76,9% do total) tem mais de um automóvel; em 100% dos imóveis há ao menos um computador; elevada também é a quantidade de domicílios que possuem mais de um televisor (96,2%); e, por fim, com exceção de apenas 11,5% das casas, todas as outras possuem aparelho de ar condicionado.

Nas tabelas 10 e 11, apresentamos os dados que revelam, segundo os entrevistados, os principais problemas encontrados nas áreas de análise da pesquisa. Nas vilas Esperança e Cavarú, ao fazerem referência aos problemas do bairro, os moradores os relacionam com os encontrados também na cidade.

**Tabela 10\***

**Oswaldo Cruz – Vila Esperança e Vila Cavarú**

**Principais problemas encontrados por morar nesse bairro**

**2007**

MOTIVOS					
Serviços e infraestruturas urbanas	Nº	%	Econômicos	Nº	%
Saúde	45	14,1	Falta de emprego	47	14,8
Falta de limpeza pública	41	12,9	<b>Social</b>		
Infraestrutura e serviço (asfalto, iluminação, esgoto, coleta de lixo)	36	11,3	Falta de assistência social	8	2,5
Falta de lazer e cultura	19	6,0	Drogas	7	2,2
Falta de vaga em creche	10	3,1	Casas precárias	6	1,9
Falta de abertura de ruas	4	1,2	Falta de segurança	12	3,8
Educação de qualidade	3	0,9	<b>Ambientais</b>		
Falta de comércio no bairro	3	0,9	Enchente	14	4,4
Insuficiência no transporte coletivo	2	0,6	Presença de pemilongos	2	0,6
Falta de Orelhão	1	0,3	<b>Outros</b>		
Falta de centro comunitário	1	0,3	Não sabe	16	5,0
Falta de associação de moradores	1	0,3	Nenhum problema	11	3,4
Falta de Igreja	1	0,3	Tudo ruim	7	2,2
<b>Políticos</b>			Vadiagem	4	1,2
Abandono dos políticos	6	1,9	Falta de respeito	1	0,3
Prefeito	2	0,6	A presença desse bairro	1	0,3
			Desunião	1	0,3

Fonte: Trabalho de Campo, 2007.

\* A base de cálculo dessa tabela é de 318 respostas

Na tabela 10, o maior número de problemas refere-se a serviços e infra-estrutura urbana<sup>17</sup>. A saúde corresponde a 14,1% das respostas, demonstrando a deficiência do serviço prestado na cidade<sup>18</sup>, e a insatisfação da população em relação ao atendimento prestado nos postos de saúde e pronto-socorro do município; 12,9% dos entrevistados manifestaram descontentamento com a limpeza pública<sup>19</sup>; 11,3% dos entrevistados apontaram problemas relativos a asfalto, iluminação pública, esgoto e coleta de lixo.

Observamos que a pavimentação asfáltica encontra-se em bom estado de conservação, e apenas em dois quarteirões, na Vila Cavarú, não há asfalto. Segundo os entrevistados, a abertura do arruamento e a pavimentação na Vila Esperança foram realizadas há pouco tempo e, antes disso, as viaturas policiais ficavam impossibilitadas de adentrarem a favela, gerando problemas de segurança e falta de controle por parte do Estado. A coleta de esgoto é realizada nessas áreas, mas alguns domicílios ainda não estão ligados à rede geral. No entanto, a instalação dessa infra-estrutura pode expulsar os moradores da área, principalmente, a população da Vila Esperança, que não tem como arcar com os custos<sup>20</sup> do serviço; a coleta de lixo da Vila Esperança é realizada por caçambas devido à sinuosidade e ao estreitamento das ruas, o que contribui para a falta de limpeza no bairro.

Destaca-se, ainda, a falta de lazer e cultura, apontada por 6,0% dos entrevistados e a falta de vagas em creche (3,1%)<sup>21</sup>.

No contexto político, destaca-se o sentimento de abandono pelos governantes (1,9%), e, no que se refere aos problemas econômicos, a falta de emprego aparece com o maior percentual de todos os problemas apontados (14,8%).

No que diz respeito às questões sociais, a falta de segurança representa 3,8% das respostas, seguida da falta de assistência social (2,5%), drogas (2,2%) e casas precárias (1,9%).

Na Vila Esperança, as residências são pequenas, com pouca ventilação e iluminação, com padrão de construção inferior, comparativamente aos domicílios localizados em outras áreas da cidade, ou seja, habitações típicas de favelas.

Entre os problemas relacionados aos indicadores ambientais, destaca-se a ocorrência de enchentes na Vila Esperança (4,4%).

---

<sup>17</sup> Posteriormente, retomaremos as discussões em relação aos meios de consumo coletivo.

<sup>18</sup> No Capítulo 1, apontamos que os moradores de Osvaldo Cruz necessitam deslocar-se para a cidade de Marília com muita frequência para obter atendimento na área de saúde.

<sup>19</sup> No trabalho de campo, observamos que a limpeza pública, sobretudo, da Vila Esperança deixa a desejar, mas também se constata que a limpeza dos lotes não é realizada pela população.

<sup>20</sup> Na pesquisa de campo, tomamos conhecimento que uma moradora pediu para desligar a coleta de esgoto de sua residência por não conseguir arcar com a despesa.

<sup>21</sup> Algumas mães da Vila Esperança amenizam esse problema, pagando R\$10,00 por mês para uma senhora cuidar das crianças em sua residência.

Os entrevistados apresentaram ainda outros problemas, como vadiagem (1,2%), falta de respeito (0,3%) e desunião (0,3%).

**Tabela 11\***

**Oswaldo Cruz - Residencial Santa Mônica e Residencial Park Amarílis**  
**Principais problemas indicados, em função de se morar no loteamento**  
**2007**

MOTIVOS					
Serviços e infraestruturas urbanas	Nº	%	Outros	Nº	%
Comércio próximo ao loteamento	1	2,9	Pessoas arrogantes	1	2,9
Insuficiência transporte coletivo	1	2,9	Alta velocidade dos carros	1	2,9
Falta de coleta de lixo seletiva	1	2,9	Cachorros soltos na rua	1	2,9
Falta de quadra de tênis e academia	1	2,9	Nenhum problema	4	11,8
<b>Fator distância</b>			Não respondeu	8	23,5
Distância do centro da cidade	12	35,3	A "visão distorcida" que associa morar nesse condomínio à riqueza material.	1	2,9
<b>Econômicos</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>			
Preço do IPTU	1	2,9			
<b>Social</b>					
Falta de comunicação entre os moradores	1	2,9			

Fonte: Trabalho de Campo, 2007.

\* A base de cálculo dessa tabela é de 34 respostas

Na tabela 11, o destaque dos problemas apresentados pelos entrevistados está no fator distância, com 35,3% das respostas referindo-se à distância do loteamento Residencial Santa Mônica em relação ao centro da cidade. No entanto, é contíguo à malha urbana tendo uma distância de, aproximadamente, 12 quadras da área central e, conforme observado anteriormente, na tabela 9, 100,0% dos entrevistados possuem ao menos um veículo próprio e 76,8% possuem mais de um automóvel, o que atenua o problema apresentado pelos moradores. O loteamento fechado Residencial Park Amarílis e as Vilas Esperança e Cavarú são bem próximos da área central da cidade, como se observa na figura 3 (p. 51).

No que se refere aos serviços e infraestruturas urbanas, apresentam-se problemas relacionados ao comércio, coleta seletiva de lixo, transporte e lazer (2,9%) respectivamente. Os loteamentos fechados da cidade de Oswaldo Cruz não geraram atração de atividades comerciais e/ou de serviços para seu entorno.

Foram citados também a arrogância e a falta de comunicação entre os moradores, ambos com 2,9%.

Nas tabelas 12 e 13, apreendemos questões relacionadas à forma como os moradores percebem os espaços em que vivem, revelando a subjetividade que envolve o processo de segregação socioespacial.

**Tabela 12****Oswaldo Cruz - Vila Esperança e Vila Cavarú****O entrevistado e a cidade****2007**

Gostaria de morar em outro lugar					
NÃO	Nº	%	SIM	Nº	%
		87		46,5	
Se sim, qual lugar?					
	Nº	%		Nº	%
Outro bairro qualquer	21	21,0	Álvaro Campoy	1	1,0
Centro	17	17,0	Perto da escola	1	1,0
Bairro com melhores condições de vida	8	8,0	Residencial Santa Mônica	1	1,0
Miraira	6	6,0	Nelson Cavalini	1	1,0
Próximo a Santa Casa	6	6,0	Vera Cruz	1	1,0
Bairro sem bagunça	5	5,0	Um bairro que tenha casa própria	1	1,0
Paraíso	4	4,0	Santa Tereza	1	1,0
Conj. Habitacional pró-morar	4	4,0	Sítio	1	1,0
Colina das Flores	3	3,0	Maria Couto	1	1,0
Vila São José	3	3,0	Vila Califórnia	1	1,0
Jardim das Bandeiras	3	3,0	Qualquer outro exceto Vila Cavarú e Esperança	1	1,0
Alberto Lang	2	2,0	Marília	1	1,0
Alvorada	2	2,0	Inúbia Paulista	1	1,0
Outra cidade	2	2,0	Não sabe	1	1,0

Fonte: Trabalho de Campo, 2007.

**Tabela 13****Oswaldo Cruz – Residencial Santa Mônica e Residencial Park Amarílis****O entrevistado e a cidade****2007**

Gostaria de morar em outro lugar					
NÃO	Nº	%	SIM	Nº	%
		19		73,1	
Se sim, qual lugar?					
	Nº	%		Nº	%
Cidade próxima a São Paulo	2	28,6	São Paulo	1	14,3
Região próxima ao centro da cidade	1	14,3	Praia Grande	1	14,3
Londrina	1	14,3	Cidade maior	1	14,3

Fonte: Trabalho de Campo, 2007.

Constatamos na tabela 12, que 53,5% dos entrevistados residentes nas Vilas Esperança e Cavarú gostariam de morar em outro lugar. Entre eles, a maioria escolheria outro bairro na própria cidade de Oswaldo Cruz, e 46,5% declararam que não se mudariam por, entre outros motivos, ter casa própria, mesmo que precária, estar perto de amigos, e já estar há algum tempo no bairro. Nos loteamentos fechados, apenas 26,9% dos

entrevistados declararam que gostariam de morar em outros locais, cidades maiores que Osvaldo Cruz, com exceção de uma resposta, na qual o entrevistado afirma que gostaria de morar em um local mais próximo ao centro da cidade. 73,1% informaram que não mudariam do loteamento.

A análise desses dados permite-nos afirmar que as condições de vida dos moradores dos loteamentos fechados são melhores que as dos moradores das Vilas Esperança e Cavarú, o que se confirma com a declaração de 8,0% dos entrevistados de que gostariam de morar em um local que lhes proporcionasse melhores condições de vida.

Também é importante destacar que 21,0% dos entrevistados das Vilas Esperança e Cavarú morariam em qualquer outro local, 5,0% preferem um bairro sem bagunça e 1,0% gostaria de morar em qualquer outro lugar.

A satisfação dos moradores dos loteamentos fechados pode ser evidenciada na tabela 14, na qual se destaca o fato de que 92,3% declararam gostar de morar no loteamento e em Osvaldo Cruz.

**Tabela 14 \***

**Oswaldo Cruz – Residencial Santa Mônica e Residencial Park Amarílis**

**Os moradores do condomínio e a cidade**

**2007**

Você gosta de morar nesse loteamento e em Oswaldo Cruz?					
SIM	Nº	%	NÃO RESPONDEU	Nº	%
		24		92,3	
<b>Justificativas</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Beleza do condomínio</li> <li>• Portaria controlada</li> <li>• Justamente por ser um condomínio fechado</li> <li>• Arborização</li> <li>• Condomínio próprio para moradia</li> <li>• Amplas ruas</li> <li>• Não necessidade de muros em frente às casas</li> <li>• Maior possibilidade de contato entre adultos e crianças</li> </ul>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tranqüilidade do condomínio</li> <li>• Cidade e condomínio oferecer conforto</li> <li>• Qualidade de vida</li> </ul>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pertencimento</li> </ul>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cidade pequena</li> </ul>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sensação de segurança</li> <li>• Segurança</li> </ul>					

Fonte: Trabalho de Campo, 2007.

\* Base de cálculo dessa tabela é de 49 respostas

As justificativas que se destacam são: “*beleza do condomínio*”, “*amplas ruas*” e “*arborização*”, características opostas às encontradas na Vila Esperança. Também devemos ressaltar as respostas – “*justamente por ser um condomínio fechado*”; “*portaria controlada*”; “*sensação de segurança*” e “*segurança*”,

Analisando a relação dos entrevistados com a cidade, apreendemos os deslocamentos dos moradores como possibilidade de acesso aos espaços da cidade, pois, conforme representam as tabelas 15 e 16, a grande maioria freqüenta praticamente todos os lugares da cidade.

**Tabela 15****Oswaldo Cruz – Vila Esperança e Vila Cavarú****O entrevistado e a cidade****2007**

Lugares da cidade que gostaria de freqüentar e não freqüenta								
Freqüenta todos os lugares	Nº	%	Não freqüenta todos os lugares	Nº	%	Não sabe	Nº	%
		158		84,5			25	13,4
Qual lugar não freqüenta? (Motivo)								
Cinema (Falta de dinheiro) Cursos (Falta de dinheiro) Igreja (Dificuldade de locomoção) Locais distantes da residência (Dificuldade de Deslocamento)				PEMEC (Violência) Piscina (Falta de dinheiro) Vários lugares - clube, restaurante, cinema (Falta de dinheiro)				

Fonte: Trabalho de Campo, 2007.

**Tabela 16****Oswaldo Cruz – Residencial Santa Mônica e Residencial Park Amarílis****O entrevistado e a cidade****2007**

Lugares da cidade que gostaria de freqüentar e não freqüenta								
Freqüenta todos os lugares	Nº	%	Não freqüenta todos os lugares	Nº	%	Não respondeu	Nº	%
		8		30,8			5	19,2
Qual lugar não freqüenta? (Motivo)								
Outros bairros da cidade (Medo da violência) Clube (Falta de tempo)				Academia (Falta de tempo) Biblioteca maior, livrarias, cafés, shopping center (cidade não oferece)				

Fonte: Trabalho de Campo, 2007.

Na tabela 15, entre os que não freqüentam todos os lugares, o principal motivo apontado é a falta de dinheiro. Em contrapartida, na tabela 16, a justificativa é a falta de tempo. Nas duas tabelas, o medo da violência foi destacado.

Referente às facilidades ou dificuldades de deslocamento ou razões de permanência, observamos, na tabela 17, que 78,1% dos entrevistados das Vilas Esperança e Cavarú não encontram nenhuma dificuldade no deslocamento, e 19,2% afirmam ter algum tipo de dificuldade. Na tabela 18, observamos que 84,6% não têm problemas com deslocamento e 3,8% encontram algum tipo de dificuldade.

**Tabela 17**

**Oswaldo Cruz - Vila Esperança e Vila Cavaru**

**Facilidade ou dificuldade de deslocamento e razões de permanência**

**2007**

Atividade que deixa de fazer por dificuldade de deslocamento								
SIM	Nº	%	NÃO	Nº	%	NÃO SABE	Nº	%
		36		19,2			146	78,1
Atividades								
Trabalho				Diversas atividades (doença)				
Ir ao Comércio				Diversas atividades (por falta de dinheiro)				
Ir ao Banco				Diversas atividades (falta de transporte coletivo)				
Ir ao Médico				Posto central/santa casa				
Ir à Igreja				Diversas atividades (distância local moradia)				

Fonte: Trabalho de campo, 2007.

**Tabela 18**

**Oswaldo Cruz – Residencial Santa Mônica e Residencial Park Amarílis**

**Facilidade ou dificuldade de deslocamento e razões de permanência**

**2007**

Atividade que deixa de fazer por dificuldade de deslocamento								
SIM	Nº	%	NÃO	Nº	%	NÃO RESP.	Nº	%
		1		3,8			22	84,6
Atividades								
Diversas atividades (não justificou)								

Fonte: Trabalho de campo, 2007.

Na tabela 19, descrevemos os motivos da escolha por morar num loteamento fechado, segundo entrevistados.



**Tabela 19\***

**Oswaldo Cruz – Residencial Santa Mônica e Residencial Park Amarílis**

**Motivo da escolha por morar num loteamento fechado**

**2007**

MOTIVOS					
Sociais	Nº	%	Outros	Nº	%
Segurança	20	42,6	Tranquilidade	11	23,4
Status	1	2,1	Conforto	3	6,4
Não há vendedores de porta em porta e pedintes	1	2,1	Beleza do local	2	4,3
Econômicos	Nº	%	Área verde	1	2,1
Valorização do imóvel	3	6,4	Privacidade	1	2,1
Melhor oportunidade de negócio	3	6,4	Casa cedida	1	2,1

Fonte: Trabalho de Campo, 2007

\* A base de cálculo dessa tabela é de 47 respostas

Dos entrevistados, 42,6% afirmaram morar em loteamento fechado devido à segurança oferecida por esses locais, dado que se relaciona com a indicação do fator tranquilidade (23,4% das respostas). Devemos destacar, ainda, o *status* e a ausência de vendedores de porta e pedintes, ambos com 2,1% das respostas.

Nesses motivos, revelam-se as desigualdades sociais presentes na sociedade capitalista em que vivemos, pautada cada vez mais pela individualização e pela separação entre os segmentos sociais.

Na cidade de Mariápolis, apesar de não existirem loteamentos e/ou condomínios fechados e favelas, podemos perceber, através da observação da paisagem urbana, uma diferenciação na estruturação dos segmentos sociais no espaço intraurbano da cidade. Nessa diferenciação, há a área central e pericentral da cidade e seus arrabaldes, nas quais se destacam a Vila da Miséria e a Baixa Fogosa<sup>22</sup>.

No entanto, os dados referentes à cidade de Mariápolis demonstraram que as relações interurbanas presentes nessa cidade são intensas. Dessa forma, utilizaremos essas informações no capítulo quatro, no qual trabalharemos com a hipótese de segregação socioespacial interurbana.

Assim, através da análise dos diferentes usos do solo urbano podemos perceber, nas cidades de Oswaldo Cruz e de Mariápolis, ainda que nesta com menor intensidade por não apresentar loteamentos e/ou condomínios fechados e favelas, uma nítida separação entre os diferentes segmentos sociais.

<sup>22</sup> Denominação popular.

B) Ausência e/ou presença, quantidade e/ou qualidade dos meios de consumo coletivo:

A cidade de Osvaldo Cruz, mesmo com problemas e ineficiência no atendimento, há o acesso do segmento social de menor poder aquisitivo aos equipamentos e serviços urbanos, pois tanto a Vila Esperança como a Vila Cavarú estão localizadas próximo à área central da cidade, facilitando o deslocamento até o centro e também o acesso aos meios de consumo coletivo e privado, localizados principalmente nessa área. Essa afirmação é possível, pois no que se refere ao deslocamento intraurbano, as mesmas pessoas que têm facilidade de acesso aos serviços e equipamentos urbanos localizados na área central da cidade, dizem ter dificuldade para se deslocarem, na cidade, quando necessitam percorrer distâncias maiores.

Como se observa na tabela 20, a maioria dos moradores das Vilas Esperança e Cavarú (61,5%) não conta com meios de transporte e se locomove caminhando; outros (9,6%), se não vão a pé usam a bicicleta; em terceiro lugar estão os que utilizam só a bicicleta (8,5%); e 3,2% se locomovem, exclusivamente, com condução própria.

O transporte coletivo é utilizado apenas por 2,7% dos entrevistados, e as justificativas apresentadas pela não utilização foram: “*falta de dinheiro*”, “*não passa no bairro*”, “*poucos horários*”, “*ruim*”, “*preço elevado da tarifas*” e “*não é necessário devido às curtas distâncias percorridas*”.

**Tabela 20**

**Osvaldo Cruz – Vila Esperança e Vila Cavarú**

**Meio de locomoção**

**2007**

Principais meios de locomoção utilizados pela população		
Meio locomoção	Nº	%
A pé	115	61,5
A pé/bicicleta	18	9,6
Bicicleta	16	8,5
A pé/condução própria	12	6,4
Moto táxi	11	5,9
Condução Própria	6	3,2
Transporte Coletivo	5	2,7
Bicicleta/condução própria	2	1,1
A pé/transporte coletivo	1	0,5
A pé/bicicleta/condução própria	1	0,5

Fonte: Trabalho de campo, 2007.

Diferentemente, o principal meio de locomoção de 100% dos entrevistados residentes nos loteamentos fechados é a condução própria.

Nas tabelas 21, 22, 23 e 24, demonstramos a frequência, o local e a avaliação da utilização dos meios de consumo coletivo e privado pelos moradores das Vilas Esperança e Cavarú e dos loteamentos fechados. As análises dessas tabelas somam-se aos dados apresentados nas tabelas 10 e 11.

**Tabela 21**

**Oswaldo Cruz - Vila Esperança e Vila Cavarú**

**Meios de Consumo Coletivo**

**2007**

Meios de Consumo Coletivo							
Existência na cidade		onde obtém o serviço	Frequência	%	Avaliação do serviço	Nº	%
HOSPITAL							
Sim	Não						
X		Oswaldo Cruz	178	95,2	Ótimo	1	0,5
		Marília	3	1,6	Bom	98	52,4
		Jaú	1	0,5	Regular	52	27,8
		Não utiliza	5	2,7	Ruim	12	6,4
						Péssimo	19
				Não resp.	5	2,7	
Existência nas Vilas		onde obtém o serviço	Frequência	%	Avaliação do serviço	Nº	%
POSTO DE SAÚDE							
Sim	Não						
	X	Vila Califórnia	13	6,3	Bom	100	53,5
		Central	97	47,1	Regular	54	28,9
		Nosso teto	1	0,5	Ruim	12	6,4
		Santa Helena	2	0,9	Péssimo	17	9,1
		São José	2	0,9	Não sabe	1	0,5
		Caixa d'água (ao lado V. Cavarú)	85	41,3	Sem avaliação	3	1,6
		Todos	1	0,5			
		Não utiliza	3	1,4			
		Não informou	2	0,9			
SERVIÇO MÉDICO (PARTICULAR)		onde obtém o serviço	Frequência	%	Este item não tem avaliação		
Sim	Não						
	X	Adamantina	1	0,5			
		P. Prudente	2	1,1			
		Oswaldo Cruz	5	2,7			
		Não utiliza	179	95,7			
SERVIÇO DENTÁRIO (PÚBLICO/PARTICULAR)		onde obtém o serviço	Frequência	%	Avaliação do serviço (público)	Nº	%
Sim	Não						
	X	Posto central	15	8,0	Bom	43	68,2
		Caixa d'água (ao lado vila Cavarú)	38	20,3	Regular	8	12,7
		Particular	7	3,7	Péssimo	1	1,6
		Escola	2	1,1	Não sabe	11	17,5
		Vila São José	1	0,5			
		Não utiliza	124	66,3			
CRECHE		onde obtém o serviço	Frequência	%	Avaliação do serviço	Nº	%
Sim	Não						
		Vila Cavarú	10	5,3	Bom	20	74,1

X		Centro	1	0,5	Regular	2	7,4
		Vila esperança	15	8,0	Não sabe	5	18,5
		Vila São José	1	0,5			
		Não utiliza	160	85,6			
<b>IGREJA</b>		<b>onde obtém o serviço</b>	<b>Freqüência</b>	<b>%</b>	Este item não tem avaliação		
<b>Sim</b>	<b>Não</b>	Central	85	45,4			
	X	Caixa d'água (ao lado v. Cavarú)	29	15,5			
		Vila carmona	1	0,5			
		Vários bairros	2	1,1			
		Vila S. Helena	1	0,5			
		J. das Bandeiras	1	0,5			
		Não utiliza	68	36,4			
<b>ÁREA DE LAZER</b>		<b>onde obtém o serviço</b>	<b>Freqüência</b>	<b>%</b>	<b>Avaliação do serviço</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
<b>Sim</b>	<b>Não</b>	Vila Esperança	4	2,1	Bom	6	14,6
X	X	Avenida Central (Rua)	15	8,0	Regular	2	4,9
		Outro Bairro	3	1,6	Ruim	2	4,9
		Centro (clube particular)	2	1,1	Péssimo	1	2,4
		Igreja (O. Cruz)	2	1,1	Não sabe	30	73,2
		CCI (O. Cruz)	1	0,5			
		Praça da Igreja (centro)	5	2,7			
		Parque da rodoviária	2	1,1			
		Centro (ginásio)	2	1,1			
		Outras cidades	2	1,1			
		Sítio	3	1,6			
		Não utiliza	146	78,1			
<b>ESCOLA</b>		<b>onde obtém o serviço</b>	<b>Freqüência</b>	<b>%</b>	<b>Avaliação do serviço</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
<b>Sim</b>	<b>Não</b>	Centro (M. Wirth)	18	9,6	Ótimo	5	5,7
X		Centro (D.Bosco)	17	9,1	Bom	44	50,0
		Centro (B. Costant)	5	2,7	Regular	5	5,7
		Próximo V. Cavarú (Sesi)	12	6,4	Ruim	3	3,4
		Próximo V. Cavarú (Cene)	12	6,4	Péssimo	1	1,1
		Nosso Teto	6	3,2	Não sabe	30	34,1
		Vila Califórnia	1	0,5			
		Vila S. Helena	1	0,5			
		Vila Paraíso	3	1,6			
		Vila América	1	0,5			
		J. Júlia (Apae)	3	1,6			
		P. Prudente	1	0,5			
		Centro (Amin Jundi)	1	0,5			
		Vila Ana (Osvaldo Martins)	3	1,6			
		Moacir Lang	4	2,1			
		Não utiliza	99	52,9			

Fonte: Trabalho de Campo, 2007. (a) Existe área de lazer na Vila Esperança e não existe na Vila Cavarú

Referente aos serviços da área de saúde (hospital<sup>23</sup> e posto de saúde), praticamente todos os entrevistados utilizam os serviços na cidade de Osvaldo Cruz. Embora não haja posto de saúde nas Vilas Esperança e Cavarú, o posto de saúde da *Caixa d'água* localiza-se ao lado da Vila Cavarú. Na tabela 10, observamos que uma das principais reclamações dos moradores está relacionada à má qualidade do atendimento na área de saúde, mas, contraditoriamente, a avaliação da população em relação ao serviço de saúde demonstra que mais da metade dos entrevistados considera bom o atendimento do hospital e dos postos de saúde (52,4% e 53,5%, respectivamente). Os serviços de médico particular e dentista público/particular são pouco utilizados por essa parcela da população, reflexo de suas condições financeiras.

O serviço de creche é oferecido na Vila Cavarú e na Vila Esperança, mas segundo alguns entrevistados, o número de vagas não é suficiente para suprir a demanda da Vila Esperança e é, por esse motivo, que pagam para uma pessoa cuidar das crianças. Dos que utilizam o serviço, 74,1% consideram-no bom.

Na análise da tabela 21, observamos que 63,6% dos entrevistados freqüentam igreja e 36,4%, não. No entanto, não há igrejas em nenhuma das vilas. Dos entrevistados que participam de cultos religiosos, 45,4% freqüentam igrejas na área central, e os moradores da Vila Cavarú vão a um templo localizado próximo à Vila (15,5%)<sup>24</sup>.

No que diz respeito ao lazer, um elevado percentual dos entrevistados não utiliza áreas destinadas a esse fim (78,1%), mesmo porque não há espaços de lazer para a população em geral. Na Vila Esperança há um parque infantil (construído por uma ONG), mas é pouco utilizado, pois os entrevistados afirmaram ser um lugar perigoso para as crianças. Entre os que declararam freqüentar área de lazer, destaca-se a citação à utilização da Avenida central, com 8,0% das respostas.

Referente à educação, constatamos que não existem escolas nas áreas analisadas, porém com algumas exceções, as utilizadas encontram-se nas proximidades das Vilas.

---

<sup>23</sup> Exceto as especialidades médicas mais diversificadas e especializadas que, conforme informamos, são oferecidas nas cidades de Marília e Presidente Prudente.

<sup>24</sup> Na Vila Esperança está sendo construída uma igreja católica.

**Tabela 22****Oswaldo Cruz - Vila Esperança e Vila Cavarú****Bens de consumo privado****2007**

<b>BENS DE CONSUMO PRIVADO</b>				
<b>Existência nas Vilas</b>				
<b>Comércio alimentar</b>		<b>onde obtêm o serviço</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
<b>Sim</b>	<b>Não</b>			
		Centro	110	58,8
	X	Próximo à V. Esperança	58	31,0
		Inúbia Paulista	7	3,7
		Vila S. Helena	5	2,7
		Vila Califórnia	1	0,5
		Vários	2	1,1
		Não utiliza (recebe cesta básica)	2	1,1
		Não utiliza (ganha)	2	1,1
<b>Confecções, calçados e armarinhos</b>		<b>onde obtêm o serviço</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
<b>Sim</b>	<b>Não</b>			
		Centro	179	95,7
		Vila São José	1	0,5
	X	Sacoleira	1	0,5
		Não Utiliza	6	3,2

Fonte: Trabalho de Campo, 2007.

Quanto ao comércio de alimentos e de confecções, calçados e armarinhos, 58,8% e 95,7% dos entrevistados, respectivamente, fazem suas compras nos estabelecimentos existentes na área central da cidade, porque consideram os preços mais baixos. Os moradores da Vila Esperança utilizam um supermercado próximo à vila, pela possibilidade de comprarem a prazo, no sistema de caderneta, mesmo com preços mais elevados.

Assim, observamos que os moradores das Vilas Esperança e Cavarú têm acesso aos meios de consumo coletivo e privado, porém, é preciso ressaltar que essa utilização, sem maiores dificuldades de deslocamento, torna-se possível devido à localização geográfica das áreas.

**Tabela 23****Oswaldo Cruz – Residencial Santa Mônica e Residencial Park Amarílis****Meios de Consumo Coletivo****2007**

MEIOS DE CONSUMO COLETIVO							
existência na cidade		Utiliza o serviço	Frequência	%	Avaliação do serviço	Nº	%
Sim	Não						
X		Sim	21	80,8	Ótimo	1	3,8
		Não	2	7,7	Bom	9	34,6
		Não respondeu	3	11,5	Regular	6	23,1
					Ruim	2	7,7
					Péssimo	1	3,8
					Não resp.	7	26,9
existência nos loteamentos							
POSTO DE SAÚDE		Utiliza o serviço existente na cidade	Frequência	%	Avaliação do serviço	Nº	%
Sim	Não						
	X	Sim	10	38,5	Bom	5	19,2
		Não	13	50,0	Regular	8	30,8
		Não respondeu	3	11,5	Não resp.	13	50,0
SERVIÇO MÉDICO (PARTICULAR)		Utiliza o serviço existente na cidade	Frequência	%	Este item não tem avaliação		
Sim	Não						
	X	Sim	22	84,6			
		Não	1	3,8			
		Não respondeu	3	11,5			
SERVIÇO DENTÁRIO (PÚBLICO/PARTICULAR)		Utiliza o serviço existente na cidade	Frequência	%	Este item não tem avaliação		
Sim	Não						
	X	Sim	23	88,5			
		Não	1	3,8			
		Não respondeu	2	7,7			
CRECHE		Utiliza o serviço existente na cidade	Frequência	%	Este item não tem avaliação		
Sim	Não						
	X	Sim	1	3,8			
		Não	17	65,4			
		Não respondeu	8	30,8			
IGREJA		Utiliza o serviço existente na cidade	Frequência	%	Este item não tem avaliação		
Sim	Não						
	X	Sim	7	26,9			
		Não	17	65,4			
		Não respondeu	2	7,7			
ÁREA DE LAZER		Utiliza o serviço	Frequência	%	Avaliação do serviço	Nº	%
Sim	Não						
X		Sim	18	69,2	Ótimo	2	7,7
		Não	4	15,4	Bom	12	46,1
		Não respondeu	4	15,4	Regular	5	19,2
					Não resp.	7	26,9
ESCOLA		Utiliza o serviço existente na cidade	Frequência	%	Avaliação do serviço	Nº	%
Sim	Não						
	X	Sim	11	42,3	Ótimo	3	11,5
		Não	9	34,6	Bom	5	19,2
		Não respondeu	6	23,1	Regular	4	15,4
					Não resp.	14	53,8

Fonte: Trabalho de Campo, 2007.

O serviço de saúde como hospital<sup>25</sup> é utilizado pelos moradores dos loteamentos fechados na própria cidade de Osvaldo Cruz (80,8%), e a maioria dos entrevistados faz uma boa avaliação da qualidade do serviço (34,6%); o atendimento de saúde oferecido em postos de saúde não é utilizado por 50,0% dos entrevistados e, dos 38,5% que o utilizam, 30,8% consideram o serviço regular.

No que tange a médico e dentista particulares, observa-se que a maioria dos entrevistados (84,6%) tem acesso a esse serviço, demonstrando melhores condições financeiras, ao contrário dos moradores das Vilas Esperança e Cavarú que, predominantemente, utilizam os serviços médico-hospitalares públicos.

Não há creches e igrejas nos loteamentos, mas verifica-se que uma pequena parcela dos entrevistados (3,8% e 26,9%, respectivamente) utilizam os serviços de creches ou freqüentam igrejas em outras áreas da cidade.

Nos loteamentos fechados, verifica-se a existência de áreas de lazer, freqüentadas pela maioria dos entrevistados (69,2%), e avaliadas por 46,1% deles como boas<sup>26</sup>. Em contraponto, os entrevistados das Vilas Esperança e Cavarú (78,1%) não utilizam áreas de lazer.

## Tabela 24

### Osvaldo Cruz – Residencial Santa Mônica e Residencial Park Amarílis

#### Bens de consumo privado

2007

BENS DE CONSUMO PRIVADO				
existência nos loteamentos		Utiliza o serviço existente na cidade	Frequência	%
Comércio alimentar				
Sim	Não	Sim	21	80,8
	X	Não respondeu	5	19,2
Confecções, calçados e armarinhos		Utiliza o serviço existente na cidade	Frequência	%
Sim	Não			
	X	Sim	22	84,6
		Não respondeu	4	15,8

Fonte: Trabalho de Campo, 2007.

<sup>25</sup> Exceto as especialidades médicas mais diversificadas e especializadas que, conforme já afirmamos,, são realizadas nas cidades de Marília e Presidente Prudente.

<sup>26</sup> Verificamos, em trabalho de campo no Residencial Santa Mônica, que a área de lazer do loteamento é grande e arborizada.



A tabela 24 demonstra que não existe comércio alimentar ou de confecções, calçados e armários dentro, próximo ou ao redor dos loteamentos fechados.

Apontamos que, mesmo com problemas e ineficiências, os segmentos sociais de menor poder aquisitivo têm acesso aos equipamentos e serviços urbanos, no entanto, esses problemas não deveriam existir já que esse acesso aos meios de consumo coletivo, principalmente para essa parcela da população, é fundamental para uma qualidade de vida melhor.

Mas é justamente esse segmento social que sofre com a ação do poder público em decorrência das decisões referentes à implementação e à qualidade e/ou quantidade dos serviços públicos oferecidos. Sob uma perspectiva de racionalidade, atrelada ao compromisso social, o oposto deveria ser a regra: os serviços públicos serem destinados a facilitar e melhorar a vida daqueles cujo poder aquisitivo não é suficiente para prover-lhes condições de vida urbana razoáveis. Entretanto, como afirma Castells (2000), o poder público municipal interfere, contribuindo para o estabelecimento de novas divisões no espaço e, com as políticas de implantação dos meios de consumo coletivo, cria novas disparidades no território.

Devemos frisar que o acesso aos meios de consumo coletivo e privado realiza-se de forma diferenciada dependendo do segmento social, como afirma Santos, (1978, p. 37):

A sociedade urbana é dividida entre aqueles que têm acesso às mercadorias e serviços numa base permanente e aqueles que, embora tendo as mesmas necessidades, não estão em situação de satisfazê-las, devido ao acesso esporádico ou insuficiente ao dinheiro. Isso cria diferenças quantitativas e qualitativas de consumo.

O autor indaga se não estaríamos começando a defender o “consumismo”, que é ditado pelo sistema de produção, pois definir nessa sociedade da mercadoria o que seria básico para melhorar as condições de vida das pessoas torna-se contraditório já que os meios de comunicação podem criar um perfil de demanda.

Concordamos com ele quando afirma que os meios de comunicação estão atrelados ao sistema de produção e que mais da metade das necessidades das pessoas são realmente dispensáveis. Mas deve-se fazer aqui uma ponderação porque é importante definir o que é básico, para que, em algum momento, as necessidades de alimentação, vestuário, etc não sejam vistas como mero consumismo.

Na cidade de Mariópolis, observamos que a população tem acesso aos equipamentos e serviços urbanos existentes na cidade, ainda que com um atendimento

deficiente, pois se restringem apenas às necessidades básicas dos moradores, que têm, ainda uma dificuldade de acesso ao consumo de serviços e mercadorias.

Sendo assim, essa população tem que se deslocar para outras cidades da região, principalmente a Adamantina, distante 17 km, para obter quase todos os serviços, tanto de saúde, como de educação, comércio e financeiro, pois, os serviços oferecidos na cidade não suprem as necessidades da população, que ainda se desloca para trabalhar em municípios vizinhos, devido à pequena oferta de trabalho no município. O acesso da população de Mariápolis aos meios de consumo coletivo e individual, portanto, seja do segmento social de maior ou menor poder aquisitivo, realiza-se em grande parte na escala interurbana, como observaremos com maior detalhe no capítulo quatro.

Também na infra-estrutura da cidade de Mariápolis destacam-se áreas mais bem servidas e outras com deficiência de rede de esgoto, asfalto e iluminação pública, criando e reforçando diferenciações entre os espaços.

## **Foto 2**

### **Mariápolis**

#### **Espaços diferenciados**

**2007**



Fonte: Trabalho de Campo, Roma (2007)

Até o momento apresentamos dados e discutimos indicadores que demonstram as desigualdades sociais presentes na cidade de Osvaldo Cruz e que podem revelar, a partir da dimensão objetiva, a existência do processo de segregação socioespacial. Porém, este deve ser apreendido também sob a dimensão subjetiva.

C) A subjetividade que envolve o processo:

No que se refere à dimensão subjetiva do processo de segregação socioespacial, encontramos na cidade de Osvaldo Cruz elementos destacados pela população que demonstram o modo como vêem o espaço em que vivem. Apreendemos essa questão quando, na aplicação dos questionários na Vila Esperança, seus moradores afirmavam que: *“residem em um lugar impróprio para se morar”, “em um lugar de fama ruim”, ou “lugar de gente ruim”*. Esses elementos possibilitam-nos verificar que as pessoas percebem uma diferenciação entre os espaços, a qual reafirma o processo de segregação socioespacial existente na cidade.

Contudo, a subjetividade não é somente apreendida através dos elementos destacados pelos próprios moradores dos locais, mas como as pessoas residentes em outros espaços da cidade os vêem os espaços das Vilas Esperança e Cavarú como também dos loteamentos fechados. Em entrevistas com moradores de diversas áreas da cidade de Osvaldo Cruz, constatamos um preconceito em relação à Vila Esperança (favela), fator não observado no que se refere à Vila Cavarú.

A maioria dos entrevistados declarou que *“de forma alguma moraria na Vila Esperança”*, afirmando outros que residiriam nesse espaço *“somente por extrema necessidade”*, com a justificativa que a *“favela é um local com muita violência”, “tráfico de drogas”, “prostituição” e “homicídios”*. Relataram a ocorrência *“constante de tiroteios”*, comparando *“o cotidiano da favela de Osvaldo Cruz com os morros cariocas”*. Os próprios moradores das bordas da favela tentam mostrar com clareza a diferença entre eles e os que moram no interior do bairro.

No que diz respeito aos loteamentos fechados, as pessoas declararam que *“gostariam de morar nesses espaços”*, pois são *“locais bonitos” e “seguros”*. Mas algumas têm consciência que a constituição de loteamentos fechados é uma forma de diferenciação da sociedade, e outras não morariam neles pela *“falta de privacidade”* nesses espaços, ou devido a *“o controle da guarita e a presença de muros”*.

Os loteamentos fechados evidenciam a desigualdade social, constituindo o processo de auto-segregação. Para a Vila Cavarú, temos a estruturação do processo de diferenciação socioespacial, pois mesmo apresentando indicadores que demonstram deficiência nas condições de vida da população, devemos destacar que, devido à proximidade da vila com a área central da cidade, onde se localizam os principais serviços e equipamentos urbanos, o

acesso pelos moradores aos meios de consumo coletivo e privado é realizado com facilidade.

No tocante à Vila Esperança (favela) poderíamos concluir que ali se verifica o mesmo processo observado na Vila Cavarú, ou seja, uma diferenciação socioespacial. No entanto, a dimensão subjetiva que envolve a segregação é muito presente nesse espaço, permitindo-nos inferir a estruturação do processo de segregação socioespacial.

Diante dos indicadores presentes nos mapas, dos dados coletados em campo e nas entrevistas realizadas com pessoas residentes fora das áreas utilizadas para análise, podemos dizer que a desigualdade social presente na cidade de Osvaldo Cruz é marcante.

Na favela, encontramos ruas sinuosas e estreitas, casas pequenas, com pouca ventilação e iluminação, barracos, becos, enchentes, falta de limpeza, drogas, violência, muros “invisíveis” para o diferente. Na perspectiva humana, nos deparamos com mães deprimidas pela vida dos filhos, ou à espera de seus maridos presos, pessoas que não podem arcar com as despesas para uma melhoria das condições de vida, jovens sem perspectiva de futuro, medo; mas vimos também agentes comunitários de saúde, policiais, mascates, crianças brincando nas ruas, pessoas sentadas nas calçadas, gente feliz, amizade e companheirismo.

Nos condomínios encontramos casas grandes, bonitas e arejadas, ruas largas, arborização, carros, área de lazer, status, guaritas controladas, tranquilidade, sensação de segurança, medo da violência, pessoas felizes e muros “visíveis” para o diferente.

Percebemos que, entre os entrevistados dos dois espaços diferentes, poucos conheciam a realidade uns dos outros, devendo-se a estigmatização da favela e a exaltação dos loteamentos fechados, em grande parte, ao que ouvem falar ou pensam lá existir.

Para Sabatine, Cáceres e Cerda (2004, p. 64) a estigmatização é uma das dimensões centrais da segregação:

A estigmatização dos bairros e áreas onde se concentram os grupos pobres ou discriminados é, sem dúvida, uma dimensão central da “nova pobreza” que está crescendo em praticamente todas as cidades na era da globalização das economias.

Assim, citando Bezerra da Silva:

(...)  
Favela, sei que você não é tão diferente assim  
não é esse lugar de gente tão ruim  
nunca foi ameaça pra sociedade cruel  
um dia você vai mudar  
e em resposta dará sua volta por cima  
e esse sistema terá que prestar contas a nossas colinas

um dia você vai mudar  
e em resposta dará sua volta por cima  
e o sistema corrupto terá que prestar contas a nossas colinas

Para Whitacker (2006, p. 136), o desconhecimento do coletivo, ou seja, da cidade como um todo naturaliza processos segregativos, pois:

O desconhecimento do coletivo para grandes parcelas da população torna “naturais” as diferenças sociais e com isso, a segregação também é assim vista. A ótica para o diferente é a do estranhamento, pois a consciência de que a diferença existe só se dá se for possível a comparação e o contato.

O desconhecimento da realidade impede a comparação entre a favela e os loteamentos fechados e, dessa forma, os processos de segregação socioespaciais são escamoteados na cidade de Osvaldo Cruz.

Por fim, citando Bezerra da Silva, novamente, expressamos a desigualdade social presente na sociedade capitalista.

Por trás do muro da verdade  
tem uma realidade que o mundo não quer ver  
Eu digo que,  
tem gente chorando e sofrendo da vida se mal dizendo com vontade de morrer  
Vítimas da diversidade que a elite tão selvagem vê e finge que vê.  
Somos fruto de um regime que soma sem dividir  
e também não dão bolas aos problemas que existem por aí  
a expansão da miséria cresce a cada segundo  
obrigando gente séria a viver no sub-mundo  
e depois ela quer cobrar  
o que não tem razão de ser  
se o sistema não dá chance para o pobre sobreviver.

Na cidade de Mariápolis, a dimensão subjetiva é apreendida, quando relacionamos a área central da cidade com a *Baixa Fogosa* e a *Vila da Miséria*. Percebemos o preconceito, em relação a esses espaços, que carregam a fama de “*lugar de mulher de vida fácil*”, local “*de moradia de pobres e de baianos*”, conforme a própria denominação dos bairros nos indica.

Analisando a separação entre os ricos e os pobres, que se materializa nas cidades através da constituição de loteamentos e condomínios fechados e de favelas, revelando a segmentação social; observando a presença e/ou ausência, quantidade e/ou qualidade dos meios de consumo coletivo, que são implantados ou não, beneficiando ou prejudicando as condições de vida das pessoas; e, ainda, apreendendo a dimensão subjetiva que se revela

como as pessoas vêem seus espaços de vida, podemos dizer que o processo de segregação socioespacial se materializa nas pequenas cidades, como observamos na cidade de Osvaldo Cruz.

Mas esses elementos também nos fazem perceber ou concluir que não podemos nos referir somente à segregação socioespacial, pois, em alguns espaços, o que se observa é uma diferenciação socioespacial, conforme detectado em Osvaldo Cruz e Mariápolis.

E é nesse sentido que se constatam, no processo, elementos semelhantes tanto nas pequenas cidades, como nas médias ou grandes metrópoles.

### **3.2. As diferenças**

Da mesma forma que o processo de segregação socioespacial apresenta semelhanças entre as diferentes realidades, observam-se nele também diferenças, no que se refere às pequenas cidades, quando comparadas com as médias e grandes.

#### **A) As relações entre os agentes sociais:**

Essa é uma das principais diferenças que devem ser discutidas. As ações dos agentes sociais nas cidades pequenas são marcadas por características reconhecidas como interioranas, típicas de um modo de vida de uma cidade pequena entre as quais podemos citar, por exemplo, as relações por proximidade, como as de compadrio, favorecimento e vizinhança.

Sabemos, também, que nas grandes e médias cidades, esses fatores estão presentes, mas, nas pequenas, isso pode ser vivido e percebido com mais força e visibilidade. Segundo MARICATO (1996, p. 14).

A formação calcada no favor constitui a negação da universalidade dos direitos (embora previsto na ordem legal) ou a negação da cidadania e da dignidade. Ela está na essência da confusão entre a coisa pública e os negócios privados, na confusão entre governo e Estado (pelas camadas pobres) submetido a relações pessoais.

No momento em que as pessoas passam a viver de favor, perdem seu direito à cidadania que seria condição, como diz Maricato, para reforçar a dignidade. Esse direito garante-lhes, segundo COSTA (2001), o conjunto de sistemas sociais básicos – o social, o econômico, o institucional, o territorial e o das referências simbólicas. Esses “favores” fortalecem cada vez mais a figura do “padrinho” que protege e ajuda seus protegidos.

Davids (1968) ressalta que ao procurar o coronel do café, encontrou o coronel urbano. O coronel da cidade identificava-se com o coronel do café, pois ambos utilizavam as mesmas formas de controle para manter a dominação e o *status quo*, ou seja, mantendo

uma relação de compadrio e amizade, o coronel da cidade é aquele que dá o emprego, entre outras coisas. A autora inseriu, em seu texto, uma poesia popular que caracteriza muito bem a análise que faz.

"A gente ganha sapato,  
Ganha roupa de algodão  
Come frango, como pato,  
Quando é dia de eleição.  
Pra vancê se visitado  
Nus dia de eleição,  
É preciso sê alistado.  
Se aliste, primo Bastião."  
(Davids, 1968, p.27)

Davids realizou suas análises em 1968, mas ainda é possível encontrar os coronéis da cidade nos dias de hoje, transformados, por exemplo, em prefeitos que utilizam as benfeitorias públicas e as relações de amizade e de compadrio para manter cativo seu eleitorado.

Esse tipo de atuação política, como já apontamos, não é uma exclusividade do poder público de cidades pequenas, podendo ser observada em quase todas as cidades, mas é nelas que se nota a intensidade desses fatos, devido a serem as relações pessoais mais próximas.

Essas relações entre os diferentes agentes sociais podem ser observadas quando os entrevistados apontam que alguns dos problemas encontrados na cidade de Mariápolis são: a *"parcialidade em concursos públicos"*; *"a política do favorecimento para os que apóiam o prefeito"*; *"uma das vantagens de se morar na cidade é a presença de ambulância"*; *"ser sobrinho do prefeito"*, falas que demonstram como a política do favorecimento faz parte do espaço vivido dessas pessoas.

Em Mariápolis, definida, por nós, como cidade local, a partir da conceituação de Santos (1978, 1982 e 2004), os entrevistados, em todos os assuntos, referem-se às práticas políticas, não sob um ponto de vista politizado, mas no sentido de dependência delas para sobreviver. Essa característica também foi percebida em Osvaldo Cruz, mas de forma mais indireta que na cidade de Mariápolis, o que demonstra como as relações entre os agentes sociais modificam-se dependendo do contexto e da escala a que estamos nos referindo. Assim, quanto menor o contingente populacional de uma cidade, maior a visibilidade e a ocorrência dos processos de apadrinhamento e favorecimento por parte dos agentes sociais.

Essa diferença entre os agentes sociais, cujas práticas são fortemente calcadas no favorecimento e no compadrio, fazendo com que as políticas públicas se voltem para

favorecer os parceiros dos detentores de cargos públicos, acaba gerando disparidades nos espaços das cidades, seja através da implantação de loteamentos, seja pela ausência e/ou presença, quantidade e/ou qualidade dos meios de consumo coletivo. São essas práticas que estruturam o espaço urbano, através da separação e diferenciação entre os segmentos sociais reforçando o processo de segregação socioespacial.

Na realidade das cidades pequenas, além da forte relação entre os agentes sociais, há um fator crucial para pensarmos o processo de segregação socioespacial, do qual trataremos a seguir.

#### B) Visibilidade dos processos sociais:

Essa visibilidade tem sua base na proximidade espacial e faz com que as desigualdades socioespaciais se intensifiquem. Nesse sentido, as ações dos agentes produtores do espaço, nessas cidades, além de venderem a mercadoria segurança, também vendem a diferenciação social em um nível de apreensão que não subentende somente as partes e sim o todo.

Este ponto se reveste de extrema relevância, devido ao grau de proximidade, de visibilidade e de conhecimento mútuo que há em cidades do porte de Osvaldo Cruz e Mariápolis. Por exemplo, morar em um condomínio ou loteamento fechado, em cidades como São Paulo ou Presidente Prudente, permite que as pessoas tenham um sentimento de superioridade ou de distinção social, mas apenas uma parcela da sociedade irá visualizar essa distinção, em função do contingente populacional que essas cidades possuem.

No entanto, em cidades como Osvaldo Cruz e Mariápolis, esse sentimento de superioridade ou distinção social estende-se praticamente por toda a cidade, pois o grau de proximidade e conhecimento entre as pessoas é maior que em outras realidades urbanas. Esse fator fortalece cada vez mais as contradições entre os pares dialéticos: a cidade (o todo) e os bairros estudados (a parte), bem como entre o centro e periferia, intensificando o processo de segregação socioespacial.

Portanto, essa diferença está no fato de que, nas cidades pequenas, há maior visibilidade dos processos, devido à proximidade entre os que ocupam diferentes parcelas do espaço. Assim, na vida cotidiana das pessoas, as desigualdades sociais são mais expressas na paisagem, diferenciando socioespacialmente grupos sociais. A proximidade entre os espaços e entre as pessoas possibilita que a dimensão subjetiva da segregação socioespacial seja apreendida facilmente, porque praticamente todos se conhecem e todos conhecem os diferentes espaços da cidade.

#### C) As relações entre o rural/agrícola/urbano:

Trata-se de outra diferença a ser destacada, porque essas relações são vividas de forma intensa, principalmente nas cidades locais. Nelas, só é possível compreender as dinâmicas socioespaciais intra-urbanas analisando as suas inter-relações com o modo de



vida e os valores rurais e/ou com as formas de produção agrícola, com as quais se articulam ou às quais se vinculam, por delas dependerem. Para Endlich (2006, p.13), esse debate é extremamente importante para a análise das pequenas cidades:

O debate sobre rural e urbano é relevante para quem estuda as pequenas cidades, pois os limites estabelecidos entre essas duas dimensões são procurados exatamente nessas localidades.

Na dialética existente entre o rural e urbano, não podemos falar das cidades, mesmo aquelas que apresentam índice populacional elevado, considerando essas duas dimensões separadamente, pois, nas pequenas cidades, essa inter-relação é visível e intensa. Quando analisamos as ocupações exercidas pelos entrevistados e pelos chefes de família, temos um indicador dessa inter-relação. Tanto em Mariápolis como em Osvaldo Cruz, percebemos o elevado percentual de atividades rurais e/ou agrícolas, ainda que com diferenças entre as duas cidades estudadas. Enquanto em Mariápolis, 32,9% dos trabalhadores desempenham atividades rurais e/ou agrícolas, Osvaldo Cruz apresenta um percentual de 17,1%, demonstrando, portanto, que a vida econômica da primeira está muito mais ligada ao campo, do que a da segunda. Retomando a citação de Santos (1993, p. 33), *“A população agrícola torna-se maior que a rural exatamente porque uma parte da população agrícola formada por trabalhadores do campo estacionais (os bóias-frias) (J. Graziano da Silva, 1989) é urbana pela sua residência. Um complicador a mais para nossos velhos esquemas cidade-campo.”*

Na cidade de Osvaldo Cruz, as relações estão voltadas para o mundo do agrícola e não da vida típica do rural. Já em Mariápolis, há uma intensa relação com o agrícola, mas ainda encontramos uma grande aproximação com o modo de vida rural.

Notamos, no entanto, que essa relação cada vez mais crescente com o agrícola se explica pela presença maciça de usinas de álcool e açúcar na região, que absorvem grande parte da mão de obra das periferias urbanas. Segundo Corrêa (1999), as pequenas cidades estão cada vez mais destinadas a serem reservatórios de mão-de-obra do agronegócio da cana-de-açúcar e, por esse motivo, percebe-se a intensa presença das profissões voltadas para o agrícola em nossa área de estudo.

Na observação da paisagem urbana da cidade de Mariápolis, o dia-a-dia das pessoas revela uma vida cotidiana voltada mais para o campo, para o agrícola, do que outras realidades urbanas como a de Osvaldo Cruz.

Segundo Queiroz (1975), o urbano e o rural se entrelaçam e a relação entre eles se modifica, no decorrer dos tempos, dependendo dos contextos históricos em que estão inseridos. A autora analisa a relação rural/urbano a partir de diferentes processos

dialéticos<sup>27</sup>. Em nossa pesquisa, os processos dialéticos que mais se evidenciaram foram os da dialética da *“imanência recíproca”*, bem como a dialética das *“complementaridades”*.

Queiroz (1975, p. 280 – 281) define assim a dialética da imanência recíproca:

Nota-se que imanência recíproca ou implicação mútua. Significa que os termos, heterogêneos à primeira vista, se contêm reciprocamente, se recobrem parcialmente um ou outro: quando se aprofunda ainda mais a análise, verifica-se porém que não perdem sua identidade específica. A cidade não se confunde com o campo (...) O comportamento do indivíduo varia conforme esteja no campo ou na cidade, mas sempre ele pertence a duas realidades.

Para a autora, a dialética da complementaridade aplica-se quando os elementos analisados, no caso rural/urbano, afirmam-se *“em função um do outro, não podendo ser compreendido isoladamente, nem ser também reduzido ao outro, e um concorrendo ativamente para a vigência do outro”* (QUEIROZ, 1975, p. 281).

Na realidade que estamos estudando, nossa hipótese é que para Osvaldo Cruz temos uma dialética das complementaridades, pois as relações entre rural/agrícola/urbano se complementam de forma que o urbano supre as necessidades do rural/agrícola e o rural/agrícola também tem sua contrapartida no urbano.

Para a cidade de Mariópolis, temos a dialética da complementaridade e da imanência recíproca.

Em ambas as realidades há uma dialética da complementaridade, pois nas relações entre rural/agrícola/urbano observa-se a presença da divisão social e territorial do trabalho. *“Não há diferenciação social sem divisão social e territorial do trabalho e a divisão territorial do trabalho mais elementar é a que se estabelece entre a cidade e o campo. Na divisão do trabalho há divisão, separação, mas há também complementaridade.”* (SPOSITO, 2006)

---

<sup>27</sup> Gurvitch definiu para a área das Ciências Sociais cinco tipos de dialéticas: “1) Complementaridade dialética: sob a primeira aparência de uma exclusão recíproca de termos ou de elementos contrários, quando abordados em profundidade afirmam-se uns em função dos outros; não podendo na verdade nem ser isolados uns dos outros, mas compõem, em conjunto, uma totalidade real; 2) Implicação ou imanência dialética mútua: elementos ou termos à primeira vista heterogêneos seguem, no entanto, a mesma direção, se contêm reciprocamente, se interpenetram, são parcialmente imanentes uns aos outros, sem perder sua identidade específica; 3) Ambigüidade dialética: cada elemento ou termo não tem apenas um sentido, mas vários sentidos diversos que ou vão em direção diferente, ou podem convergir, conforme os momentos; 4) Polarização dialética ou dialética dos contrários: os termos e elementos se apresentam contrários ou antinômicos, pressupondo aspectos irreduzíveis uns aos outros, que num momento dado são dominantes sobre outros aspectos; 5) Reciprocidade de perspectivas: os elementos ou termos têm uma imanência recíproca tão intensa, que os conduz a um paralelismo ou a uma simetria mais ou menos rigorosa em suas manifestações; é esta, segundo Gurvitch, a forma mais “traíçoeira” da dialética, pois muitas vezes, sob a aparência de uma reciprocidade de perspectivas (simetria), o que existe num “patamar” mais profundo é, ao contrário, a ruptura de todo paralelismo e a afirmação de uma polarização fundamental.” (QUEIROZ, 1975)

No que concerne à dialética da complementaridade, observa-se que o rural/agrícola complementa o urbano, pela incipiência das funções econômicas urbanas. Assim, as funções econômicas rurais/agrícolas do município de Mariápolis são mais relevantes na geração de renda da população e para o desenvolvimento da própria cidade do que as poucas ou efêmeras funções urbanas que esta desempenha. A complementaridade, também se desenvolve por meio da existência de trabalhadores temporários ou bóias-frias que vivem na cidade e desempenham papéis no espaço rural, sendo, portanto parte do agrícola, ou seja, desenvolvem hábitos e signos do urbano, mas adquirem seu sustento e experiência profissional no mundo rural e nas atividades agrícolas. Quanto à imanência recíproca, a relação entre campo e cidade liga-se à vida dos habitantes e seus ritmos, “*pois produtores e mão-de-obra agrária tendem aqui a viver nas cidades*” (QUEIROZ 1975). Ou seja, a percepção do espaço urbano por uma parcela da população da cidade de Mariápolis se confunde com o espaço da produção do campo, materializada pelos habitantes da cidade através dos quintais<sup>28</sup>.

Nesse sentido, frisamos que:

quando aparece uma sociedade global a distribuição campo-cidade, dá-se entre esses dois termos uma relação de dominação-subordinação que os coloca em posições recíprocas diferentes, conforme a produção de riquezas esteja centrada pelo campo ou pela cidade. E esta relação não pode ser esquecida, qualquer que seja a pesquisa efetuada, parta ela da perspectiva do meio rural, ou adote ela o ponto de vista do meio urbano. (QUEIROZ, 1975 p. 268)

No município de Mariápolis, a função econômica do rural/agrícola sobrepõe-se às funções econômicas urbanas, porque o município está voltado para a produção do campo, tanto pela agricultura familiar, quanto pelo agronegócio, principalmente da cana-de-açúcar e o papel da cidade é controlar e distribuir serviços e equipamentos, ainda que de forma incipiente<sup>29</sup>. Em Osvaldo Cruz, verifica-se um destaque do urbano sobre o rural, devido à maior parte da produção estar voltada para o terciário<sup>30</sup>, ainda que se observe mais complementaridade entre ambos do que a subordinação /dominação de um sobre o outro.

---

<sup>28</sup> A idéia dos quintais justifica-se pela utilização desses espaços como locais de criação de animais e de plantações, reproduzindo os hábitos rurais.

<sup>29</sup> Perfil municipal de Mariápolis (SEADE, 2004) – Percentual da agropecuária (44,80%); percentual da indústria (5,64%); percentual dos serviços (49,57%). Apesar do percentual de serviços ser mais elevado do que o percentual agropecuário, a função econômica do rural/agrícola se sobressai devido à geração de emprego e renda ser oriunda dessa atividade, sendo porém realizada em municípios do entorno, sedes de destilarias de álcool e açúcar.

<sup>30</sup> Perfil municipal de Osvaldo Cruz (SEADE, 2004) – Percentual da agropecuária (14,91%); Percentual da indústria (38,28%); Percentual dos serviços (46,81%).

É nesse contexto que das relações entre o rural/agrícola e urbano em pequenos municípios decorrem diferenças no processo de diferenciação socioespacial na estruturação do espaço urbano, gerando, em alguns casos, o processo de segregação socioespacial.

A diferença nas relações entre o rural/agrícola e o urbano constitui a base dos assentamentos urbanos, uma vez que considerável parcela dos trabalhadores ligados ao agrícola residem nas áreas da cidade dotadas da pior infra-estrutura urbana e apresentam os menores níveis de escolaridade, consolidando áreas de “*pobreza urbana*”. É nesse sentido que diferenciamos a realidade das pequenas cidades, pois é nelas que a relação entre os elementos constitutivos da tríade rural/agrícola/urbano apresenta-se de forma intensa.

D) Analisar as relações interurbanas: que são realizadas entre cidades pequenas e outras cidades de portes diferenciados

Este é outro ponto a ser tratado em relação às peculiaridades do processo de segregação socioespacial em cidades pequenas, o que será detalhado na hipótese da existência do processo de segregação socioespacial, na escala interurbana, o que defenderemos no capítulo quatro desta dissertação.

Com a análise das diferenças até aqui tratadas, percebemos que as realidades das pequenas cidades são múltiplas e heterogêneas e que cada espaço apresenta suas próprias identidades e contradições que as individualizam, assim como as impressões digitais fazem de cada pessoa única e inconfundível. Ao observar rapidamente uma digital, ou uma realidade urbana, podemos confundi-las e estabelecer comparações precipitadas, mas ao nos aprofundarmos nas diferenças existentes, conseguimos perceber suas próprias características.

Em seus espaços, essas pequenas cidades contemplam particularidades que lhe são peculiares, reforçando a análise de que os processos e dinâmicas que nelas ocorrem são frutos de suas próprias contradições e características, e não da homogeneização dos processos de formação socioespacial oriundos das dinâmicas de metropolização dos espaços, ainda que sejam por elas influenciados.

#### 4. SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL INTERURBANA: UMA HIPÓTESE?

*A complexidade nos aparece, à primeira vista e de modo efetivo, como irracionalidade, incerteza, confusão, desordem.*

*Edgar Morin*

O conceito de segregação socioespacial é utilizado para explicar processos decorrentes da urbanização, referentes à separação entre diferentes segmentos sociais nas cidades. A aplicação desse conceito sempre deu-se para explicar processos na escala intra-urbana.

Desde as análises realizadas pela Escola de Chicago, entre as décadas de 1930/1940, aos estudos marxistas a partir das décadas de 1960/1970, o tema “segregação urbana” era pensado para o espaço intraurbano das cidades, notando-se aplicações diferenciadas do conceito pelas diferentes correntes de pensamento.

Segundo Vieira (2005, p. 8-9), resumidamente, a diferença entre essas duas correntes de pensamento é a seguinte:

A Escola de Chicago, ou melhor, alguns dentre seus vários pensadores, em estudos urbanos, entendiam que a segregação urbana era uma característica comum das cidades capitalistas, ou seja, o que lhes interessava era constatar, a partir da simples observação da paisagem da cidade, se realmente a segregação urbana se confirmava, a partir da localização dos diferentes grupos/indivíduos ou classes de renda em lugares distintos e separados apontando e destacando, dessa forma, a segregação como um processo espontâneo, decorrente das preferências individuais de cada um.

(...) ao contrário dos pensadores da Escola de Chicago, para os quais a segregação socioespacial era um fator natural da urbanização, os autores marxistas “promovem uma espécie de ‘desnaturalização’ da análise da produção do espaço urbano” (SOUZA, 2002, P.25-26), utilizando a segregação não como uma mera constatação da localização das diferentes classes sociais no espaço urbano, pelas suas afinidades e gostos individuais, mas sim, compreendendo que a segregação socioespacial é resultado das contradições das relações sociais, das lutas de classes no sistema capitalista, refletidas e expressadas na organização e estruturação do espaço urbano.

Nosso objetivo não é analisar as correntes do pensamento urbano existentes, mas uma breve diferenciação entre ambas é necessária para percebermos que, mesmo com apreensões diferentes, desde a primeira metade do século XX, o conceito de segregação socioespacial foi adotado para entender a estruturação do espaço intraurbano das cidades.

Nossa compreensão da segregação socioespacial apóia-se na corrente de análise dos pensadores marxistas, que o apreendem como resultado das contradições inerentes às relações sociais, expressas e apoiadas no processo de urbanização.

Se a segregação socioespacial, fruto das contradições sociais, é estruturada a partir do processo da urbanização, por que, então, restringir sua análise ao espaço intraurbano, sendo que a urbanização transcende os limites da cidade?

A partir dos fatos que, devido a funções urbanas deficientes, a população de uma localidade precisa se deslocar para outros lugares para ter supridas suas necessidades básicas e que essa população não se sente inserida em uma realidade urbana, não estaríamos frente a um processo de segregação socioespacial interurbana? Ou seja, uma “cidade” toda não poderia estar segregada socioespacialmente?

Indicadores que nos levam a formular essas questões foram elencados a partir da análise da “cidade” de Mariápolis, na qual nos apoiaremos para defender a hipótese levantada nesse trabalho.

No entanto, para aprofundar esses apontamentos, é necessário compreender as relações que ocorrem na escala das redes urbanas.

Lojkine (1981, p. 149-150) apresenta-nos a seguinte hipótese:

A “armação urbana”, no estágio monopolista, aparece então antes de tudo através de sua rede de cidades médias, de metrópoles provinciais, nacionais e internacionais, como uma distribuição social e espacial das diferentes condições gerais da produção, em função do tipo de atividade que dela faz um uso privilegiado: zonas industriais – portuárias para a indústria pesada (siderurgia, petroquímica); universidades, centros de pesquisa, centros de atividade intelectual e de formação de dirigentes, centros de gestão, de informática, etc., nas metrópoles mundiais, para as atividades de direção geral; extensões regionais das universidades, dos centros de pesquisa, de gestão e de informática nas metrópoles provinciais ou nas cidades novas, para as atividades de direção, de exploração, etc.

Mas, bem mais do que descrever rigorosamente a correlação entre formas de urbanização e formas da divisão social do trabalho, essa problemática permite, a nosso ver, *substituir uma sociologia da estratificação social, por uma sociologia da segregação social*. Enquanto toda sociologia urbana que reduz seu campo à reprodução da força de trabalho só pode revelar os conflitos sociais sob a forma de oposição entre “estratos” de consumidores, podemos, ao contrário, formular a hipótese de uma segregação espacial e social fundamental entre o espaço urbano “central” monopolizado pelas atividades de direção dos grandes grupos capitalistas e do Estado e as zonas periféricas onde estão disseminadas as atividades de execução assim como os meios de reprodução empobrecidos, mutilados, da força de trabalho. (grifo nosso)

Na hipótese levantada nesta dissertação, contemplamos os apontamentos de Lojkin (1981), ao indagar a existência do processo de segregação espacial e social entre áreas centrais, destinadas às atividades de direção, e zonas periféricas, voltadas para a execução e a reprodução da força de trabalho, como também ao investigar as relações entre o espaço intraurbano e interurbano, ou seja, os deslocamentos realizados pela população para ter acesso aos meios de consumo coletivo e privado, reforçando o grau de dependência interurbana.

Nesse sentido Endlich (2006, p. 288) afirma que:

Sobre a convergência entre o municipalismo e as pequenas cidades, é conveniente lembrar que não é possível estudar as pequenas cidades de maneira isolada do seu entorno territorial, fundamental para explicar as dinâmicas nelas existentes. Enquanto cidades maiores são estudadas com recorte intraurbano, as cidades menores devem ser compreendidas na sua relação com o entorno e de acordo com a sua inserção na rede urbana.

#### **4.1. Rede urbana**

Em inúmeros trabalhos, verificamos que os estudos das redes urbanas tiveram início com a teoria dos lugares centrais, formulada pelo alemão Walter Christaller, em 1933. Santos (1981 e 1996) e Corrêa (2001), entre outros autores, aprofundam-se na explicação e análise dessa teoria para a realidade dos países subdesenvolvidos.

Corrêa (2001) desenvolve a idéia apresentando três modos organizacionais: - rede dendrítica de localidades centrais, mercados periódicos e redes em dois circuitos, este último apoiado na teoria dos dois circuitos da economia, elaborada por Milton Santos. Afirma que os três modos organizacionais não são excludentes, podendo coexistir e, também, ser pensados separadamente, dependendo da realidade em questão. Nesse sentido, entendemos que o modo organizacional que mais se adéqua ao nosso objetivo é a teoria dos dois circuitos da economia.

A teoria dos lugares centrais pressupõe uma hierarquia entre os diferentes níveis de cidades. Segundo Geiger (1963), a hierarquia entre as cidades pode ser apreendida segundo a seguinte estrutura: “*metrópole; metrópole regional; capitais regionais; centros regionais de primeira categoria; centros regionais de segunda categoria; centros de terceira categoria; centros locais e elementares*”. Como observamos no Capítulo 1, para Rochefort (1961), essa hierarquia apresenta-se da seguinte forma: “*Capitale du reseau; Grand port de la capitale; Grand centre regional de 1<sup>er</sup> ordre; Centre regional de 1<sup>er</sup> ordre; Grand centre*

*regional de 2<sup>ème</sup> ordre; Centre regional de 2<sup>ème</sup> ordre; Centre regional de 3<sup>ème</sup> ordre; Centre local de 1<sup>er</sup> ordre et Centre local de 2<sup>ème</sup> ordre”.*

Assim, recapitulando as discussões realizadas no início deste trabalho, temos uma hierarquia que parte da cidade local até a metrópole nacional.

Tanto os estudos voltados para as questões da marginalidade, da favelização, da moradia, da constituição dos condomínios e/ou loteamentos fechados, ou seja, os processos urbanos em geral, como também aqueles referentes às redes urbanas têm como principal foco de análise os papéis das metrópoles, com uma ampliação do interesse pelas cidades médias mais recentemente.

Porém, segundo Bernardelli (2004, p. 36), é necessário atentar que:

(...) as pequenas cidades também são produtoras e condição da Divisão Territorial do Trabalho, estando seu movimento, muitas vezes, verificado em um tempo mais lento, articulado à dinâmica global de rede.

Portanto, não podemos pensar a questão de forma fragmentada (...) a rede urbana apresenta uma totalidade, apesar do papel de destaque das metrópoles, elas não são dotadas de autonomia em relação às demais cidades, ao contrário, sua existência e expressão só são possíveis em razão da existência de uma complexa Divisão Territorial do Trabalho.

A divisão territorial do trabalho se consolida pela existência das metrópoles, mas também de cidades médias e pequenas, pois estas cidades complementam e fazem parte do processo que a estrutura, mesmo que sejam apenas reservatório de mão-de-obra rural, como afirma Corrêa (1999). O ciclo entre produção e circulação pressupõe a existência de metrópoles e de cidades locais, ambas interagindo na estruturação das redes urbanas.

Santos (2004) aponta que *“o trabalho é o fator essencial no circuito inferior, quando no circuito superior é o capital”*. O capital depende do trabalho e o trabalho do capital, como na estruturação das redes, em que diferentes cidades passam a se complementar.

Sob o capitalismo, no período atual, a divisão territorial do trabalho necessita da existência de diferentes núcleos, inseridos em diferentes escalas da economia e com diversas funções. Do mesmo modo, há na *“dinâmica da globalização a refuncionalização das pequenas cidades”* (CORRÊA, 1999), mantendo e redefinindo a divisão territorial do trabalho.

A refuncionalização das pequenas cidades, segundo o autor estabelece-se a partir de duas possibilidades: a primeira refere-se à perda relativa ou absoluta de centralidade e a segunda, à ampliação da centralidade através da especialização produtiva.

A primeira possibilidade, segundo Corrêa (1999), decorre de alterações na circulação geral e no processo produtivo da hinterlândia da pequena cidade, pois a introdução e



difusão do automóvel redefiniram funcionalmente os pequenos centros urbanos, não os eliminando, mas corroborando para a perda relativa ou absoluta da centralidade em detrimento de centros maiores.

As alterações no processo produtivo no campo circunvizinho, que alteram a estrutura agrária, provocando a diminuição das densidades demográficas e da demanda de bens e serviços para a população, atuaram no sentido de reduzir as funções centrais, as atividades de beneficiamento de produtos rurais e o comércio atacadista de distribuição de inúmeros pequenos centros que perderam seus mercados. Em outras palavras, verificou-se uma ampliação do alcance espacial mínimo, em muitos casos atingindo a área de influência de outro centro próximo e com maiores possibilidades de sofrer um impacto negativo menor por parte das transformações no campo. A ampliação da acessibilidade corrobora para a perda da centralidade. (Corrêa, 1999, p. 48-49)

Para Corrêa (1999, p. 50), a segunda possibilidade diz respeito à:

Transformação do pequeno núcleo a partir de novas atividades, induzidas de fora ou criadas internamente, que conferem uma especialização produtiva ao núcleo preexistente, inserindo-o diferentemente na rede urbana, introduzindo nela uma mais complexa divisão territorial do trabalho. As especializações produtivas, por outro lado, conferem aos núcleos urbanos uma singularidade funcional, entendida como características que são simultaneamente de diferenciação no âmbito da economia global e de integração a esta mesma economia. A centralidade, ao que tudo indica, pode ser ampliada.

Ainda, nesse mesmo sentido, Endlich (2006, p. 167) afirma que:

As implicações trazidas pelo automóvel não atingem exclusivamente áreas metropolitanas, mas toda a rede urbana e as pequenas cidades nela situadas de diversas maneiras. A acessibilidade é contada menos pela distância em quilômetros e mais pela distância horária, ou seja, o tempo necessário com os meios de circulação disponíveis para ter acesso a tais localidades.

Portanto, um dos efeitos do uso do automóvel foi a perda relativa, da centralidade das pequenas cidades, pois facilitou o acesso ao comércio nas cidades maiores, dotadas das grandes superfícies dos super e hipermercados, nem sempre presentes em localidades menores.

Entre as duas realidades estudadas neste trabalho, a que mais ilustra essas dinâmicas é a da cidade de Mariópolis que, em função do transporte, tem sua centralidade reduzida, devido à facilidade de deslocamento de seus moradores para centros urbanos

maiores como: Adamantina, Presidente Prudente, Marília, São Paulo, etc. E, ao mesmo tempo, torna-se mais acessível, nesse caso não aos grandes capitais ou para o desenvolvimento do comércio e serviços, mas para a migração de trabalhadores agrícolas provenientes, em sua grande maioria, do nordeste do país.

Esse processo é gerado pelas alterações agrícolas que ocorrem na região a partir da intensificação do agronegócio da cana-de-açúcar, possibilitando a ampliação espacial da polarização de Mariápolis, representando, assim, o aumento da área de abrangência de pequenas localidades, conforme apontou Corrêa (1999).

No entanto, o aumento da acessibilidade ao município não significa a ampliação do acesso aos equipamentos e serviços urbanos. Pelo contrário, isso faz com que a população do município passe a depender, em todos os sentidos, de localidades com maior diversidade de funções urbanas, uma vez que o aumento das migrações pendulares (trabalhadores temporários) não é acompanhado da ampliação e melhoria de infra-estruturas, equipamentos e serviços.

A ampliação das migrações pendulares para o município de Mariápolis, em decorrência da necessidade de mão-de-obra para a lavoura da cana-de-açúcar, também está gerando problemas como a falta de oferta de moradias e a elevação no valor dos aluguéis.

É na perspectiva de aumento da área de abrangência dos pequenos municípios, devido às especializações produtivas, que a permanência de cidades locais, como a de Mariápolis, ainda se faz possível.

#### **4.2. A hipótese: Segregação socioespacial interurbana?**

O espaço é entendido enquanto forma, estrutura, função e processo (SANTOS, 1996). A forma e a estrutura expressam e traduzem as materialidades observadas no espaço urbano, embora não se restrinjam a essa dimensão, pois ultrapassam o que é efetivamente material. As funções e o processo referem-se ao urbano, uma vez que tratam dos papéis exercidos pelas cidades e do próprio movimento das transformações. As funções apóiam-se nos equipamentos e serviços urbanos que dão suporte para a existência da vida em sociedade como: educação, saúde, sistema financeiro, comércio, etc. Os processos são as dinâmicas da sociedade que promovem, por exemplo, a segregação socioespacial, a exclusão social, a fragmentação.

Portanto, devemos trabalhar com as relações inerentes ao urbano, pois, sob o prisma da materialidade, não podemos negar a existência de Mariápolis como cidade, ainda que possamos questionar a incipiência das funções urbanas nela existentes.

Para que se reconheça o processo de segregação socioespacial interurbana numa cidade, entendemos ser necessário que essa realidade urbana apresente os seguintes indicadores:

1. ter prevalência do circuito inferior da economia em sua economia urbana;
2. ser considerada uma cidade local;
3. depender das relações interurbanas para suprir suas necessidades de acesso aos meios de consumo coletivo e privado;
4. apresentar elementos que levem ao questionamento da existência ou não do caráter urbano desse espaço.

Sem a constatação desses indicadores não é possível defender a hipótese levantada, pois eles possibilitam apreender o grau de dependência da cidade em relação à rede urbana, o qual vai justamente expressar ou não a segregação socioespacial interurbana.

Avaliando esses indicadores, à luz dos dados coletados em Osvaldo Cruz – expostos nos Capítulos 1 e 3 – verificamos que a hipótese em formulação não se aplica a essa cidade, pois ela apresenta em sua economia urbana vários elementos do circuito superior, não é conceituada como cidade local, é menos dependente da rede urbana que a cidade de Mariópolis, no que se refere ao acesso aos meios de consumo coletivo, e não apresenta características que coloquem em questão o caráter urbano desse assentamento citadino. Ou seja, a ela não se aplicam os indicadores descritos acima, tomados como parâmetros.

Diferentemente, a cidade de Mariópolis apresenta todos os elementos que nos permitem formular a hipótese de constituição da segregação socioespacial no nível interurbano, como destacaremos a seguir.

**Primeiro indicador:** prevalência do circuito inferior da economia.

Santos (1978, p. 34-35) explica que:

O circuito superior emana diretamente da modernização tecnológica, mais bem representado atualmente, nos monopólios, não está ligado ao local ou regional, mas sim dentro da estrutura de um país ou de países.  
O circuito inferior é formado de atividades de pequena escala, servindo, principalmente, à população pobre; ao contrário do que ocorre no circuito superior, essas atividades são profundamente implantadas dentro da cidade, usufruindo de um relacionamento privilegiado com sua região.

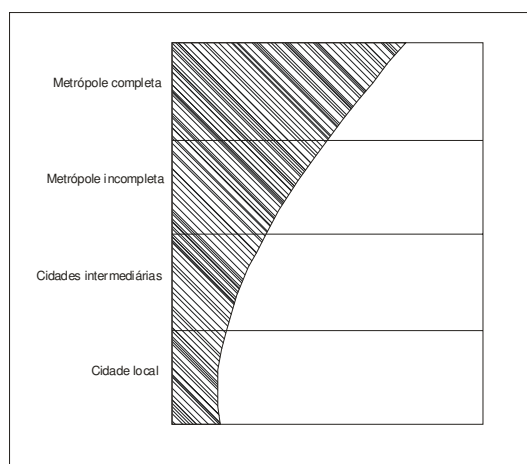
Seguindo a linha de pensamento de Santos (1978 e 2004) e de Corrêa (1999), verificamos que uma das principais formas – mas não exclusiva – de inserção das cidades pequenas na rede urbana é através da constituição do circuito inferior da economia,

destacando, porém, que essa constatação não implica uma tipologia, segundo a qual, a metrópole estaria ligada ao circuito superior e as cidades pequenas ao circuito inferior. As cidades pequenas não se inserem na rede urbana unicamente pelo circuito inferior, pois há elos que as articulam também ao circuito superior, mesmo porque ambos compreendem uma totalidade que não pode ser pensada apenas a partir de um deles.

Os três croquis, abaixo, elaborados por Santos (2004), evidenciam os dois circuitos da rede urbana.

### Croqui 1

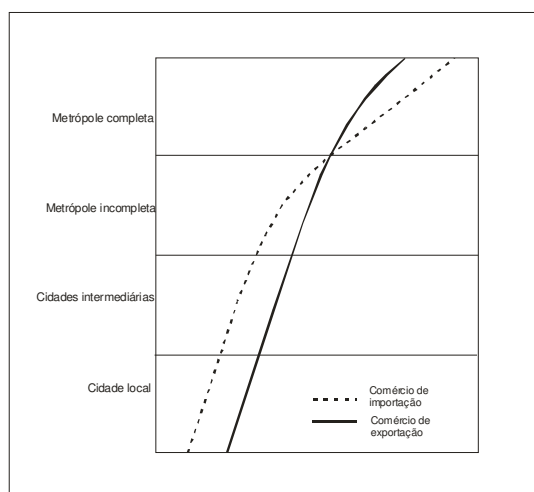
#### Comércio moderno na rede urbana



Fonte: Santos (2004)

### Croqui 2

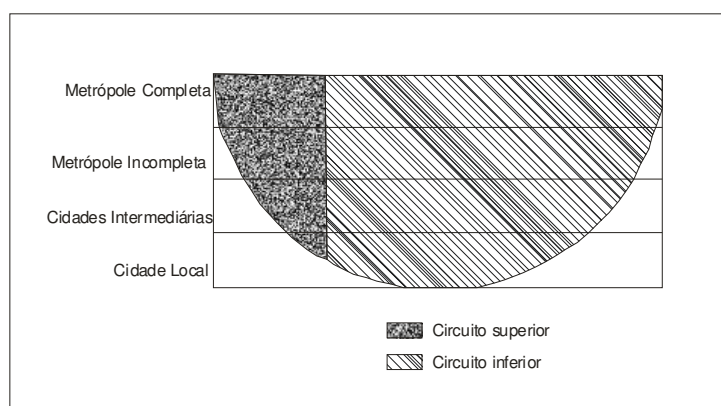
#### Comércio de exportação-importação na rede urbana



Fonte: Santos (2004)

### Croqui 3

#### Importância relativa dos dois circuitos na rede urbana



Fonte: Santos (2004)

Encontramos cidades em que estão presentes, principalmente, as atividades associadas ao circuito inferior, devido a seu tamanho populacional, sua incipiente função urbana e até mesmo por sua localização geográfica, pois como afirma Santos (2004, p. 263):

No que diz respeito às atividades do setor moderno, três elementos essenciais permitem sua expansão: o tamanho da cidade, seu nível funcional, as economias externas e as externalidades presentes na cidade. Mas sua instalação também pode depender seja da decisão dos poderes públicos, seja da decisão de uma grande firma. Nesse último caso, trata-se de iniciativas vindas, em geral, de organismos externos e capazes de tomar macrodecisões que só interessam ao setor moderno da cidade devido à localização.

Uma cidade pequena, do porte populacional de Osvaldo Cruz, tem condições de estabelecer no seu espaço urbano a inter-relação entre os circuitos superior e inferior, mesmo que se verifique a predominância do último. O tamanho da cidade não é inexpressivo, possibilitando que se desenvolvam funções urbanas mais sofisticadas, fator que, associado à sua posição geográfica, favorece uma melhor circulação de produtos e mercadorias.

A circulação do capital pouco depende da posição geográfica, pois os sistemas de telecomunicações permitem que as informações financeiras sejam transmitidas via satélite. Porém, no que se refere a bens materiais, a posição geográfica ainda é relevante. No caso do município de Osvaldo Cruz, por exemplo, sua localização às margens da rodovia estadual Comandante João Ribeiro de Barros (mapa 2 p. 9) possibilita a existência de empresas ligadas ao circuito superior, como a fábrica de carrocerias para caminhões bi-

trem, que exporta seu produto para vários países. Na cidade também se desenvolve uma série de atividades do circuito inferior como, por exemplo, pequenas mercearias de bairros e vendedores ambulantes. A existência dos dois circuitos, faz com que a cidade tenha possibilidades de manter, na rede urbana, uma relação de complementaridade mais evidente com outros centros.

Em Mariápolis, observa-se a predominância maciça das atividades do circuito inferior. Seu o tamanho populacional determina que as funções urbanas sejam destinadas apenas a suprir as necessidades básicas da população e, juntamente, com sua posição geográfica<sup>31</sup>, inibe a instalação de empresas ligadas ao circuito superior. Nesse contexto, as atividades econômicas urbanas são predominantemente do circuito inferior da economia, fazendo com que seus moradores dependam de outras cidades para o acesso a bens e serviços na rede urbana.

Para que os ramos de atividades ligados ao circuito superior da economia sejam atraídos para uma determinada área é preciso que haja uma série de suportes e benfeitorias, como destaca Lojkine (1981, p. 145):

(...) é o conjunto dos meios de formação de uma força de trabalho complexa, adaptada às novas condições de trabalho como à nova divisão das atividades, que é adaptada a esta socialização do território nacional e multinacional: para localizar suas unidades de produção, de gestão, de pesquisa ou direção, os capitalistas exigem mais, não só estradas ou instrumentos de telecomunicação mas também conjuntos coletivos de habitação, escolas, universidades, centros de pesquisa (...).

A cidade de Mariápolis, localizada a 587 km da metrópole paulistana, distante de 70 a 160 km das cidades médias que a circundam, com um deficiente sistema de transporte, dificilmente apresentará condições de oferecer suportes às empresas ligadas ao circuito superior da economia.

Quando se refere à população que depende do circuito “marginal” da economia, Gunder (1966), apud Santos (1978, p. 28), afirma que: “*os pobres ‘não são socialmente marginais, e sim rejeitados; não são economicamente marginais, e sim explorados; não são politicamente marginais e sim reprimidos’*”...Podemos estender essa reflexão para as cidades inseridas no circuito inferior da economia porque, mesmo sendo vistas social, econômica e politicamente como marginalizadas, fazem parte do sistema que possibilita e reproduz a divisão territorial do trabalho.

---

<sup>31</sup> O acesso à cidade de Mariápolis é realizado através de estradas vicinais precárias, como se observa no mapa 2 p. 9.

Analisando alguns itens da tipologia presentes na teoria dos dois circuitos da economia, verificamos que o que predomina na cidade de Mariópolis é o trabalho intensivo e não o capital intensivo, e o que gera renda é o trabalho, seja o familiar, doméstico, ou o trabalho assalariado, de baixa qualificação e remuneração.

Não encontramos, no município, investimentos de capitais intensivos. Embora em seu redor estejam instaladas usinas e/ou destilarias de açúcar e álcool, suas sedes encontram-se em outras cidades, às quais estão ligados o capital e a geração de impostos; elas apenas captam a mão-de-obra proveniente de localidades como Mariópolis.

As poucas e pequenas empresas instaladas no município estão baseadas em um arranjo organizacional não burocrático e familiar, típico no circuito inferior da economia, devido ao pequeno porte dos estabelecimentos, onde a relação com a clientela é direta, personalizada, persistindo o sistema de registro das despesas em cadernetas, com pagamento mensal. Ainda que o lucro por unidade comercializada nas vendas possa parecer alto em comparação com os preços das mercadorias adquiridas na cidade de Adamantina, por exemplo, como informam os entrevistados, ele se reduz em função do pequeno montante comercializado. Esse fato associa-se às relações interurbanas que se estabelecem entre Mariópolis e as cidades maiores da região, determinadas justamente pelo preço elevado dos produtos nos estabelecimentos locais. Dos entrevistados, 78,5% fazem suas compras de confecções, calçados e armarinhos no comércio de Adamantina, 8,5% consomem em Adamantina e Mariópolis, 6,6%, em Presidente Prudente, 3,7%, apenas em Mariópolis, e 2,7% declararam comprar em outras cidades.

Para caracterizar a existência do circuito inferior da economia em Mariópolis, baseamo-nos em algumas características apontadas por Santos (1978, p.50-51) Como observamos. O autor apresenta, ainda, outras características não analisadas por nós, quais sejam: *“capitais reduzidos; emprego volumoso; estoques reduzidos; custos fixos desprezíveis; publicidade nula; reutilização de bens freqüente; dispensa de capitais externos; ajuda governamental nula ou quase nula e; dependência externa reduzida ou nula”*.

O elemento que representa um elo entre o circuito superior e o inferior é a existência de uma agência do Banco Nossa Caixa<sup>32</sup>. Para ter acesso aos serviços bancários de outras redes, portanto, a população necessita realizar deslocamentos interurbanos.

Santos (1982, p. 72 e 74), ao trabalhar com a rede de cidades, afirma que:

A cidade local facilita o acesso da população aos bens e serviços, embora isto se faça a um preço mais elevado que nos centros de nível superior. Seja qual for a sua localização, a cidade local sempre se acha na periferia do sistema urbano.

---

<sup>32</sup> Banco público do Estado de São Paulo, presente em todas as cidades paulistas.

Esta situação significa que o indivíduo se encontra em uma posição desfavorável como produtor e como consumidor.

Assim, consideramos que cidades com as características de Mariápolis fazem parte da periferia urbana na rede de cidades.

**Segundo indicador:** Ser considerada uma cidade local.

Segundo a conceituação de Santos (1978, 1982), e os dados coletados em campo, discutidos no primeiro capítulo, a cidade de Mariápolis se enquadra no conceito de cidade local, o que reforça a provável existência do processo de segregação socioespacial interurbana.

A classificação das cidades é tema do estudo *Regiões de Influência das Cidades 1993* (IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2000) e de autores como Keller (1968), Azevedo (1970) e Rochefort (1961). Corrêa e Lima (1977, p. 596), baseando-se no estudo *Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas* também identificou a existência de centros.

Santos (1982, p. 70 e 71) define cidade local como:

aglomerações em seu nível mais fundamental, nível abaixo do qual não se pode mais falar da existência de uma verdadeira cidade. Temos aqui uma questão de limite inferior da complexidade das atividades urbanas capazes, em um momento dado, de garantir ao mesmo tempo um crescimento auto-sustentado e um domínio territorial.

A cidade local é a dimensão mínima a partir da qual as aglomerações deixam de servir às necessidades da atividade primária para servir às necessidades inadiáveis da população, com verdadeira especialização do espaço.

Poderíamos então definir a cidade local como a aglomeração capaz de responder às necessidades vitais mínimas, reais ou criadas, de toda uma população, função esta que implica uma vida de relações.

O autor (p. 5) afirma que os centros locais detêm funções urbanas mais simples e estabelecem relação de dependência com outras localidades. Assim, Santos (1982) e Rochefort (1961) compreendem como cidade local o aglomerado urbano que atende apenas às necessidades básicas e vitais de sua população.

Essas aglomerações, para suprir as demandas consideradas básicas, recorrem a mão-de-obra de outras cidades, demonstrando que o nível de suas funções está no limite inferior da complexidade urbana. O acesso a serviços e equipamentos mais especializados é obtido, necessariamente, em cidades que apresentam funções urbanas mais elevadas.

Quando se analisa a cidade de Mariápolis, verifica-se que ela apresenta todas as características que o conceito de cidade local engloba.



Para suprir as necessidades básicas de sua população, a cidade necessita de mão-de-obra qualificada oriunda de outros municípios, tais como, entre outros profissionais, engenheiros, médicos, dentistas, cartorários e professores. O acesso aos meios de consumo coletivo e individual na escala local se resume às necessidades vitais da população, que recorre a outros municípios, quase que diariamente, para ter acesso a serviços e equipamentos urbanos mais especializados.

Analisando as tabelas 1, 2 e 3 (p. 17, 20 e 22) verificamos os deslocamentos interurbanos da população de Mariápolis em busca de serviços básicos como saúde, educação, lazer e aquisição de bens de consumo privado que são realizados para cidades como Adamantina, Marília, Presidente Prudente e São Paulo. Características fundamentais para a conceituação de cidade local.

**Terceiro indicador:** Dependem de relações interurbanas para suprir suas necessidades de acesso aos meios de consumo coletivo e privado.

Nas tabelas 1 e 2 (p. 17 e 20), apresentadas anteriormente, referentes aos meios de consumo coletivo e bens de consumo privado da cidade de Mariápolis, observamos a incipiência dos equipamentos e serviços urbanos nela disponíveis, além da pequena expressão do comércio e da rede bancária, dados esses confirmados pelos índices de deslocamentos interurbanos realizados pela população para ter acesso aos meios de consumo coletivo e privado.

Quando uma localidade não oferece o pleno acesso aos bens e serviços urbanos, os deslocamentos interurbanos tornam-se essenciais para qualquer indivíduo, como observa Santos (2004, p. 336):

Para certos tipos de consumo, todo indivíduo, qualquer que seja sua condição ou seu nível de renda, é prisioneiro da cidade. É o caso dos bens e serviços que, por sua natureza ou devido à frequência da demanda, exigem uma proximidade no espaço e no tempo. Para outros consumos, a capacidade de escapar da sujeição ao mercado local depende da mobilidade do indivíduo, que está em estreita ligação com sua posição na escala das rendas.

Para o autor, os consumidores com melhores condições financeiras e de mobilidade podem adquirir e/ou consumir bens e serviços em cidades de nível superior, mas aqueles, para quem os deslocamentos são mais difíceis, restam prisioneiros das cidades menos evoluídas, mesmo tendo que consumir produtos com preços mais elevados (SANTOS, 2004). Assim, “a rede urbana não tem, portanto, o mesmo significado para as diferentes camadas socioeconômicas”. (SANTOS, 2004, p. 338).

Os deslocamentos interurbanos realizados pela população de Mariópolis, para suprir as necessidades mais básicas, atingem todos os segmentos sociais. Necessitam deslocar-se tanto os mais ricos como os mais pobres, uns com mais e outros com menos condições e facilidades. No entanto, só tem acesso ao consumo de bens e serviços sofisticados, as pessoas com maior poder aquisitivo.

Nesse sentido, para Corrêa (2001, p. 80), a hierarquia urbana é apreendida diferentemente pelos diversos estratos da sociedade, pois:

Para a população de médio e alto *status* sócio-econômico há uma hierarquia urbana realmente, pois consome em diferentes localidades (...) os assalariados irregulares e regulares mal remunerados, camponeses (...) possuem condições de comprar ou utilizar apenas uma parcela dos produtos e serviços oferecidos na região em que vivem. (...) limitada mobilidade; não existe de fato uma hierarquia urbana (...)

Poderíamos indagar se todas as pessoas, independentemente da localidade em que vivem não teriam, em algum momento, a necessidade de efetuar deslocamentos interurbanos? Entre os entrevistados em Osvaldo Cruz, há pessoas que declararam nunca, por qualquer motivo, terem saído da cidade. Diferentemente, os de Mariópolis afirmaram que, mesmo com grandes intervalos e dificuldades, necessitam, em algum momento, realizar deslocamentos interurbanos devido à incipiência das funções urbanas dessa cidade.

A apreensão diferenciada da rede urbana, expressa pelos deslocamentos realizados pelos indivíduos, pode ser constatada na cidade de Mariópolis, mas de forma ainda mais nítida em Osvaldo Cruz, devido à existência tanto de loteamentos fechados como de favelas, que reforça a expressão da desigualdade socioespacial. Enquanto os moradores dos loteamentos fechados declararam deslocarem-se para outros países os entrevistados das Vilas Esperança e Cavarú somente se deslocam para cidades como Presidente Prudente, Marília e, raramente, em poucos casos, para São Paulo e outros estados.

Nas tabelas 25, 26, 27 e 28, analisadas a seguir, os dados confirmam as relações de dependência entre cidades da rede urbana.

**Tabela 25**

**Mariópolis**

**Os moradores e a cidade**

**2007**

Você gosta de morar em Mariópolis?					
SIM	Nº	%	NÃO	Nº	%
		232		89,2%	
<b>Justificativas</b>			<b>Justificativas</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Trabalho na usina</li> <li>• Crédito</li> <li>• Casa própria</li> </ul>			<ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de emprego</li> <li>• Preço elevado em supermercados, açougues e lojas</li> <li>• Falta de desenvolvimento</li> </ul>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tranqüilidade</li> <li>• Conforto</li> <li>• Qualidade de vida</li> </ul>			<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pouco movimento</li> <li>• Cidade muito pequena</li> <li>• Necessidade constante de deslocamento para Adamantina ou outras cidades</li> </ul>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pertencimento</li> <li>• Não tem escolha</li> </ul>			<ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de lazer</li> <li>• Dificuldade de acesso a equipamentos e serviços urbanos</li> </ul>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cidade pequena</li> <li>• Proximidade dos equipamentos e serviços</li> </ul>			<ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta benefício social</li> </ul>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tem ambulância</li> <li>• Sobrinho prefeito</li> </ul>					

Fonte: Trabalho de Campo, 2007.

Na tabela 25, em que se apresentam as opiniões dos moradores sobre a cidade, observa-se que as justificativas para explicar porque gostam de morar na cidade de Mariópolis estão relacionadas a questões ligadas ao pertencimento, típicas de cidades pequenas: “*ter morado a vida toda na cidade*”; “*ter parentes*”; “*amigos*”; “*conhecidos*”; “*a tranqüilidade*”; “*o conforto*”; “*a qualidade de vida*”. Apresentam ainda motivos relacionados à existência de “*crédito pessoal*”, que é uma das características de atividades econômicas pertencentes ao circuito inferior da economia, bem como à “*proximidade dos equipamentos e serviços*” devido ao tamanho da cidade.

Já para explicar porque não gostam de morar na cidade, os entrevistados apontaram como dificuldades relacionadas à dependência de Mariópolis em relação às outras cidades da rede urbana: “*os preços elevados nos supermercados, açougues e lojas*”; “*necessidade constante de deslocamento para Adamantina e outras cidades*”; “*dificuldade de acesso a equipamentos e serviços urbanos*”.

**Tabela 26\*****Mariópolis****Principais problemas encontrados em Mariópolis, por seus moradores.****2007**

<b>MOTIVOS</b>					
<b>Serviços e infraestruturas urbanas</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>	<b>Econômicos</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
Saúde	132	24,8	Falta de emprego	107	20,1
Infra-estrutura e serviços (asfalto, iluminação, esgoto, coleta de lixo)	72	13,5	Preço elevado dos aluguéis	2	0,4
Falta de lazer e cultura	61	11,5	Falta de lavoura (sem ser cana)	2	0,4
Educação	19	3,6	Falta de crescimento	2	0,4
Comércio	12	2,3	Falta de indústrias	1	0,2
Limpeza pública	10	1,9	<b>Social</b>		
Transporte	8	1,5	Falta de segurança	4	0,7
Falta de atividade esportiva	8	1,5	Falta de assistência social	2	0,4
Cursos profissionalizantes	4	0,7	Presença de Baianos	1	0,2
Orelhão	2	0,4	Precária distribuição de renda	1	0,2
Conservação das estradas vicinais	1	0,2	Falta de casas populares	1	0,2
Cemitério	1	0,2	<b>Ambientais</b>		
Precariedade na merenda escolar	1	0,2	Presença de moscas	2	0,4
Falta de bancos	1	0,2	<b>Geográfico</b>		
<b>Políticos</b>			Dificuldade de deslocamento	3	0,6
Prefeito	27	5,1	Falta de casa para alugar	1	0,2
Política do favorecimento	7	1,3	Dependência de Adamantina	1	0,2
Administração pública ineficiente	3	0,6	<b>Outros</b>		
Parcialidade em concursos públicos municipais	2	0,4	Não sabe	17	3,2
Vereadores	1	0,2	Nenhum problema	13	2,4

Fonte: Trabalho de Campo, 2007.

\*A base de cálculo dessa tabela é de 532 respostas

Na tabela 26, além da confirmação da dependência de Mariópolis em relação às outras cidades, expressando a natureza das relações interurbanas, constatamos, também, os problemas encontrados pela população de Mariópolis no que se refere às condições de vida dos seus moradores.

Nas respostas referentes aos serviços e infra-estruturas urbanas, observa-se que 24,8% dos entrevistados apontam a dificuldade para obter serviços de saúde, em especial, a necessidade de deslocamento para outras localidades, mesmo que para a realização de procedimentos ambulatoriais simples. Esse item foi destacado pelos entrevistados residentes na cidade de Adamantina, quando indagados se morariam em Mariópolis.

Os outros problemas citados foram a falta de asfaltamento, a iluminação pública, o esgoto e a coleta de lixo (13,5%), e 11,5% dos entrevistados relataram a falta de lazer e cultura.

Na esfera política, destacamos as respostas relacionadas ao prefeito (5,1%), à política do favorecimento (1,3%) e à administração pública ineficiente (0,6%).

No que tange aos problemas ligados à economia, 20,1% das respostas se referem à falta de emprego, principalmente entre mulheres. Nas entrevistas realizadas com a população de Adamantina, o fator trabalho foi um dos aspectos mais citado para descartar a hipótese de morar em Mariápolis, opção apenas daqueles que trabalham no setor sucroalcooleiro. Destacam-se, ainda, as respostas referentes ao elevado preço dos aluguéis (0,4%), e a falta de outra lavoura além da cana-de-açúcar (0,4%).

No que concerne ao social, destaca-se a falta de segurança (0,7%) e a presença dos “baianos” (0,2%), trabalhadores migrantes temporários da cana-de-açúcar, a cuja presença os moradores entrevistados relacionam a crescente onda de roubos e furtos na cidade. No entanto, essa afirmação expressa apenas uma estigmatização em relação a esses trabalhadores, tendo em vista o índice zero de roubos e furtos registrado entre os anos de 2000 e 2006<sup>33</sup> na cidade de Mariápolis.

Quanto ao fator geográfico, a dependência interurbana se confirma, pois são apontados, como problemas, a dificuldade de deslocamento (0,6%) e a dependência de Adamantina (0,2%).

**Tabela 27**

**Mariápolis**

**Facilidade ou dificuldade de deslocamento e razões de permanência**

**2007**

Tem atividade que deixa de fazer por dificuldade de deslocamento								
SIM	Nº	%	NÃO	Nº	%	NÃO RESP.	Nº	%
	96	36,9		123	47,3		41	15,8
Atividade que deixa de fazer em Adamantina por dificuldade de deslocamento								
Academia				Hidroginástica				
Bancos				Ir ao Fórum				
Comércio				Ir à Igreja				
Cursos				Ir ao Médico				
Dança				Várias atividades				
Estudo				Trabalho				

Fonte: Trabalho de campo, 2007.

Na tabela 27, observa-se que 36,9% dos entrevistados afirmam não realizar algumas atividades nem ter acesso a serviços devido à dificuldade de deslocamento e/ou à ausência deles no próprio município, dentre os quais podemos destacar: academia, hidroginástica, bancos, fórum, emprego e cursos; 47,3% não encontram dificuldade alguma para realizarem o deslocamento necessário para terem acesso aos meios de consumo coletivo e privado; e 15,8% não sabem se têm ou não dificuldade de deslocamento.

<sup>33</sup> Dado da Secretaria de Estado da Segurança Pública - organização de Izabel C. Gil, 2007.

## Tabela 28

### Mariópolis

#### Fluxos interurbanos para Adamantina

2007

Fluxo		
Ocorrência	Frequência	%
1 vez na semana	79	30,4
2 vezes na semana	19	7,3
3 vezes na semana	8	3,1
4 vezes na semana	7	2,5
5 vezes na semana	2	0,8
6 vezes na semana	2	0,8
1 vez no mês	46	17,7
2 vezes no mês	46	17,7
Todos os dias	16	6,1
Quando necessita/raramente	34	13,0
Não respondeu	1	0,4

Fonte: Trabalho de campo, 2007.

O percentual de entrevistados que se deslocam para Adamantina, uma vez por semana é de 30,4%. Esse índice diminui, conforme aumenta o número de deslocamentos na semana, e os entrevistados que se deslocam uma ou duas vezes no mês representam 17,7% cada. Há, ainda, alguns (6,1%) que se deslocam diariamente a Adamantina. Notamos, também, aqueles que se deslocam para Adamantina somente quando necessário ou raramente, correspondendo a 13% dos entrevistados.

Os dados das tabelas analisadas confirmam a dependência dos moradores da cidade de Mariópolis em relação a outras localidades, principalmente Adamantina, por oferecer mais recursos referentes a meios de consumo coletivo e privado.

**Quarto indicador:** Apresentar elementos que levem ao questionamento da existência ou não do caráter urbano da cidade.

O aumento de desmembramentos municipais<sup>34</sup> propiciou, no país, a constituição de municípios com um contingente populacional muito pequeno, cuja sede detém poucas

---

<sup>34</sup> Temos claro que os critérios utilizados para a emancipação de municípios no passado – e ainda hoje vigentes – são duvidosos, muitas vezes obedecendo tão somente a interesses políticos e tributários, servindo para o fortalecimento de determinados grupos, partidos e suas demandas. Os encargos e as distorções são encontrados em grande número de municípios no cenário brasileiro, acarretando uma série de despesas ao erário público (salário de prefeitos, vereadores e funcionários – parte desses últimos geralmente contratados através de “apadrinhamentos” e de “cabides de emprego”) e nem sempre correspondem, na prática, a um melhor atendimento aos cidadãos, em termos de infra-estrutura, equipamentos e serviços urbanos. (BERNADELLI, 2006, p.39)

A principal justificativa para os pedidos de emancipação de municípios assenta-se, geralmente, na preocupação de que o município-sede não atende ou atende de forma precária à população dos distritos, representando a emancipação, portanto, benefícios que de outra forma não se efetivariam. Grupos políticos interessados nos processos emancipatórios também costumam atribuir a criação de

funções urbanas, direcionadas ao atendimento das necessidades mais imediatas de seus habitantes – o que justificaria a aplicação do conceito de cidade local – gerando relações de dependência muito intensas entre esses núcleos urbanos e os mais importantes e mais próximos.

Nesse contexto, quando se avaliam não apenas a cidade como realidade material, mas também a clara distinção de seus papéis em relação ao campo, é que podemos questionar se as sedes municipais com essas características podem ser consideradas realmente urbanas, uma vez que somente as necessidades elementares da população são atendidas, caracterizando forte grau de dependência interurbana.

O questionamento acerca da existência ou não de claros papéis urbanos desempenhados por Mariápolis pode ser apreendido, também, por meio da análise das concepções de cidade que seus próprios moradores têm, ainda que o discurso que elaboram esteja fortemente marcado pelas imagens de cidades grandes apresentadas pela mídia, pelos livros, sobretudo, didáticos e, também, por outros gêneros de literatura, conforme observamos no quadro 3 e na tabela 29 a seguir.

### Quadro 3

#### Mariópolis

#### Concepções ou idéias associadas à cidade pelos entrevistados

2007

Os entrevistados e as concepções de cidade		
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Limpeza</li> <li>• Rua</li> <li>• Facilidade / comodidade devido à proximidade</li> <li>• Moda</li> <li>• Lugar onde temos a presença de calçadão</li> <li>• Lugar onde temos a presença de prédios</li> <li>• Concentração de pessoas e casas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Comunidade</li> <li>• Local de vizinhança</li> <li>• Conjunto de pessoas que interagem</li> <li>• População</li> <li>• Movimento de pessoas</li> <li>• Movimento de carros</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Local onde se encontra administração pública</li> <li>• Organização política</li> <li>• Cidade é um lugar com três P: Padre, Político e Puta</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Melhor qualidade de vida</li> <li>• Conforto</li> <li>• Uma coisa boa</li> <li>• Lugar onde se encontra coisas ruins</li> <li>• Violência</li> <li>• Segurança</li> <li>• Recursos</li> <li>• Vida corrida</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Emprego</li> <li>• Lugar de oportunidade</li> <li>• Lugar das indústrias</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Local de moradias</li> <li>• Lugar de acessibilidade aos serviços e equipamentos urbanos<sup>35</sup></li> <li>• Local de Lazer</li> <li>• Lugar onde temos a presença de bancos</li> <li>• Lugar de comércio</li> <li>• Onde se localiza a Igreja</li> <li>• Cultura</li> </ul>

Fonte: Trabalho de Campo, 2007.

### Tabela 29

#### Mariópolis

#### Definição da cidade de Mariópolis pelos entrevistados

2007

Mariópolis pode ser considerada cidade								
SIM	Nº	%	NÃO	Nº	%	NÃO SABE	Nº	%
	155	59,6		101	38,9		4	1,5
<b>Justificativa do Sim</b>			<b>Justificativa do não</b>					
Está no mapa			Cidade seria um lugar como Adamantina					
Noção de pertencimento (nasceu na cidade, amigos, família, gosta d lugar)			Local de dormitório					
Tem Prefeito			Mariópolis é um bairro de Adamantina					
			Não é uma cidade, é um distrito					
			Não é uma cidade, é um patrimônio					
			Não é uma cidade é um povoado					
			Parece uma fazenda/um sítio					

Fonte: Trabalho de Campo, 2007.

<sup>35</sup> Os serviços e equipamentos relacionados como cidade para os entrevistados foram: médicos, posto de saúde, educação, iluminação, asfalto, esgoto.



Ao questionarmos os entrevistados se Mariápolis poderia ser considerada uma cidade, 59,6% responderam sim, mas uma porcentagem significativa (38,9%) apresentou uma resposta negativa, enquanto 1,5% não souberam opinar.

Além dos traços que nos levam a questionar o caráter urbano dessa cidade, observamos na própria população a dúvida a respeito de sua constituição como tal, conforme demonstra o quadro 3, posicionamento corroborado também pela população de Adamantina.

As respostas que afirmam a existência de cidade relacionam-se ao sentimento de pertencimento: *“nasci nessa cidade”, “tenho amigos nesse local;”* estão ligadas à situação legal como a existência de: *“prefeito”, “vereadores;”* ou *“porque está no mapa;” “tem tudo que precisa”*. Em alguns casos, o entrevistado fez uma comparação entre o “sítio” (área rural) e Mariápolis.

Nas respostas em que Mariápolis não é considerada cidade, apontam-na como *“uma vila”, “um patrimônio”, “um distrito”, “uma fazenda ou sítio”*. Outros entrevistados fazem o exercício de comparação afirmando que: *“Mariápolis seria uma cidade se fosse como Adamantina;” “que não se pode considerar Mariápolis como cidade devido à dificuldade de acesso aos serviços e equipamentos urbanos;”* ou que *“poderia ser considerada cidade politicamente devido à existência do poder legislativo, mas, estruturalmente Mariápolis não poderia ser classificada como cidade;”* e, por fim, a nossa hipótese de intenso grau de dependência é reforçada, quando a própria população considera *“Mariápolis sendo um bairro de Adamantina”*.

Já os moradores de Adamantina, quando indagados se Mariápolis poderia ser considerada uma cidade, respondem que: *“é uma cidade porque tem Adamantina perto e não está tão longe de Presidente Prudente;” “é uma cidade, pois mora bastante gente uma ao lado da outra;” “não está longe de outras cidades;” “cidade é um local com estrutura (supermercados, lojas) Mariápolis parece um bairro;”* ou *“é uma cidade pequena tem supermercado, escola”*. A existência de Mariápolis como cidade se dá, segundo entrevistados, devido à relação que mantém com outras localidades, reforçando assim seu grau de dependência.

Ao indagarmos se os moradores de Adamantina morariam em Mariápolis, obtivemos as respostas: *“não moraria, pois teria que vender meus produtos na cidade de Adamantina;” “só se fosse muito rica e não precisasse trabalhar;” “só se fosse extremamente necessário, mesmo trabalhando em Mariápolis moraria em Adamantina;” “não, pois não tem as coisas, os moradores têm que procurar fora e é muito difícil o deslocamento;” “depende do que poderia fazer lá – um bom emprego;” “moraria, trabalho na cana e não tem problema”*.

Quando perguntamos como as pessoas vêem a cidade de Mariápolis as respostas foram as seguintes; *“uma cidade regular, não tem comércio, fábrica, não tem trabalho;”*

*“coitado de quem mora lá, não tem supermercado, fisioterapia etc.”; “cidade legal, tenho amigos”; “é uma cidade tranqüila, mas para trabalhar não dá, só tem bar, não comporta instalar um comércio como temos em Adamantina”; “cidade sem comércio, não tem recursos”; “não tem comércio, empresa, o pessoal vive da roça”.*

Os dados coletados demonstram a incipiência do urbano na cidade de Mariápolis. Essas informações, juntamente com as ponderações dos entrevistados, que não consideram Mariápolis uma cidade, levam-nos à elaboração de mapas representando Mariápolis como um bairro de Adamantina.

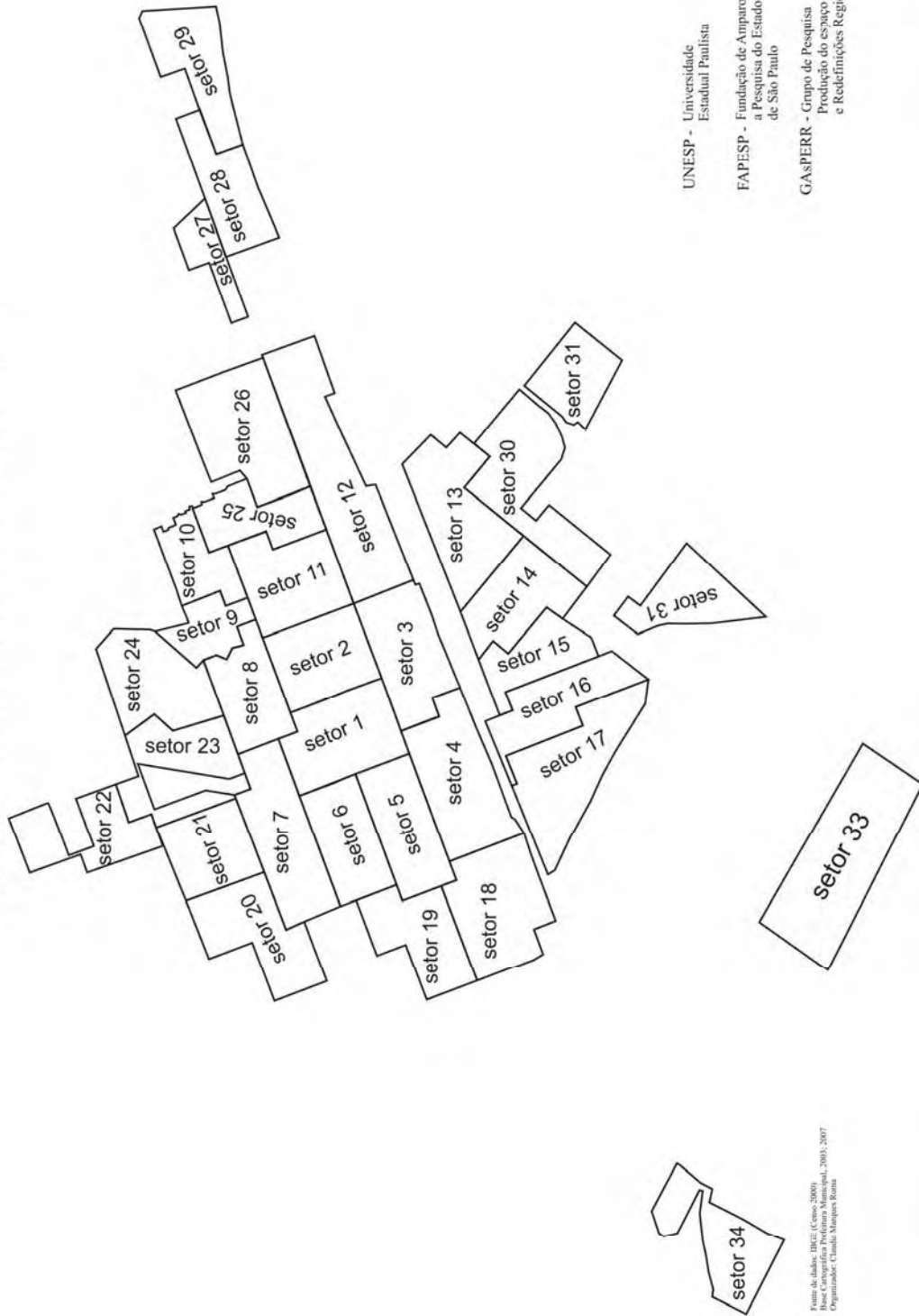
Nos mapas a seguir demonstramos indicadores de condições de vida que podem revelar o processo de segregação socioespacial para o espaço intraurbano. Analisando-os, podemos observar que a cidade de Mariápolis, se fosse considerada um bairro de Adamantina, apresentaria elementos que, relacionados às indagações dos entrevistados, revelam-nos a segregação socioespacial. No entanto, mesmo que a própria população de Mariápolis a considere como um bairro de Adamantina, com uma incipiente função urbana, e que os dados nos permitam elaborar esse questionamento, de Mariápolis ser um bairro de Adamantina, ela é legalmente uma cidade.

No contexto apresentado da segregação socioespacial interurbana, devemos ressaltar que o fator espacial deve ser ressaltado devido à distância existente entre as cidades de Adamantina e Mariápolis.

É nesse sentido que nossa hipótese de segregação socioespacial interurbana se afirma, pois esse conceito serve para explicar os processos da urbanização que transcendem os limites da cidade, como estamos observando na cidade de Mariápolis.



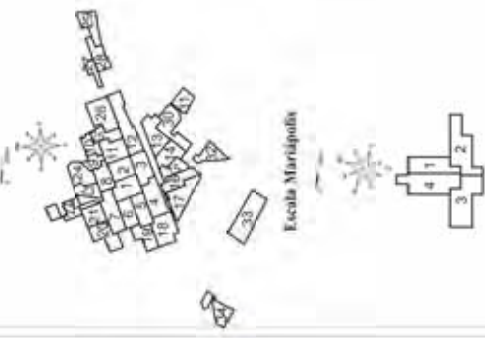
Figura 5- Adamantina: setores censitários



**LOCALIZAÇÃO**



Escala Adamantina



Escala Mariápolis

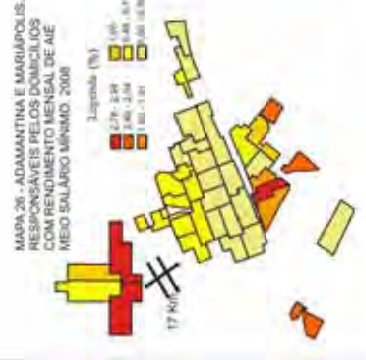
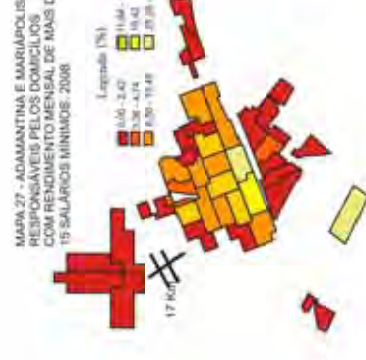
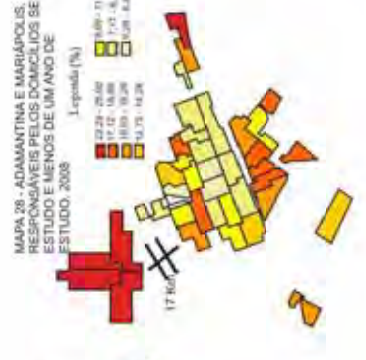
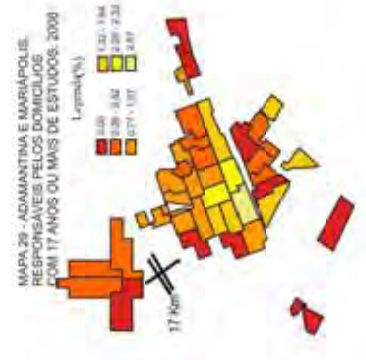
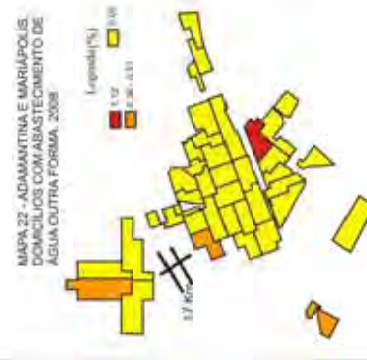
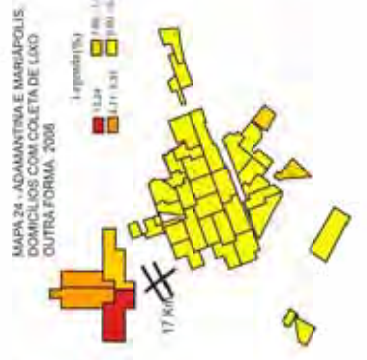
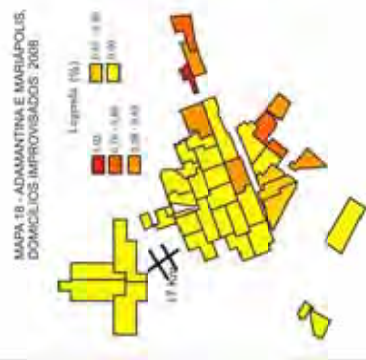
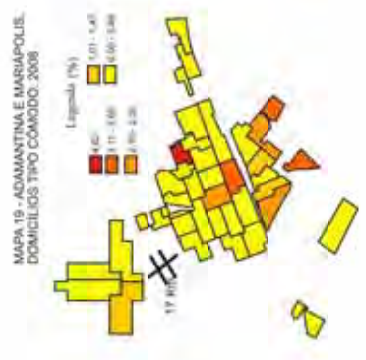
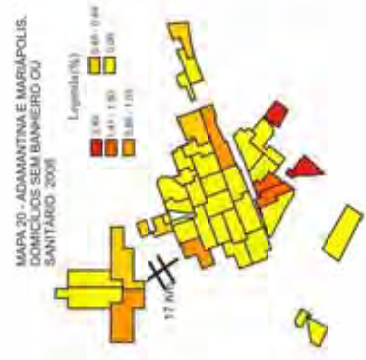
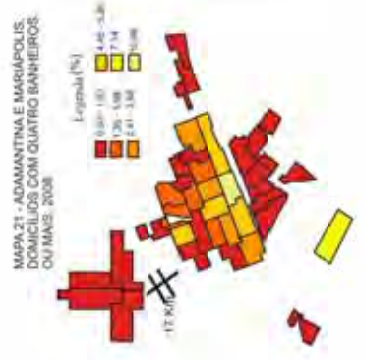
Definição de classes por pontos recíprocos  
 Ponto de divisão de 15%  
 Mapa 2: Partição de classes por pontos recíprocos  
 Ponto de divisão de 10%

Fonte de dados: IBGE (Censo 2000)  
 Base Cartográfica Prefeitura Municipal, 2005, 2007  
 Organizador: Cassia Marlyque Rozza

LINESP - Universidade Estadual Paulista

PAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

CAPIERH - Grupo de Pesquisa Produção do Espaço e Reestruturação Regional



Nos três mapas que revelam indicadores de melhores condições de vida: – Domicílios com quatro banheiros ou mais (mapa 21); – Responsáveis pelos domicílios com rendimento mensal de mais de 15 salários mínimos (mapa 27); – Responsáveis pelos domicílios com 17 anos ou mais de estudo (mapa 29), observam-se índices que indicam as precárias condições de vida em todos os setores da cidade de Mariápolis. No que diz respeito à educação, (mapa 29), um setor aparece como pior e os demais podem ser classificados como intermediários. Constatamos então, que segundo os indicadores relacionados às melhores condições de vida, a cidade de Mariápolis não apresenta nenhuma área com essa característica, diferentemente de Adamantina que inscreve, em seu espaço, áreas em que eles estão presentes. Como indicadores de piores condições de vida foram relacionados: domicílios particulares improvisados; domicílios particulares permanentes tipo cômodo; domicílios particulares permanentes sem banheiro ou sanitário; domicílios particulares permanentes com abastecimento de água de outra forma; domicílios particulares permanentes com banheiro ou sanitário com esgotamento sanitário de outra forma; domicílios particulares permanentes com outro destino do lixo; pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes sem rendimento mensal; pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes com rendimento nominal de até ½ salário mínimo; pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes sem instrução e menos de um ano de estudo.

Analisando os mapas, notamos que no mapa 28 (responsáveis pelos domicílios sem instrução e menos de um ano de estudos) os quatro setores censitários da cidade de Mariápolis apresentam os piores indicadores, enquanto apenas num setor de Adamantina eles sejam observados.

Nos mapas 23 (domicílios ligados à rede de esgoto de outra forma) e 24 (domicílios com coleta de lixo de outra forma), os únicos setores classificados com os piores indicadores situam-se em Mariápolis.

Já no mapa 26 (responsáveis pelos domicílios com rendimento mensal de até meio salário mínimo), dois setores censitários de Mariápolis apresentam os piores indicadores, enquanto um outro setor com essa característica localiza-se em Adamantina.

Nos demais mapas, os setores classificados como piores, localizam-se apenas em Adamantina em, no máximo, dois setores.

Portanto, temos oito ocorrências de setores censitários classificados com indicadores de piores condições de vida tanto em Mariápolis como em Adamantina. Porém, proporcionalmente, Mariápolis apresenta piores condições que Adamantina, pois enquanto nesta há 34 setores censitários, no total, naquela há apenas quatro. E isso soma-se ao fato de que Mariápolis não apresenta nenhum setor censitário com indicadores de melhores condições de vida.

Partindo das premissas de incipiência de suas funções urbanas, da dificuldade de acesso aos meios de consumo coletivo e privado, da dependência de bens e serviços disponíveis em outras cidades da rede urbana, e do não reconhecimento do status de cidade pelos entrevistados, podemos questionar o caráter urbano de Mariápolis.

Agrupando os três primeiros indicadores - ter a maior parte da sua economia urbana apoiada em atividades típicas do circuito inferior da economia; ser considerada uma cidade local; depender de relações interurbanas para suprir suas necessidades de acesso aos meios de consumo coletivo -, temos todos os fatores para afirmarmos a dependência interurbana da cidade de Mariápolis. E, apreendida essa dependência, inserimos o quarto indicador: apresentar elementos que levem ao questionamento da existência ou não de um caráter urbano em seus papéis e funções, bem como nas práticas socioespaciais de seus moradores.

Assim, somando-se a dependência da rede urbana ao questionamento da existência ou não de caráter urbano dessa cidade é que podemos afirmar que há a constituição do processo de segregação socioespacial interurbana, pois os processos ocorridos em Mariápolis não podem ser pensados somente no âmbito intraurbano, uma vez que o essencial para a vida urbana só é provido a partir de relações interurbanas.

Da mesma forma que o processo de urbanização não está restrito às cidades, entendemos que, a partir da justaposição ou superposição de relações interurbanas, no bojo da globalização, o processo de segregação socioespacial, expressão do aprofundamento das desigualdades socioespaciais levadas aos seus limites, não deve ser apreendido somente na escala intra-urbana, mas também a partir das relações interurbanas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que tange à explicação do processo de segregação socioespacial em cidades pequenas, encontramos, em nossa área de estudo, formas diferentes de sua constituição.

A perspectiva de análise de duas cidades permite-nos apreender os processos segregativos presentes em duas realidades, as das cidades de Mariápolis e Osvaldo Cruz, ambas localizadas na mesma região administrativa e geográfica do Estado de São Paulo. Entretanto, devido à diferença existente entre seus contingentes populacionais, percebemos que as especificidades se manifestam, possibilitando-nos apreender a constituição do processo de segregação socioespacial a partir de múltiplos olhares e entendê-lo de forma ampla.

O cotejo e a interlocução entre essas duas realidades permitiram-nos: a) trabalhar com múltiplas escalas e inter-relações; b) pensar o processo de segregação socioespacial na perspectiva intra-urbana e interurbana; c) relacionar os espaços rural/agrícola/urbano; d) analisar as funcionalidades urbanas, que entendemos como fator fundamental para refletirmos acerca das relações acima mencionadas.

Analisar essas cidades a partir das funções urbanas que desempenham demonstrou-nos ser possível aplicar o conceito de cidade local a Mariápolis. Partimos da proposta de Santos (1978, 1982 e 2004), para quem as cidades locais estão na base da complexidade da rede de cidades, suprindo apenas as necessidades mais imediatas da população, provocando a necessidade de intensos deslocamentos interurbanos para cidades sub-regionais e médias, que lhes são próximas.

Num nível acima, o das cidades sub-regionais, observamos Osvaldo Cruz, dotada de equipamentos e serviços mais diversificados que os existentes nas cidades locais, gerando centralidade em relação à sua hinterlândia. Mesmo assim, sua população necessita deslocar-se para localidades que detêm equipamentos e serviços mais diversificados e especializados a exemplo dos existentes em cidades médias como Presidente Prudente e Marília. Inferimos, portanto, que a rede urbana mantém uma estrutura hierárquica, mas, ao mesmo tempo, apresenta uma justaposição e/ou superposição de relações, possibilitando uma interface direta entre cidades locais e metrópoles, por exemplo.

Os estudos englobando as funcionalidades urbanas devem ser aprofundados, principalmente, para apreendermos o papel das cidades médias em relação a essas cidades locais e sub-regionais.

Encontramos, na constituição do processo de segregação socioespacial, semelhanças e diferenças entre cidades pequenas, médias e metrópoles, mas, também, entre as realidades de Mariápolis e Osvaldo Cruz.



As semelhanças baseiam-se nas iniciativas, que se generalizam, de implantação de loteamentos fechados, e o aparecimento de favelas, ou seja, a separação entre ricos e pobres a ausência e/ou presença, quantidade e/ou qualidade dos meios de consumo coletivo e a subjetividade que envolve o processo.

Dentre as diferenças que particularizam as cidades pequenas no âmbito das redes urbanas, destacamos: - relações entre os agentes sociais; - visibilidade dos processos sociais; - relações entre o rural/agrícola/urbano; - as relações interurbanas.

Na estruturação do espaço urbano de Osvaldo Cruz, observamos a constituição de dois loteamentos fechados, uma aglomeração subnormal (favela) e um loteamento com presença dos piores indicadores de condição de vida urbana expressando uma desigualdade socioespacial intra-urbana. A existência de loteamentos fechados em uma cidade com o contingente populacional de Osvaldo Cruz pode ser explicada pela busca de *status* e diferenciação socioespacial pelos segmentos sociais de maior poder aquisitivo. E a constituição de favela resulta do acirramento das desigualdades sociais existentes na sociedade capitalista.

Na análise da paisagem urbana de Mariápolis, não observamos a presença de condomínios e/ou loteamentos fechados, nem de favelas, mas se percebem diferenciações no espaço intraurbano, se compararmos a área central e pericentral com os arrabaldes.

A partir dessa observação e de posse dos dados coletados, constatamos, na cidade de Osvaldo Cruz, a existência da segregação socioespacial intra-urbana que se manifesta tanto sob a forma de auto-segregação, devido à presença dos loteamentos fechados, como também de uma situação involuntária, apreendida nos espaços da favela. Conforme a análise realizada, o processo de segregação socioespacial em Osvaldo Cruz não está relacionado à presença e/ou ausência de meios de consumo coletivo, ou pela dificuldade de acesso, pelos moradores, ao conjunto da cidade, mas, sim pela sua constituição no plano subjetivo e objetivo. No plano subjetivo, porque os moradores apreendem o espaço em que vivem como segregado e são estigmatizados por residirem na favela. No plano objetivo, a afirmação ganha sustentação a partir da nítida separação entre diferentes segmentos sociais.

Na cidade de Mariápolis não há, na estruturação do espaço intraurbano, a presença de elementos que possam caracterizar o processo de segregação socioespacial, ainda que sejam notórias as desigualdades socioespaciais intra-urbanas, reveladas pela separação dos espaços onde residem os segmentos sociais de médio e alto poder aquisitivo, dotados de melhores infra-estruturas urbanas, e os destinados aos segmentos sociais de menor poder aquisitivo.

No entanto, para a cidade de Mariápolis, levantamos a hipótese da constituição do processo de segregação socioespacial na escala interurbana, conforme análise dos quatro

indicadores elencados para a apreensão do processo. Tais fatores não foram constatados na cidade de Osvaldo Cruz, pois, mesmo sendo uma cidade pequena, consegue suprir as necessidades básicas de sua população, ter menos dependência em relação às cidades maiores e melhores equipadas da rede urbana, não possibilitando, portanto, a constatação do processo de segregação socioespacial interurbana.

Assim, os elementos que apreendemos neste trabalho nos permitiram afirmar que processos de separação dos segmentos sociais, divisão territorial e social do trabalho e desenvolvimento do mundo das informações são decorrentes do processo de urbanização da sociedade (LEFÈBVRE, 1999) e não da metropolização dos espaços.

As cidades pequenas são pensadas a partir de um ideário de vida tranqüila, com boas condições de vida e comodidade, como cidades idealizadas. Gil (2007) e Endlich (2006, p. 324) ao estudarem o tema apresentam esta indagação:

Há um consenso entre grande parte das pessoas em atribuir às metrópoles e aos grandes centros o saldo negativo em relação à qualidade de vida, reservando-se ao interior, em especial às pequenas cidades, o ideário de uma vida tranqüila e aconchegante. (GIL, 2007, p. 71)

As pequenas cidades idealizadas, inspiradas de empreendimentos imobiliários, poucas relações têm com as pequenas cidades concretas. (ENDLICH, 2006, p. 324)

Nas cidades reais, como Osvaldo Cruz e Mariápolis, pode-se encontrar tranqüilidade, mas também grande dependência interurbana devido à incipiência das funções urbanas, o que interfere nas condições de vida da população, além de precariedade dos serviços e equipamentos urbanos e processos segregativos que revelam as desigualdades socioespaciais, presentes hoje em cidades de diferentes tamanhos.

Esses processos podem ser visíveis nas pequenas cidades, porém os conflitos são escamoteados, como afirma Endlich (2006, p. 341):

Os interesses são unificados, os conflitos e diferenças silenciados em nome da 'salvação' do local, para que seja uma 'região ganhadora'. Para a maior parte da sociedade isso pode significar alguns empregos, na maioria dos casos subempregos e relações de trabalho precárias. Assim, fica evidente que o conflito capital e trabalho prossegue mais do que nunca, incorporando estratégias espaciais.

Mas a própria autora aponta-nos que *“por mais que os conflitos sociais permaneçam contidos nas pequenas cidades, em razão das peculiaridades com que nelas se desenrolem as relações sociais, a paisagem não consegue esconder tais conflitos, materializados no espaço construído”* (ENDLICH, 2006).

A desigualdade socioespacial, presente em Osvaldo Cruz, deve ser tratada pelo poder público municipal com vistas a melhorar as condições de vida dos moradores das vilas Cavarú e Esperança e diminuir a estigmatização desta. Nesse sentido, a inclusão desses locais no plano diretor como áreas de interesse social seria um primeiro passo, mas é necessário que realmente se efetivem as ações propostas.

As iniciativas do poder público devem contemplar a geração de emprego e renda, a oferta de educação e saúde de qualidade, mas também políticas públicas de melhoria das residências e das infra-estruturas urbanas, sem onerar os moradores ou provocar sua expulsão para outras áreas.

Para Mariápolis, as melhorias nos serviços e equipamentos urbanos são essenciais para qualificar as condições de vida da população, no entanto, a geração de renda, fator apontado pelos entrevistados, deve ser vista como prioridade. Para Endlich (2006, p. 356):

A sugestão de diversidade econômica também é fundamental, porque o desenvolvimento baseado tanto na monocultura, como na monoindústria deixa os territórios débeis diante das incertezas dessa economia articulada mundialmente. Diversificação e empreendimentos 'enraizados' localmente, com menor presença de absenteístas, são substanciais para aumentar a independência do local de dinâmicas exteriores.

A população de Mariápolis está cada vez mais dependente do trabalho agrícola relacionado à agroindústria canavieira. No entanto, o município precisa desenvolver iniciativas locais para geração de emprego e renda que não se apoiem unicamente no trabalho agrícola da monocultura da cana-de-açúcar.

No município, há pequenas propriedades, que resistem ao agronegócio sucroalcooleiro, produzindo, por exemplo, maracujá, goiaba, tomate e melancia, entre outras culturas.

O poder público municipal poderia incentivar esses pequenos produtores, incluindo sua produção alimentar na merenda escolar ou incentivando a industrialização desses produtos (fábricas de polpas ou de doces, por exemplo).

Outra dificuldade em relação à geração de emprego e renda, constatada em trabalho de campo, foi a falta de oportunidades para a população feminina. Uma alternativa, também apreendida na pesquisa de campo, seria o apoio, por parte do poder público municipal, na constituição de uma "cooperativa" de artesanato, aproveitando os saberes locais.

Apresentar esses apontamentos, mesmo que superficiais, possibilita-nos manter a utopia de mudança, pois sem ela não é possível fazer ciência.

David Harvey, no livro *Espaços de Esperança* (2004, p. 312 e 334) ensina-nos que:

(...) revolução requer algum tipo de coletivização do impulso e do desejo de mudança. Ninguém pode avançar muito nisso sozinho. Mas, posicionado como arquiteto rebelde, equipado de uma variedade de recursos e desejos, alguns derivados diretamente da tradição utópica, posso aspirar a ser um agente subversivo, um quinta coluna no interior do sistema, com um pé firmemente plantado em algum campo alternativo. (2004, p. 312)

A lição é clara: enquanto nós arquitetos rebeldes não conhecermos a coragem de nossa mente e estivermos preparados para dar um mergulho igualmente especulativo em algum desconhecido, também nós continuaremos a ser objetos da geografia histórica (como abelhas operárias) em vez de sujeitos ativos que levam conscientemente ao limite as possibilidades humanas. Aquilo a que Marx deu o nome de “o movimento real” que vai abolir “o estado de coisas atual” está sempre por ser feito e por ser apropriado. Esse é o único sentido que pode ter adquirido a coragem de nossa mente. (2004, p. 334)

## APÊNDICE: DESCRIÇÃO METODOLÓGICA

### Escolha das áreas de pesquisa e indicadores

A partir da definição do objetivo principal da pesquisa, que é entender e analisar a constituição do processo de segregação socioespacial em cidades pequenas, delimitamos duas cidades como objeto de análise empírica.

Na Nova Alta Paulista, selecionamos Osvaldo Cruz, com 30.233 habitantes (SEAD, 2007), e Mariápolis, com 3.726 habitantes (SEAD, 2007). A escolha dessas cidades, com tamanhos populacionais diferentes, foi intencional para que pudéssemos perceber as diferenças e as semelhanças do processo em estudo, a partir de realidades distintas.

Para analisar o processo de segregação socioespacial, não é necessário realizar uma coleta de dados estatísticos na cidade como um todo, pois ele pode ser apreendido a partir da análise das partes em relação ao todo. Dessa maneira, optamos pela escolha das parcelas do espaço urbano que se mostraram, potencialmente, mais próximas de nosso objeto de pesquisa.

Os dados utilizados para realizar esse levantamento tiveram como fonte o Censo Demográfico de 2000, a partir dos setores censitários das cidades, que apresentam uma infinidade de informações às quais tivemos acesso através do software STATCART®, junto ao IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Dentre as informações existentes, selecionamos alguns indicadores que foram agrupados em (A) indicadores que podem revelar o processo de segregação socioespacial e (B) indicadores que podem revelar o processo de auto-segregação socioespacial:

- (A) Domicílio particular improvisado;
- (A) Domicilio particular permanente tipo cômodo;
- (A) Domicilio particular permanente sem banheiro ou sanitário;
- (B) Domicilio particular permanente com quatro banheiros ou mais;
- (A) Domicilio particular permanente com abastecimento de água de outra forma;
- (A) Domicilio particular permanente com banheiro ou sanitário, com esgotamento sanitário de outra forma;
- (A) Domicilio particular permanente com outro destino do lixo;
- (A) Pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes sem rendimento mensal;
- (A) Pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes com rendimento nominal de até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo;

(B) Pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes com rendimento nominal mensal de mais de quinze salários mínimos.

A partir desses indicadores, elaboramos uma tabela contendo os setores censitários e as informações relacionadas a cada indicador.

**Tabela 30**

**Adamantina/Mariópolis**

**Setores censitários e indicadores**

**2007**

setor	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L	M	N
1 Mari	191	0	0	0	0	0	8,9	4,71	9,38	1,05	1,57	24,61	0,52
2 Mari	216	0	0	0,46	0	0	8,33	1,85	6,25	2,78	0,93	25	0,46
3 Mari	204	0	1,47	0,98	0,98	0	15,2	13,24	3,13	2,94	1,47	24,51	0
4 Mari	207	0	0,48	0	0	0,48	7,72	5,31	6,25	0,48	2,42	24,15	0,48
1 Adta	304	0	2,30	0	5,26	0	0	0,32	0,98	0	14,80	6,25	2,00
2 Adta	306	0	0	0	3,26	0	0	0	2,28	0,32	10,45	5,88	0,98
3 Adta	257	0,38	3,11	0	10,89	0	0	0	0	0,38	25,29	8,56	2,33
4 Adta	314	0	0	0	4,45	0	0	0	6,05	0,31	19,42	7,64	2,87
5 Adta	308	0	0	0	3,24	0	0	0	1,29	0,32	12,01	11,36	1,62
6 Adta	303	0	0	0	1,98	0	0	0	4,29	0,33	7,26	8,58	1,32
7 Adta	336	0	0	0	0,89	0	0,29	0,29	1,19	0,59	6,54	18,45	0,89
8 Adta	281	0	0	0	1,42	0	0	0	0	0,71	9,60	9,60	1,07
9 Adta	202	0	0	0	0,49	0	0	0	0	0,49	1,98	11,38	0,50
10 Adta	216	0	4,62	0	0	0	0	0,46	0	0	0,46	17,12	0,93
11 Adta	318	0	0,31	0	1,57	0	0	0	0	0,31	11,94	8,49	0,31
12 Adta	373	0	0	0,80	5,09	0	0,53	0,80	0,80	0	10,45	7,77	1,34
13 Adta	356	0	0	0	0	1,12	0,12	0	0,28	0,56	1,68	16,29	0
14 adta	295	0	1,01	0	0,33	0	0,33	0	3,05	0,33	4,74	18,64	0,34
15 adta	333	0,30	0	1,50	0	0	0,60	0	3,30	1,80	1,50	18,01	0,30
16 adta	353	0,28	1,13	1,41	0,28	0	4,24	0,56	14,44	2,83	0,28	18,69	0
17 adta	366	0,27	2,18	0	0	0	8,19	0,27	4,91	1,91	0,27	16,12	1,64
18 adta	390	0	0,25	0	3,58	0	0,25	0	5,64	0	10,25	13,07	0,77
19 adta	327	0	0	0	0,30	0	0	0	3,97	0,30	1,22	11,62	0
20 adta	194	0	0	1,03	1,03	0,51	0	0	2,06	0,51	0,51	15,97	0
21 adta	192	0	0	0	4,68	0	0	0,52	0	0,52	13,02	11,97	1,04
22 adta	201	0	0	0,49	0,99	0	5,97	0	1,49	0	0,99	7,46	1,00
23 adta	208	0	0,48	0	1,44	0	0,96	0	1,44	0	3,36	5,28	0,96
24 adta	369	0	0	0	1,35	0	0	0	1,89	0	6,50	12,73	0,81
25 adta	252	0	0	0	0,39	0	0	0	0,39	0,39	1,19	7,53	0,40
26 adta	248	0,40	0	0,40	2,41	0	0,40	0	1,61	0	7,66	8,06	0,40
27 adta	195	1,02	0	0	0	0	0	0,51	0	0,51	0	7,17	1,03
28 adta	229	0,43	0	0	0	0	1,74	0,87	3,49	0	0	15,72	0
29 adta	249	0,80	0	0,40	0	0	0	0,40	1,60	0	0	23,29	0
30 adta	285	0,70	2,10	0	0,70	0	0	0,35	0,70	1,05	2,10	10,87	0,35
31 adta	250	0,40	3,60	2,40	0,40	0	8,80	1,60	8,80	2,40	0,80	17,60	1,60
32 adta	66												
33 adta	14	0	0	0	7,14	0	0	0	0	0	28,57	14,28	0
34 adta	275	0	0	0	0	0,36	0	0,36	4,72	2,54	0,72	15,63	0
35 adta	1												
36 adta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
37 adta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo de 2000. Org. Claudia Marques Roma, 2007

OBS: Para o setor censitário 32 (zona especial) não temos informações e os setores censitários 35, 36 e 37 não continham nenhum domicílio no Censo demográfico realizado em 2000.

**Tabela 31**

**Oswaldo Cruz**

**Setores censitários e indicadores**

**2007**

setor	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L	M	N
1	234	0,85	0,43	0	12,82	0	0,43	0,43	4,27	0	21,79	2,56	3,42
2	300	0	0	0	4	0	0,33	0,33	2,00	0	16,33	2,33	1,00
3	365	0,55	0	0,55	1,37	0	2,47	1,1	4,38	1,64	2,74	7,95	0
4	293	0	1,02	0	5,12	0	0	0	1,02	0,34	9,56	4,10	1,02
5	309	0	0	0	0,97	0	6,15	0	5,50	0,65	6,15	7,44	0,32
6	290	0	0,34	0,34	4,14	0	0,34	0	7,59	0	8,28	7,24	2,07
7	327	0	1,53	0	10,09	0,31	0,92	0,31	0,92	0,31	22,62	5,2	2,45
8	281	0	0	0	6,76	1,07	0,71	0	7,12	0	11,03	8,19	0,71
9	347	0	0	0	13,54	0	0,86	0	2,88	0,29	14,70	3,75	0,86
10	314	0	0	0	1,27	0	1,91	0,32	3,5	0,96	2,87	12,10	0,96
11	198	0	0	0	0	0	0	0	7,07	0	2,02	9,10	1,01
12	230	0	0	0	0	0	0,87	0	0,87	0,43	3,04	1,74	0
13	214	0	0	0	0,47	0	0,47	0	5,61	0	2,80	6,54	0
14	326	0,31	0,92	0,31	0,31	0,61	1,23	0	5,83	0	1,84	11,35	0
15	226	0,33	4,87	1,77	0	3,54	15,04	26,55	10,62	5,75	0	13,72	0,88
16	276	0	3,99	1,81	0	0	0	0	6,16	1,09	0,72	14,86	0
17	55	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
18	280	0	0	0,36	0	0,36	0,71	0,71	0	0,71	0	9,29	0
19	260	0	0	0,38	0,77	1,54	0	1,15	5,77	1,15	2,69	5,00	1,15
20	194	0	0	0	0	0	10,31	0	18,04	1,03	1,55	11,86	0
21	191	0,52	4,19	3,66	0	2,62	6,28	2,62	16,23	4,19	0,52	11,99	0
22	334	0,60	1,20	0	0,30	0	1,20	0	2,99	0,60	2,40	11,38	2,30
23	159	0	4,40	0	0	0	0,63	0	9,43	1,26	0,63	8,81	0,63
24	202	0	0	0,99	0	0	0	0,99	2,97	0	1,98	4,46	0
25	238	0	2,10	0	0	0	0	0	6,30	0,42	0,42	7,98	0,42
26	230	0	0,87	0,87	0,43	0	0	0,87	7,39	0,43	1,30	8,70	0
27	333	0	0	0	0	0	0	0	4,50	0,30	1,20	3,00	0,30
28	194	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5,15	0,52
29	208	0	0	0	0	0,48	0	0,48	5,29	0,96	0,48	3,85	0,96
30	218	0	0	0	0	0	0,46	0	11,47	0,92	3,21	9,17	0
31	301	0	0	0	0	0,66	0	0	6,64	1	0	6,31	0
32	0	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
33	5	0	0	0	0	0	80,00	20,00	0	0	0	40,00	0
34	0	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo de 2000. Org. Claudia Marques Roma, 2007

**Definição das classes**

Para a elaboração dos mapas e de suas legendas, utilizamos a definição de classes por pares recíprocos, técnica que permite aproximar os pares (parecidos) e destacar os dados da tendência geral, tendências e exceções.

Exemplificando:



No que se refere ao indicador “domicílios com quatro banheiros ou mais”, temos os seguintes percentuais: 0,00 - 12,82 - 4,00 - 1,37 - 5,12 - 0,97 - 4,14 - 10,09 - 6,76 - 13,54 - 1,27 - 0,47 - 0,31 - 0,77 - 0,30 - 0,43.

Na definição das classes por pares recíprocos ordenam-se, primeiramente, os números do menor para o maior, distribuindo-os na tabela (papel milimetrado) e obtendo o seguinte resultado: 0,00 - 0,30 - 0,31 - 0,43 - 0,47 - 0,77 - 0,97 - 1,27 - 1,37 - 4,0 - 4,14 - 5,12 - 6,76 - 10,09 - 12,82 e 13,54.

Posteriormente, como segundo passo, define-se o intervalo das classes, que consiste na diferença entre o maior e o menor número que, nessa exemplificação, é:  $13,54 - 0,00 = 13,54$  (100%).

Em seguida, agrupam-se os dados, observando os menores intervalos. Na série analisada, o primeiro está entre o 0,30 e 0,31, resultando, portanto, em um intervalo de 0,01.

$$\text{Dessa forma: } \frac{0,01}{X} = \frac{13,24}{100} \text{ então } \frac{0,01 \times 100}{13,24} = 0,07\%$$

Então, no papel milimetrado, marca-se o ponto de 0,07%, depois, unem-se os pontos e, assim sucessivamente até a obtenção de 100%, conforme se observa no exemplo a seguir.

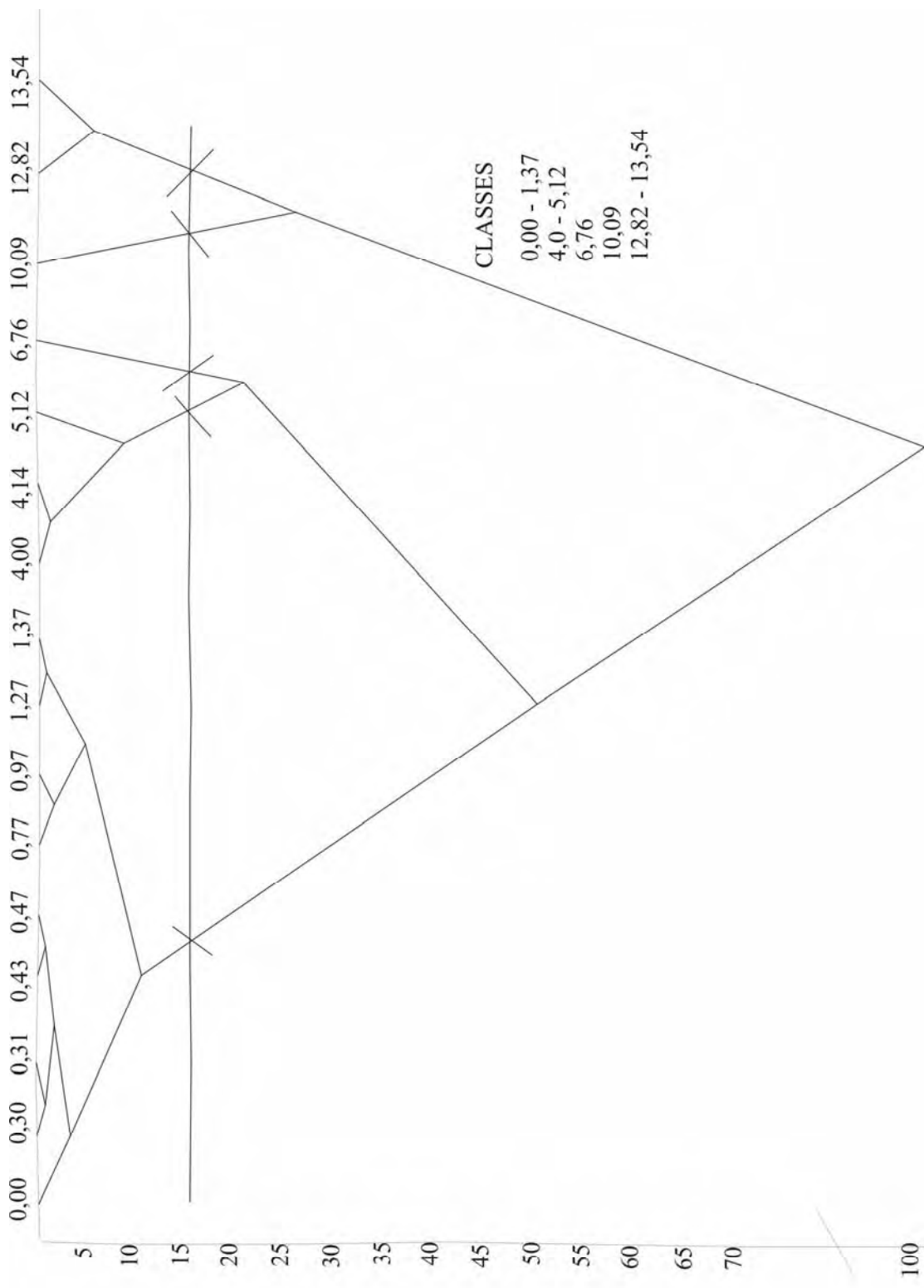


FIGURA 6: MODELO DE PARES RECÍPROCOS

Essa técnica por pares recíprocos permite uma perda de até 15% dos detalhes e, dessa maneira, a linha traçada no exemplo acima representa esses 15%, e é justamente no cruzamento entre as linhas que se define o intervalo das classes.

No entanto, dependendo da quantidade de classes obtidas no cruzamento da reta traçada na altura dos 15%, pode-se alterar para 10%, por exemplo, mas não se recomenda a mudança para mais de 15%, devido à perda grande de detalhes.

Além disso, considera-se que o número máximo de classes viável para a construção do mapa seja seis, porque, acima dessa quantidade, a visualização das informações torna-se muito difícil, dificultando a distinção entre as classes.

Dessa forma, a organização do mapa contendo o indicador de “domicílios com quatro banheiros ou mais” obteve seis classes que são: 0,00 a 1,37; 4,00 a 5,12; 6,76; 10,09; 12,82 e 13,54. Percebe-se um maior nível de agregação dos dados na primeira classe, que vai do 0,00 a 1,37, e o destaque para informações que se distanciam da tendência maior como, por exemplo, as classes 6,76 e 10,09.

Para visualização dos dados, elaboramos um mapa para cada indicador, utilizando o programa *CorelDraw®*, que oferece a possibilidade de desenhar, permitindo a espacialização do fenômeno de que estamos tratando.

Um setor censitário pode englobar um grande fundo de vale e vazios urbanos juntamente com uma área urbanizada. Por isso, se não houver a delimitação das áreas loteadas, excluindo da representação dos setores censitários áreas que não foram ainda parceladas para finalidade urbana, o fenômeno pode se diluir ou o mapa representar uma falsa realidade.

Assim, num mapa base das cidades, desenhamos todos os setores censitários existentes no perímetro urbano para posteriormente inserirmos os dados referentes a cada indicador. Osvaldo Cruz apresenta 34 setores censitários e Mariápolis, apenas quatro, enquanto em Adamantina, eles são 37, de forma que agrupando Adamantina e Mariápolis, temos 41 setores censitários.

Nos mapas, utilizamos sempre a cor vermelha para destacar as áreas de ocorrência dos piores indicadores, ou seja, a gradação de cores sempre partiu do vermelho porque, segundo as técnicas da cartografia geográfica deve se usar as cores mais fortes para as ocorrências dos fatos mais significativos, e o que seria significativo, é claro, depende de cada objeto de pesquisa.

Em nossa análise, a metodologia usada para entender o processo de segregação socioespacial foi detectar as áreas que apresentam os piores e os melhores indicadores de condição de vida urbana. Assim, a gradação utilizada possibilitou uma análise confiável, pois os setores censitários classificados com os piores indicadores aparecerão em vermelho e, os de melhores indicadores, em tons mais claros, até o amarelo.

## Escolha dos setores censitários e definição da amostragem estatística

Na definição dos setores censitários que seriam analisados em Osvaldo Cruz, elaboramos dois quadros: um, com os indicadores de segregação socioespacial e outro, com os indicadores de auto-segregação socioespacial. conforme podemos observar no Capítulo 3.

Para o levantamento da amostragem, englobamos o universo das vilas Esperança e Cavarú, representando os piores indicadores, e o dos loteamentos fechados, Santa Mônica e Amarílis, caracterizando os melhores. A partir dessa metodologia, somaram-se 417 e 110 domicílios, respectivamente. Com base em Girardi, (1981)<sup>36</sup>, definimos a seguinte amostragem estatística: para os 417 domicílios deveriam ser aplicados 201 questionários e para os outros 110 seriam 86.

Já em Mariápolis, como o contingente populacional é pequeno, optamos por realizar a amostragem estatística na cidade como um todo, sem selecionar ou distinguir setores censitários, mesmo porque se ela apresenta alguma área de maior concentração de segmentos socioeconômicos de maior poder aquisitivo, teríamos que tentar detectar a diferenciação entre as áreas através de outras técnicas.

Assim, na cidade de Mariápolis, tínhamos um total de 816 domicílios e, segundo Girardi (1981), a amostra estatisticamente relevante representaria, aproximadamente, 260 questionários.

Nesse universo, foi necessária a aplicação de uma regra de três para cada realidade, sendo que para Mariápolis, temos:

$$\frac{260}{X} = \frac{816}{100} \text{ então } \frac{260 \times 100}{816} = 31,8\%$$

Dentre as diversas metodologias existentes para definir os imóveis selecionados para a aplicação de questionários, optamos pela definição em linhas, que significa a escolha de uma casa com alternância de três, ou seja, aplicávamos o questionário na primeira casa, pulávamos duas casas e aplicávamos novamente na terceira residência, porém se a residência de número quatro encontrava-se sem morador, no momento, automaticamente íamos para a quinta casa e assim sucessivamente.

No que se refere à amostra definida para Osvaldo Cruz, a mesma regra de três foi utilizada. Para avaliar o indicador de segregação aplicamos os questionários em casas alternadas, isto é, na primeira e na terceira,. Já no que tange ao indicador de auto-

---

<sup>36</sup> GERARDI, L. H. OLIVEIRA; BARBARA, C. M. N. SILVA, **Quantificação em Geográfica**. São Paulo: Difel, 1981.

segregação, os questionários foram entregues na portaria dos loteamentos fechados e deveriam ser respondidos em todas as residências.

Em Mariápolis, a aplicação dos questionários em linhas não apresentou dificuldades, pois a cidade apresenta uma malha urbana ortogonal, e, de posse da planta urbana, traçamos o percurso a ser seguido.

Em Osvaldo Cruz, para avaliar o indicador de segregação socioespacial, já encontramos um pouco mais de dificuldade, pois, mesmo sendo o arruamento parcialmente ortogonal, em algumas partes havia exceções, pois como é característica das favelas – principalmente na Vila Esperança – não há uma regularidade na divisão dos lotes. Esse fator, no entanto não chegou a prejudicar a qualidade da coleta dos dados.

A amostragem, que a princípio deveria ser de 201 residências, abrangeu um total de 158 residências, pois muitas delas encontravam-se fechadas. No entanto, consideramos que essa amostra permitiu apreender a realidade a ser estudada sem perda de qualidade.

### **Elaboração dos questionários, entrevistas e tabulação dos dados**

Para elaboração desse instrumento de pesquisa, realizamos uma leitura minuciosa do projeto, a fim de elencarmos todos os pontos que deveriam ser abordados no desenvolvimento do trabalho e, portanto, transformado em item do questionário. Constatamos a necessidade da elaboração de um documento diferenciado para cada realidade em questão.

Na cidade de Mariápolis, devido à hipótese levantada sobre a existência do processo de segregação socioespacial interurbana e, por representar uma cidade local, as perguntas, além de abranger as questões intra-urbanas, deveriam englobar com destaque as relações interurbanas, bem como apreender a concepção de cidade por parte dos entrevistados, conforme se observa no modelo contido no anexo.

Para a cidade de Osvaldo Cruz, no que se refere ao indicador de segregação socioespacial, as questões tiveram um foco maior na análise intra-urbana, não deixando, porém, de contemplar as relações interurbanas.

Nos questionários preparados para os loteamentos fechados, por outro lado, alguns pontos tiveram de ser modificados, pois seus moradores têm perfil diferente. Na questão referente à renda familiar, por exemplo, houve uma tentativa de apreendê-la indagando sobre alguns indicadores que podem demonstrar, de forma implícita, o nível socioeconômico dos entrevistados. Um dos itens questionava também o motivo que levou o morador à escolha de um loteamento fechado para morar.

Além dos dados coletados nas áreas escolhidas, precisávamos apreender como os moradores de Osvaldo Cruz residentes fora da área de estudo, compreendiam os espaços

das vilas Esperança e Cavaru e dos loteamentos fechados. Elaboramos, então, entrevistas, procedimento metodológico que não necessita de amostragem estatística rígida, cujo roteiro encontra-se no anexo.

Para respondermos à hipótese de segregação socioespacial interurbana, além dos dados coletados em Mariápolis, realizamos também entrevistas (roteiro no anexo) com moradores de Adamantina, para verificarmos como eles compreendem a cidade de Mariápolis.

A tabulação dos dados coletados foi realizada através da elaboração de tabelas, gráficos e quadros, apresentados ao longo do texto e no apêndice.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Thompson A., SERRA, Rodrigo V. (orgs.). **Cidades Médias Brasileiras**, Rio de Janeiro: IPEA, 2001. 394p.

AZEVEDO, Aroldo de. As Cidades. In.: AZEVEDO, Aroldo de (org.). **Brasil: a terra e o homem**. São Paulo: Companhia Editora Nacional/EDUSP, 1970.

BERNARDELLI, Mara Lúcia F. da H. **Pequenas cidades na região de Catanduva-SP: papéis urbanos, reprodução social e produção de moradias**. 2004. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente.

\_\_\_\_\_. O caráter urbano das pequenas cidades da região canavieira de Catanduva – SP. In: SPOSITO, M. E. B. e WHITACKER, A. M. **Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

\_\_\_\_\_. Contribuições ao debater sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, M. E. B. e WHITACKER, A. M. **Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

BOTTOMORE, Tom. Dicionário do pensamento marxista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores. 1990.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Demográfico 2000. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php> >. Acesso em Abril de 2007.

\_\_\_\_\_, Contagem Populacional 2007. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php> >. Acesso em Julho de 2007.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CARLOS, Ana Fani A. A reprodução da cidade como “negócio”. In: CARLOS, Ana Fani A. e SEABRA, Odete C. de L.. **O espaço no fim do século – a nova raridade**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2001.

\_\_\_\_\_, Diferenciação socioespacial, **Revista Cidades**, v. 4, n. 6, 2007 (no prelo).

CARRERA, Carles. Da cidade industrial à cidade dos consumidores: reflexões teóricas para debater. In: CARLOS, Ana Fani A. e SEABRA, Odete C. de L. **O espaço no fim do século – a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 1999.

COBOS, Emilio P.. Crise econômica, política de austeridade e questão urbana na América Latina. In: **Espaço & Debates**. Ano VIII, Nº 23, São Paulo, 1988.

COSTA, B. Alfredo. **Exclusões Sociais**. Lisboa: Fundação Mário Soares. Edição gradiva. 2ª ed. 2001.

CORRÊA, R. L. Globalização e reestruturação da rede urbana – uma nota sobre as pequenas cidades. In: **Território**. Ano IV, nº6. Rio de Janeiro: Garamond, 1999. p.43-53

\_\_\_\_\_. Diferenciação sócio-espacial, escalas e práticas espaciais, In: **Revista Cidades**, v. 4, n. 6, 2007 (no prelo)

\_\_\_\_\_. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Berthand Brasil, 2006.

\_\_\_\_\_. LIMA, Olga M.B. Sistema Urbano In: GALVÃO, Marília V. **Geografia do Brasil: Região Sudeste**. Rio de Janeiro: IBGE-SERGRAF, 1977. vol. 3. p. 569 a 659

\_\_\_\_\_. Trajetórias geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2001. 2ª ed.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. Tradução de Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2006.

DAVIDS, C. Neusa. **Poder Local: Aparência e Realidade**. 1968. Tese de Doutorado (Ciência política) - Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de Campinas.

ENDLICH, Ângela. M. **Pensando os Papeis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná**, Presidente Prudente (tese de doutorado em Geografia) 2006.

\_\_\_\_\_. Perspectivas sobre o urbano e o rural, In: SPOSITO, M. E. B. e WHITACKER, A. M. **Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

FRESCA, Tânia M. **A dinâmica funcional da rede urbana do Oeste Paulista** – estudo de caso: Osvaldo Cruz e Inúbia Paulista. 282f. Dissertação (Mestrado em Geografia). UFSC, Florianópolis. 1990

GEIGER, Pedro P.. **Evolução da rede urbana brasileira**. Rio de Janeiro: Centro Nacional de Pesquisas Pedagógicas, 1963.



GERARDI, L. H. OLIVEIRA; BARBARA, C. M. N. SILVA, **Quantificação em Geográfica**. São Paulo: Difel, 1981.

GIL, Izabel Castanha. **Nova Alta Paulista, 1930-2006: entre memórias e sonhos. Do desenvolvimento contido ao projeto político de desenvolvimento regional**. 2007, 395f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente.

GÓES, Eda Maria. Relação entre violência, produção da cidade e conjuntura política: perspectivas de análise com base nas representações sócias e na vida cotidiana. In: SPOSITO, Eliseu S. (org.). **Produção do espaço e redefinições regionais: a construção de uma temática**. Presidente Prudente, Unesp/Fct/Gaspper, 2005. p.163-180.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1993.

HAESBAERT, Rogério. Concepção de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, Milton et. alli. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**– Rio de Janeiro: DP&A, 2006 2ª ed. p.43-70

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de Influência das Cidades 1993**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

KELLER, Elza C.S. **Redes Urbanas**. In.: FIBGE – Divisão de Geografia. Geografia do Brasil: a grande região sul. Rio de Janeiro: FIBGE, 1968. Vol. IV, Tomo II.

KOWARICK, Lúcio. **Escritos urbanos**. São Paulo: Editora 34, 2000. 144p.

LEFÈBVRE, Henri. (tradução de Rubens E. Frias). **O direito à cidade**. São Paulo: Ed. Moraes, 1969. 145p.

\_\_\_\_\_. (tradução de Sérgio Martins). **A revolução Urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999, 178p.

LENCIONI, Sandra. Uma nova determinação do urbano: o desenvolvimento do processo de metropolização do espaço. In: CARLOS, Ana Fani A. e LEMOS, Amália Inês G. **Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2003. p.35-44.

LOJKINE, Jean. **O Estado capitalista e a questão urbana**. Tradução de E. S. Abreu. São Paulo: Martins Fontes 1981.

MARICATO, Ermínia, **Metrópole na periferia do capitalismo: Ilegalidade, Desigualdade e Violência**, São Paulo, Hucitec, 1996.

MARISCO, Luciane M. O.: **A norma e o fato: abordagem analítica da segregação socioespacial e exclusão social a partir dos instrumentos urbanísticos**. 2003. 224f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

MELAZZO, Everaldo Santos. Alinhando idéias, estabelecendo alguns nexos e produzindo desafios. Contribuições para o debate dos dez anos do GASPPER. In: SPOSITO, Eliseu S. **Produção do espaço e redefinições regionais: a construção de uma temática**. Presidente Prudente, Unesp/Fct/Gaspper, 2005. p.117-130.

\_\_\_\_\_. **Mercado imobiliário, expansão territorial e transformações intra-urbanas – o caso de Presidente Prudente**. 173p. Dissertação (Mestrado em Planejamento urbano e regional). IPPUR, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1993.

MIZUBUTI, Satie. Uma releitura do movimento associativo de bairro. In: SANTOS, Milton et. alli. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006 2ª ed. p.233-248

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**, São Paulo: Hucitec, 1984.

MORERA, Ruy. O espaço e o contra-espaço: as dimensões territoriais da sociedade civil e do estado, do privado e do público na ordem social burguesa. In: SANTOS, Milton et. alli. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006 2ª ed. p.71-107

OLIVEIRA, Márcio Piñon. O retorna à cidade e novos territórios de restrição e cidadania. In: SANTOS, Milton et. alli. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006 2ª ed. p.173-198.

QUEIROZ, Maria Isaura P. Dialética do rural e do urbano: exemplos brasileiros. In: QUEIROZ, Maria Isaura P. **Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil**. São Paulo: ITC-EDUSP, 1975. p. 263-311.

ROCHEFORT, M. Métodos de Estudo das Redes Urbanas. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, v.19, n.160, p.3-18, jan-fev.1961.

RODRIGUES, Moyses Arlete. **Moradia nas cidades brasileiras**, São Paulo: Contexto, 1994.

\_\_\_\_\_. Desigualdades socioespaciais – luta pelo direito à cidade, In: **Revista Cidades**, v. 4, n. 6, 2007 (no prelo)

SABATINI, F., Transformação urbana e dialética entre integração e exclusão social: reflexões sobre as cidades latino americana e o caso de Santiago, In: OLIVEIRA, M. C. (org.) **Demografia da exclusão social: temas e abordagens**. Campinas, Unicamp. 2001.

SABATINI, F, CÁCERES, G e CERDA, J. Segregação residencial nas principais cidades chilenas: tendências das três últimas décadas e possíveis cursos de ação. **Espaços e Debates**. São Paulo – v. 24 n. 45 – p.1-136 – jan/jul 2004.

SALGUEIRO, Teresa B. Espacialidade e temporalidades urbanas. In: CARLOS, Ana Fani A. e LEMOS, Amália Inês G. **Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2003.

SANTOS, Milton. **Pobreza urbana**. São Paulo: HUCITEC, 1978.119p.

\_\_\_\_\_. **O trabalho do geógrafo no terceiro mundo**. São Paulo. Hucitec, 1978

\_\_\_\_\_. **Manual de geografia urbana**. São Paulo: HUCITEC, 1981. 214p.

\_\_\_\_\_. **A urbanização brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1993. 197p.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Trad. Myrna T.R. Viana. São Paulo: EDUSP, 2004. 433 p.

\_\_\_\_\_. e SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

\_\_\_\_\_. **Por uma economia política da cidade: o caso de são Paulo**. São Paulo: HUCITC, 1994.

\_\_\_\_\_. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

\_\_\_\_\_. **Espaço e Sociedade: ensaios**. Petrópolis: Vozes, 1982.

SANTOS, Wilson dos. **Cidades locais, contexto regional e urbanização no período técnico – científico o exemplo da região de campinas – SP.** Universidade de São Paulo. SP, (tese) 1989.

SÃO PAULO (Estado). Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE). Informações Municipais. <[www.seade.sp.gov.br](http://www.seade.sp.gov.br)> acesso em junho de 2007.

SHAPIRA, Marie-France Prévôt. Segregación, fragmentación, secesión. Hacia una nueva geografía social en la aglomeración de Buenos Aires. **Economía, Sociedad y Territorio.** V.2 nº7, 2000, p.405-431.

SILVA, Bezerra da. **Respeito as favelas.** In: CD-Room Malandro é malandro e mane é mané. Rio de Janeiro. 2000

\_\_\_\_\_. **Muro da verdade** In: CD-Room Malandro é malandro e mane é mané. Rio de Janeiro. 2000

SMOLKA, Martin. **Dinâmica imobiliária e estruturação intra-urbana:** o caso do Rio de Janeiro. 1989. mimeo.

SOUZA, Marcelo J. Lopes. ABC do desenvolvimento urbano. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2003

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Reflexões sobre a natureza da segregação espacial nas cidades contemporâneas. **Revista de Geografia.** Dourados, nº 4, p. 71-86, 1996.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo e urbanização,** São Paulo: Contexto, 1988.

\_\_\_\_\_.Urbanização da sociedade: reflexões para um debate sobre novas formas espaciais. In: DAMIANI, Amélia L., CARLOS, Ana Fani A. e SEABRA, Odete C. L. **O espaço no fim do século:** a nova raridade. 2ª ed. São Paulos: Contexto, 2001. p.83-99.

\_\_\_\_\_. Novos conteúdos nas periferias urbanas das cidades médias do Estado de São Paulo, Brasil. In. **Investigaciones geográficas.** México, nº.54. 2004

\_\_\_\_\_. “A produção do espaço urbano” em dez anos de gaspper: reflexão individual sobre uma trajetória coletiva. In: SPOSITO, Eliseu S. **Produção do espaço e redefinições regionais: a construção de uma temática.** Presidente Prudente, Unesp/Fct/Gaspper, 2005. p. 85-115.

\_\_\_\_\_. (org.). **Cidades Médias: espaços em transição**, São Paulo: EXPRESSÃO POPULAR, 2007.

\_\_\_\_\_. A questão cidade-campo: perspectivas a partir das cidades. In: SPOSITO, M. E. B. e WHITACKER, A. M. **Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

\_\_\_\_\_. A divisão territorial do trabalho e as cidades médias no Estado de São Paulo, **Caderno Prudentino de Geografia**, n. 26, 2004.

VIEIRA, Alexandre B. **O lugar de cada um**: indicadores sociais de desigualdade intraurbana. 2005, 169f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente.

VIEIRA, B. Alexandre, ROMA, M. Claudia, MIYAZAKI, K. Vitor. Cidades Médias e Pequenas: Uma Leitura Geográfica, **Caderno Prudentino de Geografia**, V. 29, 2007.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra-Urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel/Fapesp, 2001.

\_\_\_\_\_. A pesquisa sobre segregação: conceitos, métodos e medições, **Espaços e Debates**. São Paulo – v. 24 n. 45 – p.1-136 – jan/jul 2004.

WHITACHER, A. M. Cidade imaginada. Cidade concebida. In: SPOSITO, M. E. B. e WHITACKER, A. M. **Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

# ANEXOS

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
 CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE  
 FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
 FAPESP

**SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM CIDADES PEQUENAS**

**MARIÁPOLIS**

A – Sobre o entrevistado			
	1.	Idade	
		1. até 19	2. 20 a 29
		4. 40 a 49	6. 60 ou mais
	2.	Sexo	
		1. Masculino	2. Feminino
	3.	Profissão _____ (se for cana-de-açúcar) qual a profissão na entressafra _____ Onde?	
	4.	Qual sua faixa de renda _____	

B – O entrevistado e o bairro			
	5.	Tempo de residência em Mariápolis (em anos)	
	6.	Você gosta de morar neste local e nessa cidade?	
		1. Sim	2. Não
		Justifique	
	7.	Três principais problemas ou necessidade enfrentada por morar em Mariápolis?	
	8.	O que você gostaria de falar a respeito de Mariápolis?	
Estimular, se for preciso, a fazer referência às dificuldades ou facilidades para se “integrar” ao conjunto da cidade.			

C – A moradia			
	9.	Quantas pessoas moram na casa? _____	
	10.	Quantos cômodos têm a casa? _____	
	11.	A casa é alugada, cedida, financiada em aquisição ou própria? _____	
	12.	Qual o valor da prestação ou aluguel? _____	

D – A cidade e os meios de consumo coletivo e individual			
Serviço – Transporte			
	13.	Desloca-se para Adamantina principalmente	

		1. a pé	2. bicicleta	3. transp. coletivo
		4. condução própria	5. outros	
	14.	Você acha a circulação do transporte coletivo realizado para Adamantina suficiente:		
		1. Sim	2. Não	
		<b>Justifique</b>		
	15.	Que atividades deixa de fazer por dificuldades de deslocamento?		

Local onde tem acesso os meios de consumo coletivo					
		Existe na cidade	Existe no bairro	utiliza	avaliação
16.	Hospital				
17.	Posto de saúde				
18.	Serviço médico				
19.	Serviços de dentista				
20.	Creche				
21.	Igreja				
22.	Comércio alimentar				
23.	Confecções, calçados, armarinhos				
24.	Área de lazer				

E – O entrevistado e a cidade	
	25. Gostaria de morar em outra cidade
	1. Sim
	2. Não
	Qual?
	26. Que lugares da cidade gostaria de freqüentar e não freqüenta? Por que?
	27. O que você considera cidade?
	28. Você considera Mariápolis como uma cidade?

F – Relações interurbanas	
	29. Qual a cidade mais distante em que você já esteve? _____
	Já foi para Presidente Prudente?
	1. Sim
	2. não
	30. Se sim, qual o motivo? _____
	Já foi para Marília?
	1. Sim
	2. Não
	31. Se sim, qual o motivo? _____
	Já foi para São Paulo?
	1. Sim
	2. Não
	Se sim, qual o motivo? _____
	32. Qual a cidade mais distante que você já esteve? _____
	33. Quantas vezes por semana vai para Adamantina? _____



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
 CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE  
 FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
 FAPESP

**SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM CIDADES PEQUENAS**

OSVALDO CRUZ - FAVELAS

<b>A – Sobre o entrevistado</b>			
	1.	Idade	
		1. até 19	2. 20 a 29
		4. 40 a 49	5. 50 a 59
		3. 30 a 39	6. 60 ou mais
	2.	Sexo	
		1. Masculino	2. Feminino
	3.	Profissão _____ Onde trabalha? _____	
	4.	Qual sua faixa de renda _____	

<b>B – O entrevistado e o bairro</b>			
	5. Tempo de residência no bairro (em anos) _____ -		
	6.	Você gosta de morar neste local e nessa cidade?	
		1. Sim	2. Não
		Justifique	
	7.	Três principais problemas ou necessidade enfrentada por morar nesse bairro?	
Estimular, se for preciso, a fazer referência às dificuldades ou facilidades para se “integrar” ao conjunto da cidade.			

<b>C – A moradia</b>	
	8. Quantas pessoas moram na casa? _____
	9. Quantos cômodos têm a casa? _____
	10. A casa é alugada, cedida, financiada ou própria? _____
	11. Qual o valor da prestação ou aluguel? _____

<b>D – O bairro e os meios de consumo coletivo e individual</b>			
Serviço – Transporte			
	12.	Desloca-se principalmente	
		1. a pé	2. bicicleta
		4. condução própria	5. outros
		3. transp. coletivo	

	13.	Você acha a circulação do transporte coletivo realizado no bairro suficiente:	
		1. Sim	2. Não
		Justifique	
	14.	Que atividades deixa de fazer por dificuldades de deslocamento?	

Local onde tem acesso os meios de consumo coletivo					
		Existe na cidade	Existe no bairro	utiliza	avaliação
15.	Hospital				
16.	Posto de saúde				
17.	Serviço médico				
18.	Serviços de dentista				
19.	Creche				
20.	Igreja				
21.	Comércio alimentar				
22.	Confecções, calçados, armarinhos				
23.	Área de lazer				
24.	Escola				

E – O entrevistado e a cidade			
	25.	Gostaria de morar em outro bairro / outra cidade?	
		1. Sim	2. Não
		Qual?	
	26.	Que lugares da cidade gostaria de freqüentar e não freqüenta? Por que?	

F – Relações interurbanas			
	27.	Já foi para Presidente Prudente?	
		1. Sim	2. não
		Se sim, qual o motivo? _____	
	28.	Já foi para Marília?	
		1. Sim	2. Não
		Se sim, qual o motivo? _____	
	29.	Já foi para São Paulo?	
		1. Sim	2. Não
		Se sim, qual o motivo? _____	
	30.	Qual a cidade mais distante que você já esteve? _____	

## SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM CIDADES PEQUENAS

### LOTEAMENTOS FECHADOS

Pesquisa de mestrado financiada pela Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo)

Aluna: Claudia Marques Roma – contato (18)3906-1968/8136-0216 marquesroma@yahoo.com.br

Orientadora: Prof. Dr. Maria Encarnação Beltrão Sposito – mebsposito@prudenet.com.br

A – Sobre o entrevistado				
1.	Idade	1. até 19	2. 20 a 29	3. 30 a 39
		4. 40 a 49	5. 50 a 59	6. 60 ou mais
2.	Sexo	1. Masculino		2. Feminino
3.	Profissão _____	Onde trabalha? _____		
4.	Número de pessoas na casa? _____			
5.	Número de quartos na residência? _____			
6.	Número de celulares? _____			
7.	Número de veículos próprios (motos, carros, peruas etc) _____			
8.	Número de micro computadores? _____			
9.	Número de TVs? _____			
10.	Número de aparelhos de ar condicionado? _____			

B – O entrevistado e o bairro		
11	Tempo de residência no bairro (em anos)? _____	
12	Você gosta de morar nesse condomínio e nessa cidade? _____	
	1. Sim	2. Não
	Justifique	
13	Três principais problemas ou necessidade enfrentada por morar nesse bairro?	
14	Porque você escolheu morar em um condomínio?	

C – A moradia		
15.	A casa é alugada, cedida, financiada ou própria? _____	
16.	Qual o valor da prestação ou aluguel? _____	

